



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

ATIVIDADES TÉCNICAS

1964/66

RELATÓRIO

Ministério Extraordinário para o
Planejamento e Coordenação Econômica

R E L A T Ó R I O G E R A L T É C N I C O

(Abril de 1964 - Março de 1967)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

ministro

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS

secretário-geral

ARTUR SOARES AMORIM

diretor-geral de administração

EDMAR DE SOUZA

chefe do gabinete - guanabara

EDMAR DE SOUZA

chefe do gabinete - Brasília

JOSÉ GALILEU DE CASTRO

ASESTRA

Assessoria Especial de Estudos da Reforma Administrativa

JOSÉ NAZARÉ TEIXEIRA DIAS - coordenador

COCAP

Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso

FRANCISCO DE ASSIS GRIECO - coordenador

EPEA

Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO - secretário-geral

FINEP

Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas

ARTHUR CHAGAS DINIZ - secretário-executivo

coordenadores de grupos setoriais

ALUÍSIO GUIMARÃES MENDES

FRANCISCO MANOEL DE MELLO FRANCO

FRANCISCO PEDRO LÓCIO CAVALCANTE

JESUS BELLO GALVÃO

JOÃO BAPTISTA DE CARVALHO ATHAYDE

JOSÉ GONÇALVES CARNEIRO

MILCIÁDES MÁRIO SÁ FREIRE DE SOUZA

WALTER LORCH

substitutos do ministro, em diferentes períodos

SEBASTIÃO SANT'ANNA E SILVA

OCTÁVIO GOUVEA DE BULHÕES

JOSÉ NAZARÉ TEIXEIRA DIAS

EDMAR DE SOUZA

I N D I C E

Prefácio do Ministro Roberto de Oliveira Campos

<u>Primeira Parte:</u>	O PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVÉRNO
Capítulo I	O Planejamento na Sociedade Democrática
Capítulo II	A Realidade Econômica em Março de 1964
Capítulo III	O Combate à Inflação
Capítulo IV	A Estratégia do Desenvolvimento
Capítulo V	As Reformas Econômicas e Sociais
Capítulo VI	O Saneamento das finanças e os Investimentos
<u>Segunda Parte:</u>	BALANÇO DAS REALIZAÇÕES SETORIAIS
Capítulo I	Setor de Agricultura
Capítulo II	Setor de Abastecimento
Capítulo III	Setor de Orçamento e Finanças
Capítulo IV	Setor de Indústria
Capítulo V	Setor de Comércio Internacional
Capítulo VI	Setor de Planejamento Regional e Municipal
Capítulo VII	Setor de Transportes
Capítulo VIII	Setor de Educação e Cultura
Capítulo IX	Setor de Estudos Diversos
Capítulo X	ATER
Capítulo XI	COCAP
Capítulo XII	COMESTRA E ASESTA
Capítulo XIII	COPLISA
Capítulo XIV	FINEP
Capítulo XV	EPEA
Capítulo XVI	CONSPLAN
Capítulo XVII	Grupos Eventuais
<u>Terceira Parte:</u>	LEGISLAÇÃO
<u>Quarta Parte:</u>	1967 - O ANO DA MATURAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Os três anos do Governo Revolucionário do Marechal Castello Branco, que ora findam, se caracterizaram por várias reformas e inovações estruturais. Entre elas há que situar-se, por força de sua ação prioritária, a ascensão do planejamento democrático como norma de decisão governamental.

Com efeito, o tipo de governo paternalista, só em anos recentes transformado gradativamente em ação de natureza colegiada, sujeitava as inconstantes diretrizes governamentais a constante improvisação.

Devido a esse personalismo, felizmente agora relegado ao passado, não é de admirar que as mudanças reclamadas pelo País sofressem um retardo. Providências e soluções careciam de projeção mais permanente, constituindo-se, não raro, em medidas passageiras, de caráter paliativo.

Nesse aspecto, a obra da Revolução fêz-se sentir de imediato, corrigindo distorções de mentalidade e fundamentando suas diretrizes numa profunda tomada de consciência dos mais graves problemas sentidos no País. O planejamento foi elevado, assim, à categoria de um pré-requisito indispensável à formulação e aplicação de uma filosofia de Governo.

Este Relatório, síntese apressada de um programa de trabalho que se projeta no futuro e nêle completa a sua definição e justificativa, dá bem a medida de um esforço permanente, primeiro em busca do equilíbrio no campo econômico-financeiro, depois como orientador de um novo impulso de crescimento econômico que embora ainda incompleto, já apresenta dividendos.

A primeira parte do Relatório define os principais itens da diretriz governamental consubstanciada numa crescente democratização de oportunidades, e faz um balanço dos resultados do Programa de Ação Econômica - plano de emergência limitado aos dois primeiros anos do Governo Castello Branco, daí o seu caráter mais corretivo do que implementador.

Verifica-se que a primeira grande preocupação do Governo - a redução progressiva das altas taxas inflacionárias que estagnavam o desenvolvimento do País e multiplicavam os pontos de estran-

gulamento da vida econômica - foi atingida, em parte, sem que se exigisse do sistema um ônus insuportável. O ataque gradualista à inflação poderia apresentar números mais favoráveis não tivesse o Governo optado por um saneamento harmônico de todos os setores, afinal traduzido numa apreciável formação de divisas, na dinamização do comércio externo e na recuperação das finanças públicas.

Distribuído harmonicamente de molde a não exigir uma irregular contrapartida de sacrifícios desta ou daquela área, o tratamento antiinflacionário, a princípio, e posteriormente desinflacionário, processou-se lenta mas firmemente, facilitando a adaptação da atividade econômica às novas regras, e fazendo com que a fase de transição se escoasse sem dificuldades de maior monta.

O índice de crescimento inflacionário, que em 1964, a prece que valessem as condições dos três primeiros meses, chegaria a 140% foi reduzido a pouco mais de 40% anuais. O controle dos principais focos geradores de inflação, o equilíbrio orçamentário, a baixa expansão monetária e a perspectiva de boas safras fazem prever para 1967 um crescimento bem menor do nível dos preços.

O deficit, encontrado pelo Governo no Orçamento da União correspondia a 54% da receita, em 1963. Sua redução, no exercício de 1966, a 8,7%, conforme previsto, atesta o enorme esforço dispendido nesse setor. Por outro lado, a liquidação paulatina de compromissos internacionais, a moralidade administrativa e a acumulação de divisas carrearam para o País, capitais em busca de expansão, e abriram novas possibilidades de crédito, já agora não a simples título de empréstimo, mas como combustível aos programas de desenvolvimento.

A nova estratégia de desenvolvimento sadio, dentro de uma inflação tolerável, manifestou-se no crescimento do Produto Interno Bruto, antes praticamente estagnado, agora em ascensão. Ultrapassada a fase corretiva, as empresas reagiram, bem antes do que se pensava, às necessidades de novas aplicações de capital, ajudadas em grande parte pelos Fundos de Desenvolvimento criados pelo Governo, e também pela reformulação do crédito ao Setor Privado, com vistas a preencher lacunas existentes, entre elas o reforço do capital de giro. Os programas de investimentos públicos - dos maiores de que se tem notícia na história do País - completam essa preocupação desenvolvimentista.

Ainda no Setor do desenvolvimento, é clara a retomada de interesse por parte dos investidores nacionais, quer em áreas prioritárias, como o Nordeste, quer em outras, onde problemas de infraestrutura já estão solucionados ou equacionados.

A segunda parte do Relatório detalha as realizações setoriais do Ministério do Planejamento relativamente à indústria, comércio internacional, agricultura, educação, programação financeira e outros setores igualmente importantes. Esse trabalho de complementação da iniciativa privada, e de integração desta nas diretrizes gerais da ativação econômica, encontra a sua pedra de toque na elaboração, pelo Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, que ao lado da luta antiinflacionária, das reformas e da nova estratégia de desenvolvimento, define os rumos do Governo Revolucionário. Da auscultação da realidade nacional em todos os seus múltiplos aspectos, e da aferição de suas potencialidades, resultou amplo diagnóstico que dará aos futuros governos subsídios valiosos à elaboração de programas objetivos - já agora não ditados, como no passado, pelas pressões e contingências do momento, mas com raízes fincadas nas futuras necessidades do País.

As reformas operadas no campo econômico-financeiro, se não chegaram a completar o salto exigido por um país em vias de desenvolvimento pleno, prepararam pelo menos a alavanca indispensável a esse novo impulso numa época caracterizada em todo o mundo pelas mudanças em rápido processamento. Nesse sentido, a institucionalização do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, agora com a atribuição de Coordenação Geral que lhe imprimiu a Reforma Administrativa, significa o prosseguimento da ação planejadora, da qual este Relatório apresenta alguns marcos significativos.

Primeira Parte

O PROGRAMA DE AÇÃO ECONÓMICA DO GOVERNO

CAPÍTULO I

O PLANEJAMENTO NA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

É universal o reconhecimento da importância do planejamento econômico, que perdeu o aspecto de atividade acadêmica e se incorporou ao quadro de instrumentos utilizáveis pelos estadistas, para orientar a ação administrativa, seja a prazo médio ou longo. É através do planejamento que os governos fazem o balanço dos recursos nacionais, estabelecem prioridades e fixam objetivos, que possam sensibilizar as comunidades, levando-as a participar, conscientemente, do processo de desenvolvimento econômico.

A razão principal para o planejamento é fundada na constatação de que, praticando atos econômicos, o governo se faz presente na economia da nação. O governo pratica atos diretos de consumo, poupança e investimento; pode, portanto, afetar indiretamente o consumo, a poupança e o investimento do resto da coletividade nacional.

De resto, pelas atribuições especiais que as sociedades conferem aos governos, a êle é deferida a gerência de determinadas instituições, cujo funcionamento cria e altera o clima e as condições, dentro dos quais a iniciativa privada opera, tanto no plano da família como ao nível das emprêsas.

Por último, dado o seu volume maior no conjunto das atividades, a presença do Estado nos mercados tem conseqüências valiosas para o funcionamento de toda a economia. A interferência estatal pode ser perturbadora, ineficaz, mas pode, igualmente, tornar-se benéfica, quando assegura o funcionamento eficiente das instituições econômicas sob sua gestão, ou quando assegura estabilidade do nível geral dos preços e cria condições favoráveis para a operação das forças de mercado. Outra conseqüência da atividade econômica dos governos é condicionar comportamentos mais adequados da iniciativa privada, quer suplementando sua ação, quer substituindo-a, provisória ou permanentemente, onde ela não se faz presente na forma ou no volume desejados.

Bem concebido e bem executado, o planejamento contribui para diminuir a presença perturbadora do governo nos mercados e aumenta a sua própria eficiência, como ente econômico.

As normas que regem a atividade do governo na área econômica constituem o objeto da política econômica estatal. Por

sua vez, o planejamento é um meio de que se vale o govêrno para elaborar e executar, num padrão nacional e técnico, a sua política econômica.

O planejamento representa o elemento ordenador das políticas econômicas governamentais.

Na sociedade brasileira, entretanto, a tarefa de planejamento tem tido pouca relação com a iniciativa particular, restringindo-se a um caráter apenas indicativo. Não pode pretender substituir as decisões individuais e tampouco as atribuições típicas do mecanismo de preços.

O sentido do planejamento numa sociedade democrática foi definido, no preâmbulo do Programa de Ação Econômica do Govêrno (1964-1966), nos seguintes termos:

"A ação governamental, nos sistemas políticos democráticos, deve orientar-se no sentido do estabelecimento das condições que assegurem a maior eficiência possível ao funcionamento da economia de livre empresa, ou seja, do sistema de preços. Em tal contexto, o planejamento econômico vai importar numa definição, sistemática e coerente, por parte do govêrno, das medidas tendentes à criação da ordem dentro da qual operará aquilo que se convencionou chamar de fôrças produtivas do mercado, de maneira compatível com a distribuição da renda desejada e a meta programática da maximização da taxa de desenvolvimento econômico".

No preâmbulo do PAEC são definidos os princípios pouco controvertidos nos quais se assenta a ação do poder público, no sentido de melhor conduzir o sistema econômico à realização dos objetivos fixados, em particular nos países subdesenvolvidos:

- o livre jôgo das fôrças de mercado não garante necessariamente a formação de um volume desejável de poupanças;
- o sistema de preços nem sempre incentiva adequadamente a formação de economias externas (investimento em educação, estradas, etc.), dada a desvinculação entre a respectiva rentabilidade e a produtividade social correspondente;
- o livre jôgo das fôrças de mercado não leva necessariamente a uma distribuição satisfatória da renda nacional entre pessoas e regiões;
- a eficiência do sistema de preços pode ser apreciada-

velmente distorcida pelas imperfeições espontâneas ou institucionais do mercado.

A ação governamental complementa, mas não necessariamente substitui, os mecanismos do mercado, diz o citado documento: "Como tal, a idéia de planejamento não é incompatível com a da predominância da livre empresa no sistema econômico. As nações mais tradicionalmente capitalistas recorrem pelo menos a um embrião do planejamento, ao programarem seus investimentos públicos e ao fixarem a sua legislação econômica".

"O mundo real - define o PAEG - compõe-se, assim, de misturas de planejamento e de sistemas de mercado. As proporções da mistura variam conforme os regimes econômicos, mas os sistemas nunca chegam a se substituir por completo".

Mais adiante: "As decisões da política econômica enfocadas num plano não devem constituir providências esparsas e desconexas, mas sim o conjunto das medidas necessárias à consecução de certos objetivos globais pre-estabelecidos. Assim, a eficiência do plano se mede pela extensão em que as providências nele contidas asseguram a realização desses objetivos, relação esta que se apresenta tão mais difícil de definir quanto maior é o grau de predomínio da livre empresa - e, portanto, da descentralização das decisões econômicas, - e mais precária é a base estatística sobre a qual se elabora o plano".

O planejamento, tal como imaginado, se baseou na previsão e na persuasão, e não na compulsão. Não ambicionou ter precisão matemática, nem rigidez dogmática.

Na realidade, a maior parte do planejamento numa economia de livre iniciativa consiste em saber o que o setor privado está fazendo e o que fará futuramente, sob determinada circunstâncias. Apenas uma parte limitada do planejamento significa de fato interferência no campo tradicionalmente reservado à empresa privada.

Na aula inaugural do curso de Programação Econômica do Ministério do Planejamento, em 11 de junho de 1965, o Presidente da República tratou do problema de planejamento nas sociedades democráticas: "Há quem relute em aceitar a idéia do planejamento numa sociedade democrática, onde a menor parte das decisões se descentrali

za entre inúmeras emprêsas privadas. Essa posição, todavia, parece ser inadequada. Num país como o Brasil, qualquer plano de desenvolvimento se deve dividir em duas partes: uma normativa, dirigida ao Governo Federal e às entidades sob seu contrôle. Outra puramente indicativa, que proteja o comportamento do setor privado e dos governos estaduais e municipais, abrangendo os centros de decisão fora do contrôle direto do Governo Federal (...)

A qualidade de um Plano deve aferir-se, basicamente, pela conexão entre as medidas concretas nêle recomendadas e os objetivos globais fixados. Seria ocioso lembrar que qualquer plano que estabeleça fins sem definir os meios, ou que indique meios incompatíveis com os fins, não passa de estéril exercício de imaginação." (...). A arte do planejamento consiste precisamente em fixar providências concretas, das quais resultem os objetivos colimados. (...) Um programa de desenvolvimento se considerará bem sucedido se acertar suas previsões na média de um decênio, ainda que em períodos curtos se notem desvios ponderáveis.

O tipo de planejamento adotado para o Brasil, no Governo do Presidente Castello Branco, foi concebido como uma programação, utilizou técnicas de previsão, de fixação de objetivos, de seleção de meios destinados ao uso indiferente da ação estatal e da atividade privada.

O sentido predominante foi privatista e por isso se escalonou o planejamento em várias etapas. Houve um planejamento a longo prazo, através do qual se persôguiu uma visão estratégica para os próximos dois ou três quinquênios. O objetivo foi fixar equações de comportamento, para erradicar o oportunismo immediatista de certas decisões. Através dessa estratégia do desenvolvimento nacional será realizado o desdobramento em projetos setoriais, os quais - por sua natureza - requerem longo período de previsão, como a Indústria de Energia Elétrica, a Indústria do Aço, e a dos Transportes, cujo horizonte mínimo é de dez anos. Nos demais setores a estratégia foi completada com uma programação quinquenal de investimentos, traduzidos em planos operacionais de um ano, constantemente revistos.

O planejamento brasileiro caracterizou-se por ser do tipo executivo somente no que se refere à obra governamental. Na área privada, foi meramente indicativo.

CAPÍTULO II

A REALIDADE ECONÔMICA EM MARÇO DE 1964

O primeiro trimestre do ano de 1964 - quadra em que se precipitou a crise política de março - registrou uma aceleração do processo inflacionário, que no ano anterior havia alcançado a taxa de 84% e empurrou o Brasil até os limites da hiperinflação. Nos dois anos anteriores a economia brasileira estagnara e entrara em retrocesso rápido. O País vivia a véspera da moratória internacional, por que não tinha condições de saldar as suas dívidas externas.

Ganhava crescente volume a agitação social, manipulada por forças políticas interessadas na desagregação institucional. Através de greves que se repetiam, com Slogans políticos, num crescendo assustador, desorganizava-se a vida econômica nacional e intimidava-se a iniciativa privada.

Entre janeiro e março de 1964, a alta do custo de vida permitia prever para os doze meses um aumento de 140% no custo de vida.

A inflação passou, de uma taxa anual de 20% em 1961, para mais de 50% em 1962, mais de 80% em 1963 e, não fossem as medidas saneadoras implantadas pelo atual Governo, a partir de abril de 1964, teria alcançado quase 140% nesse ano. Simultaneamente, a taxa de crescimento de produto per capita - a qual havia sido superior a 3% ao ano, no período compreendido de 1947 a 1961 - declinou para 2% em 1962 e para menos 1,6% em 1963.

Entre 1950 e 1958, os preços internos subiram em média 20% ao ano. Já de 1959 até 1962, a inflação acelerou-se, alcançando 50% ao ano. Em 1963, a média de elevação dos preços foi de 80%.

A indústria, que no período 1947/1961 havia crescido, em média, cerca de 9,7% ao ano, teve sua taxa reduzida para 7,7% em 1962. Em 1963 a produção industrial registrou a marca de menos 1%.

Na agropecuária, a taxa média de crescimento anual, de 5%, entre 1947 e 1961, situou-se em 5,5% em 1963, para baixar a 0,1% em 1963. No setor dos transportes, cujo crescimento fôra em média de 8,2% ao ano, no período 1947/1961, a taxa baixou para 6,8% em 1962, para decair mais ainda em 1963, quando chegou a 6,2%. Em 1963 ainda, caíram em 20% as importações de bens de capital e em quase 50% as importações de capitais autônomos, tanto os capitais de risco como os financiamentos para a indústria nacional. A indústria de máquinas, ferramentas e de bens de produção em geral acusou capacidade

ociosa.

Nos anos 1962/1963, registrou-se a desintegração do crédito externo do Brasil, traduzida em expectativa de moratória unilateral, anunciada em fins de 1963 e início de 1964, em acumulação de atrasados comerciais (importações em geral e importações de petróleo bruto), atraso no pagamento dos compromissos vencidos com o Export-Import Bank, com outras organizações financeiras internacionais e com fornecedores estrangeiros, e no estancamento do afluxo de capitais de empréstimo, de que careciam os empresários brasileiros para o reequipamento de seus parques industriais.

O saldo geral do movimento de capitais (capital de risco e capital de empréstimo), no período 1947/1953, foi de 431 milhões de dólares. Entre 1954 e 1961, foi de 1 bilhão e 322 milhões de dólares. No biênio 1962/1963, transformou-se em saldo negativo de 119 milhões de dólares.

De há muito se perdera, no Brasil, a visão global dos problemas econômicos e, por cálculo político ou afetação econômica, se pretendia que a inflação fôsse vencida, mas à custa dos outros. Aos assalariados, procurava-se compensar a absurda elevação do custo de vida, oferecendo-lhes, em períodos cada vez mais curtos, salários nominalmente altos, que exacerbavam o problema inflacionário e logo se tornavam irrisórios. Aos empresários permitia-se, também, como compensação, uma rotina de estocagem e remarcações de preços cada vez mais rápidas, servida por uma política creditícia desavisada, que em lugar de financiar a produção, servia apenas para engordar a especulação. Perdido nessa voragem de salários e preços, o Governo procurava inútilmente salvar as aparências, congelando os preços de alguns produtos e serviços, e subsidiando outros.

Três anos de guerra ao bom-senso deram em resultado o aviltamento da moeda, a interrupção do fluxo de créditos externos, a inquietação no meio empresarial, o pânico em certas áreas rurais, a transferência de rendas do setor privado para o setor público e, dentre dêste, o desvio de investimentos produtivos para simples despesas de custeio. Enquanto a situação cambial mais se revelava desesperadora, mais se falava em emancipação econômica. Enquanto a taxa de crescimento do produto nacional mais declinava, mais se especulava sobre desenvolvimento e autodeterminação.

A Mensagem Presidencial de 1965 ao Congresso Nacional re

gistra, no preâmbulo, um retrospecto econômico do Brasil, nos dois anos que antecederam o movimento de 31 de março de 1964:

"Cumpre assinalar sobretudo o caso em que mergulhara a situação financeira e econômica do Brasil, cuja consequência imediata se manifestava pela descontrolada ascensão dos preços (...). Para deter êsse descalabro financeiro e econômico, que trazia no bôjo a agitação social e o crescente descrédito no estrangeiro, impôs-se, a par de um cuidadoso plano de recuperação, a adoção de drásticas medidas, que, na sua fase inicial, se apresentam como pesado encargo para tôda a população nacional".

Em sua primeira parte, a Mensagem de 1965 apresenta uma análise da situação brasileira em março de 1964: "A crise social e política, ao atingir níveis intoleráveis, se converteu em fator de agravamento da situação econômica e financeira, interna e externa, já por si mesma, naquela altura, profundamente crítica. Seguiu-se, como decorrência inarredável, a queda da eficiência em todos os aspectos da atividade nacional.

A despeito de várias limitações de ordem estrutural que tendiam a conspirar contra o desenvolvimento auto-sustentável e rápido, a economia brasileira apresentou um desempenho satisfatório no período que vai desde a Segunda Guerra Mundial até o ano de 1961, e especialmente entre os anos de 1947/1961(..). O processo ativo da expansão do setor industrial, através da substituição por manufaturas nacionais de produtos importados, foi o seu estímulo mais importante. Este processo de desenvolvimento, entretanto, ocorreu contra o pano de fundo de uma estrutura econômica e social pouco propícia ao progresso econômico duradouro.

Ao lado do vertiginoso crescimento do setor manufatureiro, permaneciam quase inalteradas as condições agropecuárias, onde mais de 50% da população nacional subsiste a baixos níveis de vida, herôe do atraso técnico imperante nas atividades rurais e dos índices insatisfatórios de educação, saúde e higiene.

"Subsistia, igualmente, uma estrutura financeira arcaica, enormemente sensível a pressões inflacionárias, e uma inadequada disponibilidade de serviços básicos (transporte, energia, silos e armazéns, comunicações, etc.), agravada de forma recorrente por políticas econômicas equivocadas".

Na página 25 da Mensagem Presidencial de março de 1965, há uma advertência que reflete, em seu realismo, o grau de plena consciência do Governo revolucionário, em relação ao seu programa de ação reconstrutiva: "Deve-se ter presente que, a despeito da reversão do clima geral da economia brasileira, no período pós-revolucionário, é provável que a diminuição do nível de investimentos em 1962 e 1963 produza suas influências negativas sobre as atividades econômicas de 1964 e 1965, devido ao inexorável período de espera entre a realização daqueles e os efeitos finais sobre o nível de produção e emprego".

CAPITULO III

O COMBATE A INFLAÇÃO

Dada a ênfase dramática do problema inflacionário, que pedia soluções urgentes em abril de 1964, o Governo constituído pelo Movimento Revolucionário conferiu-lhe a prioridade em seu programa, mas sem deixar de ter como objetivo urgente as providências para o Brasil ingressar num processo de desenvolvimento real.

A primeira opção era escolher a via mais adequada de combate à inflação: diante das alternativas de utilizar o tratamento de choque ou de graduar o programa corretivo, o Governo preferiu fixar-se na solução que fixava etapas, capazes de diluir no tempo o impacto, e tornar mais suportáveis as dificuldades, às quais não poderiam fugir produtores e consumidores, empresários e empregados, o poder público e o setor privado.

O programa de saneamento financeiro foi montado à luz de uma diretriz realista e de uma decisão racional. Estabeleceram-se etapas para introduzir, gradualmente, a ação corretiva de todas as formas distorcidas através do comportamento característico dos períodos inflacionários.

Em vez do tratamento de choque, recomendação clássica para estancar as fontes da inflação, o Governo definiu uma política gradualista que prolongava no tempo o resultado, mas abrandava os efeitos gerais inevitáveis sobre a economia nacional. Tratava-se de evitar a paralização brusca das atividades econômicas, nascidas de desordem financeira e sem condições de sobrevivência dentro das leis exclusivas do mercado. Entre as conseqüências do choque, teria de ser considerada a ocorrência do desemprego em massa e outras cargas, a recaírem também sobre a população, já profundamente afetada em seu poder de consumo pela acelerada perda do poder aquisitivo da moeda.

As empresas cujo regime de produção não considerava os custos, porque jogavam em sua sobrevivência com a miragem inflacionária, entrariam em depressão e cessariam todas as atividades, se ao gradualismo o Governo preferisse o tratamento de choque.

Assim, a primeira etapa do gradualismo foi a transição da fase inflacionária aguda, herança do descontrolado governamental anterior, a uma estabilização progressiva, representada pela desaceleração do processo de desvalorização da moeda. Com isso, pretendeu-se dar às empresas a oportunidade de se ajustarem ao programa de saneamento, cuja efetivação começou pela eliminação - também gradativa - dos artifícios.

O método gradualista evidenciou resultados práticos e o comportamento da economia nacional, no ano de 1965, comprovou o acerto do escalonamento como a solução mais adequada ao quadro brasileiro. Os interesses que a inflação tornara prósperos tentaram sustentar em vão um debate extemporâneo, no qual mal disfarçavam a nostalgia das distorções que os alimentavam, quando os números ganharam uma expressão irrecusável e incontrastável. Às formas abstratas a que se apegavam os remanescentes da inflação, opunha-se um quadro estatístico em que era patente a redução do ritmo de elevação de preços e custos.

Terminados os últimos efeitos das providências corretivas, representadas sobretudo pela eliminação dos subsídios, também em escala gradual abolidos durante o ano de 1964, principalmente nas tarifas de serviços públicos, nos aluguéis, na importação de trigo, petróleo e papel de imprensa, os índices de aumento e contiveram-se, ao longo de 1965, sempre abaixo da estatística dos anos anteriores.

O Brasil conseguiu estabelecer o controle do processo inflacionário, abrandando as consequências econômicas e sociais que seriam inevitáveis pelo tratamento de choque, com a liquidação das empresas sem eficiência e a criação de um mercado de desemprego, de corência lógica de um comportamento de impacto na batalha contra a inflação.

O gradualismo praticado pelo Governo brasileiro, no seu programa de recuperação financeira e econômica, traduziu também uma convicção democrática inerente ao compromisso do movimento de 31 de março, pois mostrava um empenho de obter a adesão da opinião pública, através o esclarecimento constante a que não fugiria, ao longo de tôdas as fases e dificuldades.

Aspecto subjacente do gradualismo foi a preocupação constante com as medidas para gerar um impulso saudável de desenvolvimento econômico, no qual fôssem eliminadas tôdas as distorções e formas enganosas de proteção, capazes apenas de esconder ineficiência e descaso para com o consumidor. A preservação das atividades econômicas, em ritmo que não traduzisse desemprego em massa, nem por tempo prolongado, significou a oportunidade pedagógica e econômica para as empresas ingressarem num nôvo comportamento, que já nos identifica com as preocupações características das economias desenvolvidas.

Em seguida, no segundo ano de Governo, as autoridades econômicas e financeiras cuidaram de acionar os instrumentos cuja criação teve em mira dinamizar a produção industrial. Os fundos es-

peciais, destinados a amparar e incentivar as emprêsas manufatureiras de porte médio e pequeno, constituem uma experiência brasileira marcada de êxito e digna de aproveitamento por outras economias.

Com pouco tempo de operação, os fundos de financiamento revelaram ampla capacidade: foram êles, mais especificamente, que contribuíram para eliminar o clima de recessão, registrado no final do primeiro ano. Os efeitos negativos da recessão foram rapidamente reabsorvidos pelo impulso econômico. No meio do ano de 1965, desapareceram os vestígios da recessão manifestada em alguns setores de produção industrial. As pequenas e médias emprêsas experimentaram uma oportunidade efetiva de se desenvolverem, já ajustadas a uma nova realidade econômica, livre das distorções e miragens da fase inflacionária.

A transição do período estacionário para a fase de reativação industrial foi feita sem que partisse do Govêrno qualquer gesto de paternalismo ou protecionismo, capaz de importar em sacrifício do programa de recuperação financeira.

Caracterizou-se, nessa altura, o fenômeno da reversão de expectativas: o consumidor mostrou-se em nova atitude, porque curado da febre de comprar, a que o compelia a insegurança quanto à moeda. Deixando de se sentir obrigado a gastar seus proventos, pelo receio de que a demora desvalorizasse seu ganho, sentiu-se mais garantido contra a possibilidade de elevação rápida de preços. Deixando de comprar, o consumidor obrigou o mercado vendedor a mudar também de comportamento.

A alteração profunda e rápida no comportamento do mercado consumidor provocou também um deslocamento dos estoques de mercadorias, prática que a inflação acelerada impunha ao produtor como medida de defesa. A remarcação dos preços, na aceleração inflacionária, permitia ao intermediário acumular grandes reservas de mercadorias, com as quais criava - pela remarcação de preços - recursos com que fazer face às necessidades financeiras crescentes. Mas, o que era um privilégio na inflação, tornou-se um encargo pesado quando, embora lentamente, a moeda começou a desvalorizar-se em ritmo mais lento. Ele perdeu a oportunidade de recorrer aos aumentos sucessivos, quando o mercado mudou de ritmo aquisitivo. A pressa em comprar foi substituída pela certeza de que os preços subiriam mais lentamente do que no passado.

Sabia o Govêrno que, antes de realizar as correções indispensáveis e profundas, na vida econômica brasileira, profundamente afetada pela inflação, seria inútil e resultaria em pura perda todo o esforço para forçar uma atividade de desenvolvimento, ao nível das necessidades. Foi, porém, preocupação constante do Govêrno manter um grau razoável de atividade econômica mesmo ao preço elevado do prolongamento no tempo do programa recuperador. A política de combate à inflação teria sido extremamente simplificada pelo tratamento de choque - mas a transição não se faria sem manifestações sociais, e políticas de impacto - preconizado pelas teorias que condicionam exclusivamente à pequena duração as possibilidades de êxito da luta antiinflacionária.

Foi conscientemente que o Govêrno preferiu estender no tempo o programa saneador: deixava prolongar-se o efeito negativo sobre uma opinião pública já traumatizada pela inflação, e depois obrigada a participar do escalonamento das dificuldades. Em contraposição o tratamento de choque representaria um encurtamento das dificuldades, mas a sobrecarga seria em muito maior volume. Já que nenhuma das formas de combate à inflação pode pretender popularidade, nem a adesão do consumidor e do produtor, o Govêrno se fixou em sua decisão gradualista e executou a programação.

Foi necessário vencer formas sobreviventes de comportamento inflacionário, tanto no setor da produção, como também no campo do consumidor.

As distorções

A estratégia de combate à inflação, formulada no Plano de Ação Econômica, em 1964, preconizava uma ação incisiva sobre as causas, através de uma política visando a conter o déficit de setor público, uma política de crédito referente às empresas privadas e uma política de salários, bem como o empreendimento de uma ação do lado da oferta, pelo amparo à produção.

A fase inicial da política desinflacionária teve como característica principal a correção do sistema de preços (ou reajustamento de valores). Mudou a natureza do processo inflacionário, que de caracteristicamente cumulativo (com tendência de expandir-se ininterruptamente) passou a uma forma acentadamente corretiva pela via da abolição dos subsídios que deixaram de ter significação econômica real, bem como a liberação de controles comprovada-

mente prejudiciais ao financiamento do sistema de preços.

Subsídios e controles de preços constituíam um sistema que levaria a inflação a tornar-se em breve incontrolável, e que já haviam afetado danosamente a capacidade nacional de investimento.

No capítulo da correção das formas distorcidas, era valioso preservar a função econômica dos preços de mercado, embora - acentuadamente nas economias subdesenvolvidas - o sistema apresenta imperfeições. A função econômica dos preços de mercado consistiu em orientar os consumidores e empresários, tanto privados como do setor público, sobre a maior ou menor escassez dos diferentes bens e serviços, bem como em relação aos fatores de produção, a fim de que todos pudessem utilizar com maior eficiência os recursos disponíveis.

No passado havia o abuso consciente do subsídio à importação de artigos cuja produção nacional é insuficiente - notadamente trigo, petróleo e papel de imprensa - sob a justificativa irrealista de reduzir os custos e atenuar os efeitos da inflação. Esta prática estimulou a importação excessiva dos referidos bens, cuja escala de produção nacional era notoriamente insuficiente para atender às necessidades de consumo. Com isso favorecia-se o mercado estrangeiro, em desfavor da produção nacional dos mesmos artigos, com outro efeito pernicioso para a capacidade de poupança nacional. Esta política de subsídios abastecia as fontes permanentes da inflação.

Outro aspecto a considerar é que o sistema de subsídios tem sentido enganador: escondia os custos reais, o que não é a mesma coisa que diminuí-los. Aos beneficiários da importação de tais bens (petróleo, trigo e papel de imprensa) era dado preço inferior ao pago, em cruzeiros, pelo País. O custo verdadeiro era dividido em duas parcelas, uma a ser paga diretamente pelo consumidor, e outra ressarcida pela nação em seu conjunto, através da inflação provocada pelas emissões destinadas a financiar a política de subsídios.

Houve resistência e incompreensão em vários setores, que não assimilaram o sentido real da política de reajustamento dos preços da gasolina, em decorrência do reajustamento da taxa de câmbio da importação de petróleo, com a alegação de que se produziriam efeitos encarecedores no transporte e, em consequência, sobre os preços. Conquanto tenha existido tal efeito, ele foi sempre inferior à estimativa. O reajustamento da taxa de câmbio é uma das consequências di

retas da elevação dos preços internos: sua tendência é perdurar, até que a inflação seja definitivamente extinta.

A política financeira foi rígida e determinada, também no sentido de demonstrar que o combate à inflação impunha a progressiva contenção dos deficits governamentais através a redução da despesa e a elevação da receita.

A atividade econômica, nos anos que precederam os acontecimentos de 31 de março de 1964, foi acentuadamente marcada pelas distorções de mercado. O setor público agiu nitidamente com o propósito de intimidar a iniciativa privada nacional e de repelir a colaboração do capital estrangeiro.

"Em resumo", diz a Mensagem ao Congresso Nacional, na abertura do ano legislativo de 1965, "quando este Governo assumiu o poder, a situação econômico-financeira era realmente sombria às deficiências estruturais da economia nacional se havia sonado perturbações ocasionais que ressaltaram aquelas, desorganizaram os mercados internos, levaram a elevação de preços à beira da hiperinflação, geraram uma crise de motivação, queda no influxo de investimentos, e da taxa de desenvolvimento econômico, bem como de volume de expressão e, finalmente, comprometeram o crédito do País no exterior.

"A tarefa mais urgente, portanto, era a de conter a extraordinária elevação do nível geral de preços, recuperar o mínimo de ordem necessário ao funcionamento da economia nacional, superar a crise de motivação e devolver aos empresários e trabalhadores a tranquilidade necessária às atividades produtivas, e, finalmente, conceber, conjuntamente com os nossos credores internacionais, um esquema mutuamente conveniente de saldar os nossos compromissos financeiros. O êxito da ação governamental nesses setores permitiria a retomada do ritmo de desenvolvimento, interrompido em 1962, e prepararia o caminho para a adoção das medidas tendentes a superar os entraves de ordem estrutural e dar à economia nacional as condições necessárias ao desenvolvimento duradouro e auto-sustentável."

A Mensagem de 1965 define também o caráter da ação antiinflacionária empreendida: "No tocante ao combate à inflação, assinala-se que em nenhum momento cogitou o Governo de uma política deflacionista, no sentido da queda de nível geral dos preços. (...). O que o Governo pretende, realística e conscientemente, é a desinflação,

isto é, o contrôlê e a redução de ritmo de aumento de preços, para atingir a liberdade".

Para operar à transição do processo inflacionário acelerado a um contrôlê efetivo, o Govêrno - dentro da concepção gradualis..ta - levou em conta o inevitável perigo de um surto recessivo. A inflação corretiva consistiu em revelar custos já existentes na economia, mas distribuídos de forma socialmente injusta. Foi o desejo de transformar uma inflação em espiral, sem nenhuma virtude corretiva e socialmente injusta, numa inflação temporária e auto-corretiva, que levou o Govêrno à Instrução 270, que eliminou os subsídios, que agravariavam notadamente o deficit de caixa do Tesouro.

Na realidade, apesar de reajustamento doloroso, da inflação corretiva, a média mensal da elevação do custo de vida na Guanabara, que era, antes da Instrução 170, de 7,7% ao ano, baixou, nos quatro meses pós-revolucionário, para 5,2%.

O período de inflação corretiva implica em frustração e desapontamento, principalmente para as massas urbanas, que se vêm chamadas a pagar o custo real que a economia já enfrentava, mas que sôbre elas não incidia.

O segundo perigo da fase de transição são os efeitos recessivos. Alguns dêsses efeitos, na fase desinflacionária, podem ser considerados normais. O primeiro dêles é a transposição dos estoques. Tôda vez que cessa a expectativa da alta contínua e acelerada de preços, há um fenômeno que se descreve, normalmente, como retrogressão de estoques. O varejista transfere os estoques para o atacadista, êste para o industrial de produtos finais e êste para o industrial de matérias-primas. É um reajustamento normal, recompondo-se uma distribuição de ônus da estocagem, característica das economias estáveis.

Havia, porém, efeitos anormais recessivos, que é preciso controlar com cuidado. Mas, na análise dêsses fenômenos, inclusive de desemprego, cumpria distinguir claramente entre desemprego estrutural, de longo prazo, e desemprego conjuntural, de curto prazo.

CAPÍTULO IV

A ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO

A Mensagem Presidencial para o ano de 1965 reafirmava a determinação do Governo em favor do desenvolvimento econômico, referindo que, "evidentemente, no espaço de pouco mais de um semestre (1964) não teria sido possível apresentar resultados milagrosos". E recordava os efeitos danosos da queda do ritmo de formação de capital, nos anos de 1962 e 1963, com graves repercussões em 1964, quando a economia brasileira mergulhou na recessão e na desordem, no primeiro trimestre. Apesar disso, recuperaram-se visivelmente os setores básicos: os programas rodoviário e de energia elétrica foram atacados e adquiriram novo ritmo.

Em 1962 expandiram-se os gastos governamentais, sem o aumento das receitas fiscais, com a agravação sistêmica dos deficits de caixa do Tesouro Nacional e a aceleração da taxa de inflação. Agravou-se o desequilíbrio do balanço de pagamentos e asfixiou-se a capacidade de importar. A deficiência da infra-estrutura econômica fêz-se aguda, desencadeou-se o clima de incertezas e veio a intranquilidade. Caiam o nível de investimentos e a taxa de crescimento do PIB.

Ao instalar-se em meados de abril de 1964, o Governo revolucionário fêz uma opção do tipo de desenvolvimento econômico mais adequado, e agiu em consequência para construir as bases de um processo econômico, liberto da inflação, sem distorções na estrutura dos investimentos, sem endividamento externo excessivo. A preparação das condições institucionais para um processo de desenvolvimento acelerado e auto-sustentável foi buscada nas reformas agrária, tributária e bancária, e toda uma série complementar de providências.

É que a saudável preparação do desenvolvimento pressupõe a necessidade de motivar, com estímulos eficazes e legítimos, a participação crescente de diferentes categorias sociais e de todas as regiões, de modo a realizar o potencial máximo de crescimento do produto nacional. E os seus resultados devem alcançar, também de forma crescente, regiões e grupos sociais com menor participação.

A característica da ação governamental, durante o ano de 1964, incidiu no planejamento e na coordenação econômica, no planejamento orientado no sentido de melhor conduzir o sistema econômico, dentro das concepções democráticas da ação econômica que cabe ao Estado.

A estratégia adotada para o desenvolvimento econômico, nos meses de 1964, concentrou-se no esforço de formação do capital e no aumento da produtividade dos fatores, pelo progresso tecnológico (principalmente em relação à agricultura). Para reativação do setor agrícola, negligenciado pela ação governamental em períodos recentes, as medidas postas em execução abrangeram providências com efeito a curto prazo sobre a oferta dos produtos agrícolas (intensificação do uso de fertilizantes, distribuição de sementes, localização dos estoques existentes de arroz, feijão e milho nas áreas produtoras, e embarques para os locais onde se assinalava escassez) e incentivos gerais à produção (eliminação gradual de controles de preços, eliminação de restrições cambiais à exportação, sem prejuízo do consumo interno). Houve medidas práticas no tocante à política de preços mínimos e de crédito rural.

Em relação ao setor industrial, a política econômica, em 1964, teve por objetivo a retomada das taxas elevadas de crescimento, observadas até 1961 (entre 47 e 61, o produto real da indústria expandiu-se a uma taxa média anual de 9,7% ao ano e caiu para 0,7 em 1963). A tendência declinante agravou-se em fins de 1963 e tornou-se dramática no primeiro trimestre de 1964, em consequência do racionamento de energia elétrica, da grave inquietação política e da agitação social.

Assim foram dispensados incentivos imediatos aos investimentos nas indústrias química, têxtil, de cimento, de produtos alimentícios, de calçados (entre outras), através da permissão para acelerar a depreciação dos novos equipamentos, até 1968. Foi montado também um sistema de assistência à pequena e média empresa, através do Banco do Brasil (com recursos da Aliança para o Progresso) e do BNDE (com recursos do BID). O FUNDECE (Fundo de Democratização do Capital das Empresas) foi constituído para financiar o capital de giro das empresas dispostas a abrir seu capital social. Dinamizou-se o mecanismo de financiamento às exportações de produtos manufaturados. Também foi criado o FINAME, destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos.

Para alcançar ritmo de desenvolvimento, o Governo buscou em 1964 assegurar a contribuição de recursos externos, destinados a complementar o esforço nacional de capitalização. Com base em seu

programa de ação, conduziram-se as negociações com governos estrangeiros e entidades internacionais, para a mobilização de recursos. Com a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA foram acertados créditos para projetos específicos, em 1965, no valor de 100 milhões de dólares. Missão do BIRD visitou o Brasil e assegurou o financiamento de grandes projetos no setor de energia elétrica, no valor de 80 milhões de dólares. Missão do BIRD acertou com o Governo brasileiro 90 milhões de dólares a serem concedidos em empréstimos no ano de 1965.

Assim, já em 1965 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico teve uma colaboração financeira bastante superior à contribuição dada nos três anos anteriores.

Em decorrência, principalmente, da reorganização administrativa por que passou, a Petrobrás apresentou situação auspiciosa já em 1965. Cessou o declínio da produção, registrado nos três meses finais de 1963. Os resultados mais positivos foram, entretanto, no setor de energia elétrica, com a retomada de uma política decidida e realista para dar ao Brasil, no início da próxima década, o dobro da capacidade de geração possível em 1964.

Agricultura, indústria e serviços apresentaram no ano de 1965, resultados que identificam já desenvolvimento econômico. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto - baixada para 1,4% em 1963 - eleva-se para 4% em 1965.

Durante 1965 passaram a operar, de modo efetivo, os fundos de desenvolvimento criados no ano anterior, pelo Governo revolucionário, com a finalidade específica de cobrir as áreas não atendidas pelo sistema tradicional de financiamento. Através do Fundo de Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos (FINAME), Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE), Fundo de Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME) e Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP), além dos fundos destinados à agricultura, especificamente, o Governo conseguiu dar vazão a uma série de medidas capazes de ajustar a participação das empresas privadas no processo de desenvolvimento.

No setor das indústrias químicas, foram dois os pontos de destaque da ação governamental, em 1965, com vista ao desenvolvimento:

- 1) uma série de estímulos fiscais, financeiros e econômicos, através

do GEIQUIM, foram concedidos para a instalação da indústria química, indústria de fertilizantes e indústria petroquímica; 2) através da resolução, o Conselho Nacional de Petróleo franqueou o setor petroquímico à iniciativa privada. Em consequência, no mesmo ano, 24 projetos foram aprovados no GEIQUIM. Do total, sete projetos diziam respeito à petroquímica, tanto de iniciativa privada quanto da Petrobrás. Foram aprovados três projetos para fertilizantes nitrogenados e fosfatados, que possibilitarão, no setor de nitrogenados, o atendimento da totalidade das necessidades do País.

Para aumentar as exportações, o Governo simplificou as formalidades burocráticas, e concedeu estímulos creditícios, cambiais e fiscais. A infra-estrutura do comércio exterior foi ainda dotada do seguro de crédito às exportações, de forma a absorver os riscos das vendas a crédito. O incremento das exportações foi orientado como forma de contribuir, de modo eficaz, para o aumento da produção.

Os Investimentos Públicos Federais

- Em 1966 o Governo Federal investiu Cr\$3.426 bilhões. Este total é praticamente equivalente, em termos reais, aos investimentos realizados em 1965, Cr\$2.515 bilhões a preços correntes.

- No setor rodoviário foram investidos Cr\$320 bilhões correspondentes à implantação ou pavimentação de 2.800 Km, contra 2.600 Km em 1965.

No setor energético teve prosseguimento um amplo programa de ampliação e modernização sendo investidos Cr\$604 bilhões, o que possibilitará a elevação da capacidade geradora do País para 12.000 Kw em 1970, duplicando a capacidade instalada em 1964.

No setor agropecuário foram investidos cerca de Cr\$200 bilhões, o que corresponde, em termos reais, ao dobro do total investido em 1965.

- Nos setores industrial e petrolífero foram investidos cerca de Cr\$ 1 trilhão correspondendo a cerca de 30% dos investimentos totais do Governo Federal.

Já que se pretendia, naquele momento, construir os fundamentos de uma nação da sociedade brasileira, deveríamos ser realistas

tas e não permitir que a formulação de uma política de desenvolvimento - a opção fundamental - fôsse privilégio de grupos que se têm revelado incapazes para essa tarefa, por absoluta incompatibilidade com as decorrências dessa opção. Deveríamos, de um lado, bater a resistência dos que criam obstáculos ao desenvolvimento, porque não pretendiam, por motivos ideológicos, ajudar a acumulação de capital numa sociedade em que predomina a livre empresa. Devíamos, de outro lado, bater a resistência dos que criam obstáculos ao desenvolvimento, porque, encarcerados em seus privilégios confortáveis, não admitem as mudanças que a sociedade reclama. E devemos, também, vencer a resistência dos áridos, dos estéreis porque também uma grande dose de inventividade e criação se torna indispensável ao aceleração do processo histórico.

O Brasil não está despreparado para reivindicar um lugar ao sol entre as nações plenamente desenvolvidas. Ao longo de nossa história construímos e recebemos algumas premissas fundamentais a êg se anseio, hoje uma exigência de desenvolvimento.

Isto tudo deve e pode legitimar a ambição de um projeto nacional de desenvolvimento econômico. Mas se a ambição é verdadeira, deve ser acompanhada da consciência de nossas próprias limitações, a fim de que não lancemos sobre outros a culpa de uma frustração nascida da ignorância ou da falta de consideração de uma importância que é nossa.

A retomada do desenvolvimento não é mais uma terra à vista, nas solo onde podemos pisar. O problema agora é de aumento de velocidade, e não mais o da procura de impulso ou de caninho. A taxa de aumento do Produto Interno Bruto, em 1965, e as previsões para 1966, quando comparada à estagnação de 1962 e ao retrocesso de 1963, indica-nos **claramente** que saímos da fase da aspiração sem conteúdo prático, para a da operação com sentido crítico. É tudo que o Governo fêz foi no sentido de criar as condições necessárias para a eclosão de um processo auto-sustentável de desenvolvimento econômico.

Antes o desenvolvimento era matéria de pura aspiração. Hoje, pode e deve ser matéria de deliberação, e até mesmo de correções.

Não conseguiremos nem promover, nem corrigir o desenvolvimento, se não adicionarmos aos nossos hábitos de pensamento uma dose

maior de objetividade. A promoção do desenvolvimento depende mais ~~a~~ conjugação de vontade e de intenções. A correção do desenvolvimento ~~t~~ dependerá mais do confronto de vontades e de intenções.

CAPÍTULO V

AS REFORMAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

A transformação institucional do Brasil, no campo econômico, foi um desafio que o Governo revolucionário aceitou e enfrentou, como um requisito indispensável à evolução democrática do País. Há muitos anos a estrutura econômica e social brasileira tornara-se incapaz de dar vazão às possibilidades reais de desenvolvimento. Impunha-se todo um elenco de providências na estrutura, a fim de adaptá-la para o crescimento harmonioso e ritmado.

As bandeiras reformistas foram agitadas com impropriedade durante os anos críticos que precederam a Revolução. Formuladas em ângulo totalitário e utilizadas como pretêxto de agitação social, com finalidades políticas inequívocas, as idéias reformistas foram comprometidas pelos grupos que se sentiram autorizados a agir, quando a economia nacional estagnou em 1962 e evoluiu em 1963, em decorrência da aceleração inflacionária e da inépcia governamental.

O Governo revolucionário, simultaneamente com as providências de emergência, adotadas para debelar a inflação e programar um contexto de segurança para o desenvolvimento, cuidou de estudar as reformas democráticas para a estrutura econômica brasileira, além de encaminhar tôdas as demais reformas de caráter social e a modernização da máquina administrativa.

O Programa de Ação, elaborado nos primeiros meses de Governo, definiu o desenvolvimento econômico como um processo através do qual os agentes econômicos, adequadamente motivados, conseguem alcançar o potencial máximo de crescimento do produto real. Sobre duas áreas principais exerceu-se a ação governamental: a dos recursos, materiais e humanos, tendo em vista sua utilização mais eficiente, e a das instituições, para compatibilizá-las com os objetivos econômicos e sociais.

Através do planejamento democrático, programou-se a ação do Governo com finalidades renovadoras.

O sistema tributário brasileiro ressentia-se de falhas fiscais, sociais e econômicas. O montante das despesas era superior à arrecadação, inadequada nas formas e insuficiente no volume. A legislação fazia discriminações injustas entre as categorias de contribuintes: ao mesmo tempo que concedia regalias a uns, asfixiava a outros. A incidência desordenada prejudicava o desenvolvimento nacional, sem contar as distorções flagrantes, por

não haver no sistema tributário dispositivos para atenuar os impactos inflacionários.

O Governo agiu por etapas: ainda em 64 foram eliminados os entraves constitucionais ao funcionamento do sistema tributário. Modificações no Imposto de Renda tiveram em mira captar recursos não inflacionários para cobrir parte dos deficits da União.

A segunda etapa da Reforma Tributária se configurou através das alterações nos impostos do Sêlo, Consumo e Renda. O objetivo foi amenizar o sistema tributário federal, simultaneamente com a sua racionalização. De tributo sobre papéis, o Imposto do Sêlo transformou-se em imposto sobre as obrigações, com um sentido funcional. Foram revistas, dentro do critério de essencialidade, as incidências do Imposto de Consumo, com a eliminação das isenções, injustificáveis porque geradoras da assimetria e discriminações no sistema tributário.

Simplificado e também amenizado, pela eliminação do Imposto Cedular e dos adicionais e empréstimos compulsórios, que sobre eles incidiam, o Imposto de Renda ganhou o caráter de tributação diferencial sobre lucros retidos e distribuídos. O objetivo foi incentivar a poupança das empresas e promover a democratização das sociedades anônimas.

O ciclo modernizador do sistema fiscal completou-se com a discriminação de rendas, através da adaptação do processo tributário num instrumento racional de desenvolvimento econômico e de cooperação federativa, eliminando a tributação em cascata do Imposto de Vendas e Consignações. Em seu lugar criou-se o Imposto de Circulação de Mercadorias, que simplifica e impede o encarecimento das transações, e evita a concorrência tributária entre os Estados. Desapareceram os impostos anti-econômicos, oriados sob diferentes designações. O Imposto de Exportação passou para a União e racionalizou-se o imposto de transmissão, com eliminação dos efeitos negativos sobre as atividades econômicas.

O Governo revolucionário transformou em lei, com a colaboração do Congresso, a Reforma Bancária que se impunha. Existia no Brasil um estabelecimento central de crédito que servia simultaneamente de Banco do Governo, Banco dos Bancos e desempenhava com ambivalência as responsabilidades as funções do Banco Central. Com a

existência exclusiva do Banco do Brasil, como estabelecimento central, as Autoridades Monetárias ficavam submetidas ao Poder Executivo, circunstância que aprisionava a política monetária à política fiscal. Em tal quadro institucional, eram inevitáveis a expansão monetária sem controle e a indiferença pelos deficits públicos.

A lei bancária estabeleceu uma escala de transição a um sistema monetário ordenado. A SUMOC transformou-se em Banco Central e assumiu as atribuições de Banco Emissor e de Controlador da Política Monetária. O Conselho Monetário foi criado e vários dos seus membros têm mandato fixo, para estarem desvinculados das injunções políticas. As Instituições Financeiras Privadas, Bancos e Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, sujeitaram-se a uma disciplina que impede a prática de abusos no mercado monetário.

Deturpados pelas repercussões inflacionárias, o mercado financeiro e o mercado de capitais foram objeto de uma lei regulamentadora. O Conselho Monetário teve definida sua autoridade disciplinadora dos mercados financeiros e de capitais, e o Banco Central assumiu o papel de órgão fiscalizador. O acesso das empresas àquele mercados foi também regulamentado.

Foi permitida a correção monetária de debêntures e outros títulos mobiliários, assim como de depósitos a prazo. Disciplinou-se a criação de bancos de investimento privados, bem como instituíram-se as ações e obrigações endossáveis, como também as debêntures conversíveis em ações.

Além de sua preocupação prioritária com a agricultura, qual distinguiu com uma série de incentivos para fomentar a sua produção deficiente e realizada em termos obsoletos, cuidou o Governo de dar àquele importante setor - negligenciado pela política de desenvolvimento voltada em termos de exclusividade para o setor das manufaturas - um instrumento para sua adequação às necessidades do País.

O Estatuto da Terra, promulgado pela Revolução, representa uma Reforma Agrária elaborada em padrões exclusivamente técnicos, com tratamento de inspiração democrática. Sua aprovação pelo Congresso evidenciou a possibilidade de dar à Reforma Agrária um caráter predominantemente técnico, liberto das formas de agitação dos aspectos totalitários daqueles que a propunham apenas para objetivos políticos excusos.

A Reforma Agrária Brasileira tem como objetivo prioritário assegurar o bom aproveitamento da terra e, apenas nos casos de necessidade, trata da redistribuição de terras. O principal instrumento para se operar a evolução agrária brasileira é o Imposto Territorial Rural, de incidência progressiva e diferenciada, através da qual pune o latifúndio improdutivo e premia o bom uso da terra. A desapropriação foi definida como forma de uso complementar - com pagamento em títulos, mas assegurada a correção monetária - nas áreas de maior pressão demográfica e de maior tensão social.

Para executar a política de Reforma Agrária, existe o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, através do qual se promovem preliminarmente os estudos para o zoneamento do País em regiões de estrutura agrária homogênea, a fim de especificar as áreas críticas, as áreas economicamente ocupadas e as áreas ainda em fase de ocupação.

Os objetivos da Reforma Agrária Brasileira são: promover um sistema de distribuição da terra, capaz de favorecer a ampliação e o fortalecimento de uma classe média rural, através do estímulo à sua capacidade de produção; incentivar a produção extrativa, agrícola, pecuária e agro-industrial, em todas as empresas rurais; assegurar condições adequadas de bem estar e promover o desenvolvimento comunitário no meio rural; contribuir para tornar harmônicos o desenvolvimento rural e o processo de industrialização, com o incentivo ao artesanato e à formação de pequenas e médias indústrias, bem como pelo aproveitamento da mão-de-obra e a utilização de matérias-primas locais.

Com um elenco de leis corretivas das distorções e criadoras de incentivos, bem como a criação do Banco Nacional da Habitação, o Governo Revolucionário empreendeu o ataque a um problema social que se revestia de aspectos dramáticos. A escassez de habitações no Brasil, já estimada num deficit de 7 milhões de unidades, traduzia-se na proliferação de favelas e demais formas de moradias de condições sub-humanas. O crescimento demográfico e o baixo nível de renda per-capita tendiam a agravar o deficit habitacional. A legislação irrealista, inadaptada à conjuntura inflacionária, agravava sobremaneira o problema. A inflação e a limitação da taxa de juros atrofiaram a oferta de financiamento a longo prazo para a com-

pra de moradias, confinando-a à oferta irrisória das instituições oficiais. Só havia dois meios de adquirir casa própria: pagando-a praticamente à vista ou pelo acesso político às fontes oficiais de crédito. Em ambos os casos, só uma parcela muito restrita da sociedade podia resolver o problema da casa própria.

O congelamento dos aluguéis pela Lei do Inquilinato, numa conjuntura inflacionária acelerada, representou desestímulo à construção de imóveis para locação residencial. Com a escassez da oferta, elevaram-se a níveis insuportáveis os aluguéis novos. Havia uma situação de disparidade e injustiça, porque os inquilinos antigos pagavam preços irrealistas pelas habitações, enquanto os novos aluguéis eram altíssimos.

Para atalhar o quadro de anomalias, o Governo providenciou leis corretivas, com vistas a restaurar o interesse do setor privado pelo mercado imobiliário e incentivar novas construções residenciais.

Tendo em vista criar condições realistas, foi instituída a correção monetária para as prestações e saldos devedores, de forma a atrair poupanças privadas para o suprimento dos financiamentos, e a fim de eliminar as características de subsídio que a inflação emprestava aos empréstimos a longo prazo, já que a devolução da importância nominal não repunha o valor da obra adquirida.

Através do sistema de Cooperativas, de Sociedades de Crédito Imobiliário e das Fundações Habitacionais, a rede privada de financiamentos encontra um campo de ação motivado para aplicação de recursos. Foi reformulada a Lei de Inquilinato, a fim de restaurar o interesse particular pela compra de imóveis destinados à locação, já que o problema habitacional não pode ser resolvido exclusivamente pela aquisição da casa própria, porque exige também a normalização do mercado de aluguéis. Mais uma vez, a solução governamental foi a de trazer o mercado à realidade dos preços. Os novos aluguéis são reajustados pela correção monetária, através de índices fixados pelo CNE, e os antigos são progressivamente atualizados, para que ao fim de um decênio estejam ajustados à realidade do mercado.

Foram também fixadas exigências para disciplinar as incorporações e restringir os abusos que proliferavam no mercado de construções. As inversões imobiliárias tornaram-se mais garantidas para os que nela aplicam suas poupanças.

A Lei de Estruturação do Sistema Financeiro Habitacional, a nova Lei do Inquilinato, a Lei das Incorporações Imobiliárias e a Lei de Incentivos à Construção Civil, lançaram as bases para a solução de problema residencial, de amplas consequências sociais. Adotou esse princípio de que o paternalismo estatal na solução do problema é inadequado e que todos devem pagar, conforme suas posses, pela moradia que usufruem. A correção monetária para o pagamento das prestações tem como finalidade assegurar a devolução do valor, a fim de que o programa de construção não seja interrompido pela escassez. A cada moradia construída, deverá corresponder a construção de outra igual, pela devolução de seu valor.

O programa habitacional, além do seu aspecto social, tem de resto um sentido econômico relevante, qual seja, o aproveitamento da mão-de-obra não qualificada, já que a construção civil - onde se manifestava uma queda na oferta de emprêgo - pode observar, em seu programa de expansão, parcelas consideráveis de trabalhadores.

Depois de existir apenas no texto constitucional, o Direito de Greve foi afinal regulamentado, por iniciativa do Govêrno revolucionário. Aprovou-se também a lei que regula os dissídios coletivos, documento da maior importância no quadro de Combate à inflação e de preparação para uma etapa de desenvolvimento. A política salarial assegura a manutenção do salário real médio dos trabalhadores, permitindo sua elevação na proporção do aumento da produtividade. Com isso, o poder aquisitivo médio dos assalariados não se reduzirá na fase de contenção da inflação, e assegura uma partilha dos frutos de desenvolvimento, na proporção em que se eleva a eficiência do sistema econômico.

No campo de sua ação direta, o Govêrno cuidou de estruturar duas reformas fundamentais para dotar-se de instrumentos à altura de suas responsabilidades específicas: a Reforma da Previdência Social e a Reforma Administrativa, depois de longos estudos, tiveram iniciada sua implantação. A da Previdência Social foi unificada, com o objetivo de aparelhar os serviços com eficiência e possibilitar o melhor atendimento dos contribuintes, tendo em vista os custos operacionais reduzíveis pela racionalização, já que a existência de capacidade ociosa em alguns casos era agravada pela insuficiência flagrante de atendimento em outros casos.

Através da Reforma Administrativa, o Governo Federal ganha uma estrutura homogênea e adquire a eficiência de que precisa, para desempenhar, nos diferentes planos de ação, as tarefas de sua exclusiva responsabilidade, as quais não poderiam mais ficar sujeitas ao anacronismo dos critérios desordenados pelos quais se regia a vida administrativa.

CAPÍTULO VI

O SANEAMENTO DAS FINANÇAS

E OS INVESTIMENTOS

Exigências nacionais insatisfeitas avolumaram-se no decurso do tempo e vieram a definir-se como pontos de estrangulamento e impasses políticos, diante dos quais os homens que detinham o poder, antes de 31 de março de 1964, já haviam capitulado. A administração pública perplexa, a economia nacional em retrocesso, a vida social perturbada pela inflação aguda compunham um quadro onde manifestações diversas da notória incapacidade dos governantes se juntavam para desenhar o epílogo inevitável de sua rendição política, ocorrida a 1º de abril.

Assumindo o Poder para executar reformas capazes de libertar as forças do desenvolvimento, então enclausuradas, o Governo do Marechal Castello Branco começou a cumprir um programa que encontra amplo respaldo na consciência de sua necessidade, nacionalmente amadurecida há bastante tempo.

Em primeiro lugar, impunha-se deter e modificar tendências geradoras de múltiplas distorções no sistema econômico e alimentadas pela desordem financeira e administrativa imperante. No orçamento da União, o deficit verificado em 1963 correspondia a 54% da receita e mantinha estreita correlação tanto com a elevada taxa de inflação como com o declínio das despesas de investimento do Governo Federal. O tremendo esforço desenvolvido, no sentido de conter a tendência perigosa para um deficit orçamentário que ameaçava superar a receita, se exprime nos resultados dos anos seguintes. Em 1964, não obstante as pressões inflacionárias que se avolumaram no primeiro trimestre e persistiram ainda por muitos meses, o exercício foi encerrado com um deficit correspondendo a 37% da receita, reduzindo-se o percentual a 18% em 1965. A expectativa de que o Orçamento da União apresente, entre outros resultados, um deficit equivalente a apenas 8,5% da receita, no corrente exercício, oferece elementos para um juízo definitivo sobre a racionalidade das diretrizes e objetivos do programa, no que se relaciona às finanças públicas federais, e também sobre a possibilidade imediata e visível do equilíbrio orçamentário com que sonha a Nação desde os primórdios da República. Eliminado o deficit, no próximo exercício, será iniciado um período sem precedentes na história brasileira e que é assinalado pela formação de reservas monetárias.

A passagem do caos financeiro ao regime dos saldos orçamentários e das reservas monetárias federais significa maiores possibilidades de investimentos, tendo-se em vista as responsabilidades que pesam sobre o Estado, como investidor, tanto em setores que ainda não oferecem atrativos à iniciativa privada, como naqueles que se situam na sua exclusiva esfera de competência. Temos, agora, o reverso da medalha das finanças públicas no primeiro trimestre de 1964, quando a situação reinante apontava para o total desaparecimento dos dispêndios federais com inversões produtivas. No período de 1961 a 1963, baixara a apenas 18% da despesa total da União a parcela relativa a investimentos. Com a melhoria apresentada já ao encerrar-se o exercício de 1964, as despesas de investimento desse ano cresceram para 21%, alcançando em 1965 o nível de 32%, bastante elevado. Em 1966, os dispêndios do Governo Federal com inversões produtivas representam cerca de 35% da despesa total. Talvez se aproximem de 37%, quando conhecermos os resultados finais da apuração das contas do exercício.

Esse, em linhas gerais, o esforço para conter e reinverter tendências perigosas que conduziam ao caos e à perda de rumos. O orçamento da União, como agora se apresenta, sintetiza os êxitos alcançados pela execução do Programa de Ação do Governo, mas não dispensa explicações paralelas para que se possa apreender o real alcance de tais êxitos.

Conseqüência direta da reordenação a que foi submetida a máquina administrativa e do saneamento financeiro é o Programa de Investimentos Públicos de 1966, onde se retrata em cifras a mudança operada na vida da Nação. Quem poderia imaginar que o Brasil do primeiro trimestre de 1964 tivesse condições de encontrar-se a si mesmo, já em 1966, pondo em prática um programa de tal vulto? Com efeito, as contas consolidadas da União permitem vislumbrar o maior programa de eletrificação que se executa no chamado Terceiro Mundo, o mundo das nações em vias de crescimento econômico. No setor energético, somente em 1966, aplicou-se o equivalente a 1 trilhão e 100 bilhões de cruzeiros, cifra que representa tão-somente a quinta parte dos recursos financeiros destacados pelo Governo para a efetivação de uma política concreta de desenvolvimento econômico. Demonstra a cifra que falar em estagnação é viver num passado já vencido.

Em 1963, o País tinha uma potência instalada de 6.355.000 kw, representando o esforço nacional acumulado em um período de 80 anos. Não obstante, até 1971 elevar-se-á a potência instalada a mais de 13 milhões de kw. A própria história brasileira prova que nunca houve em período passado tamanha concentração de investimentos no setor vital da energia elétrica.

Também no setor petrolífero são elevados os gastos de investimento do corrente ano. As obras das refinarias Gabriel Passos e Alberto Pasqualini, respectivamente em Belo Horizonte e Porto Alegre, assim como os terminais marítimos em fase de conclusão, como os de São Sebastião, em São Paulo, e de Atalaia Velha, em Sergipe, revelam igualmente um esforço tenaz do Governo de superar em definitivo os atrasos típicos do período que se encerrou a 31 de março de 1964.

Por outro lado, os resultados positivos da exportação brasileira foram consequência de um persistente e laborioso esforço de racionalização administrativa e de coordenação entre os diversos órgãos específicos do Governo. O tumulto antes era evidente. Com base em mais de 200 atos legais, 30 órgãos do Governo Federal disputavam entre si a criação de obstáculos ao desenvolvimento das exportações de acordo com as potencialidades da economia nacional.

Conscientes do perigo que essa desordem produzia, o atual Governo empenhou-se na execução de uma firme e consequente política de reforma, criando o Conselho Nacional de Comércio Exterior, órgão normativo das nossas relações comerciais e econômicas com o resto do mundo e que centraliza todas as decisões que afetam o intercâmbio, tendo como órgão executivo a Carteira de Comércio Exterior (CACEX), também submetida a uma reformulação constante de suas normas. De alta significação no setor é o estabelecimento de um Fundo de Financiamento das Exportações, órgão que, contando com dotações orçamentárias por dez anos consecutivos, a partir de 67, está tendo a desempenhar papel de tremenda significação na exportação brasileira de produtos manufaturados. Foi a obtenção de saldos crescentes no comércio exterior que propiciou a passagem da posição devedora à posição credora de que hoje o País desfruta, com vantagens incalculáveis para a normalização das relações financeiras com os demais países. Essa posição credora é o fundamento número um de nossa

crédito externo, cujos limites não são visíveis, pois não houve nenhuma recusa das agências financeiras internacionais às nossas solicitações de crédito, para fins de desenvolvimento, nos últimos 32 meses. Disto o Ministro Roberto Campos teve, particularmente, sucessivos testemunhos. Prova concreta do sólido apoio internacional ao PAEG, resultado imediato desta posição credora, ofereceu a Reunião de Paris, em julho de 1966, onde nossa delegação discutiu com representantes de 11 nações e de 3 entidades financeiras, entre elas o Banco Mundial, a obtenção de recursos para a execução de 35 projetos de grande vulto e de significação especial para o futuro econômico do nosso País.

Nesse encontro, teve-se a percepção clara do poder de negociação que o Governo extraía justamente das reservas cambiais acumuladas desde 1964, e do empenho, em honrar a sua palavra, em observar rigorosamente os vencimentos de amortizações externas, em levar realmente a sério as suas decisões. Críticas superficiais e desvinculadas da realidade em que se movem os negociadores de empréstimos externos têm como alvo constante a reserva cambial brasileira, que hoje se aproxima de 700 milhões de dólares, não obstante as liquidações de compromissos assumidos no passado.

Segunda Parte

BALANÇO DAS REALIZAÇÕES SETORIAIS

CAPÍTULO I

SETOR DE AGRICULTURA

O Setor de Agricultura do Ministério do Planejamento surgiu através da Portaria nº 56, de 2 de junho de 1964.

Integrou várias Comissões, Sub-comissões, grupos de trabalho, reuniões, encontros, conferências e delegações. Segue-se uma síntese dos seus trabalhos executados e em elaboração.

ACÚCAR E ALCOOL - A Comissão destinada a examinar a situação do Instituto do Açúcar e do Alcool foi instituída pelo Ministério da Indústria e Comércio. O caminho tomado não foi o da reformulação, mas sim, de uma análise da atividade do IAA, a qual se consubstanciou em sugestões apresentadas para melhoria da funcionalidade de sua estrutura, considerada razoável, pelo menos para os interesses atuais da economia açucareira.

ALALC - O Brasil enviou delegação à III Reunião da Comissão Assesora de Assuntos Agropecuários da ALALC, Montevideo, entre 5 e 11 de setembro de 1966.

Recomendações apresentadas na reunião: constituição de um grupo de trabalho para tabaco, lúpulo, frutas e sanidade vegetal e animal; convocação de uma reunião de funcionários de mais alto nível, encarregados da programação de desenvolvimento agropecuário de cada país contratante; criação de um grupo de especialistas para prosseguir os estudos de caracterização dos produtos agropecuários; elaboração de uma lista de produtos agropecuários aos quais serão aplicadas normas reguladoras do comércio zonal; recomendação às partes contratantes para que remetam ao Comitê a lista de produtos a serem considerados.

A linha das recomendações visou - segundo o relatório apresentado pela delegação brasileira - a harmonizar as políticas agropecuárias dos países membros, bem como à apresentação de listas nacionais de produtos a serem negociados segundo normas estabelecidas para o período posterior ao de transição do Tratado.

ALGODÃO - O Setor de Agricultura integrou a delegação do Brasil à XXV Assembléia Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, realizado em Lima (Peru) entre 9 e 22 de junho de 1966.

Do relatório constam: exposição sobre a política algodoeira norte-americana, relato das discussões para um Acordo Internacional do Algodão, Declaração Final de Política Algodoeira, apreciação dos demais trabalhos da Assembléia, recomendações do concla-

ve e recomendações da delegação brasileira.

O documento apresenta à atenção das autoridades brasileiras quatro pontos: necessidade de fornecimento regular de dados estatísticos à Secretaria Executiva do CCIA; necessidade de um trabalho de pesquisa e promoção algodoeira; criação pelo Comitê Permanente, de um mecanismo de consulta sobre política algodoeira; estudo da conveniência de serem retirados do CCIA os aspectos políticos e econômicos do algodão, passando-os ao âmbito do CNUCED.

ARROZ - O Setor de Agricultura fez um levantamento das safras rizícolas de 1965 a 1966, para estudo de fixação de preços mínimos. O arroz merecera tratamento extremamente discriminatório dentro do esquema da Comissão de Financiamento da Produção, com vistas aos preços mínimos - o que redundara em desinteresse bastante acentuado pela cultura rizícola no Rio Grande do Sul. O estudo resultou no reajuste dos preços mínimos do arroz e num tratamento razoável para esse produto. Em consequência dessa política, espera-se para este ano, no Rio Grande do Sul, uma produção da ordem de 22 milhões de sacas, recorde absoluto na história daquele Estado.

CACAU - O decreto nº 56.543, de 7 de julho de 1965, criou a Comissão de Estudos da Política do Cacau, com a finalidade de formular e propor medidas destinadas a recuperar e desenvolver a lavoura, o comércio e a indústria do cacau em nosso país.

Em 11 de fevereiro de 1966, a CEPLAC terminou a elaboração do relatório, que em suas conclusões gerais estima, para os próximos dois quinquênios, a tendência mundial para o aumento da produção cacaueteira, com base no aumento do volume registrado nos últimos vinte anos, particularmente no último quinquênio. O incremento da produção mundial foi creditado ao trabalho técnico desenvolvido pelos produtores nos países da África, que assegura àquele continente 2/3 do suprimento mundial.

Ao formular uma política global para o cacau brasileiro, a CEPLAC propôs nas conclusões do seu relatório:

Medidas a curto prazo - Melhoria da produtividade, através de aprimoramento dos métodos de cultura; intensificação do combate às pragas, maior assistência técnica; aprimoramento da qualidade do produto; intensificação do programa de treinamento técnico, inclusive concursos sobre comercialização e crédito; aplicação de

benefícios aos trabalhadores rurais da zona cacauceira.

Medidas a longo prazo - Renovar a lavoura, com árvores de alta produtividade e introdução de novas variedades botânicas; diversificação da economia da região (principalmente agropecuária); ampliação dos programas de pesquisas agronômicas; aperfeiçoamento do sistema regional da região, inclusive com o objetivo de formar técnicos agrícolas.

Consumo - Popularizar o uso de chocolate nos grandes centros urbanos, através de propaganda orientada, na merenda escolar e no regime alimentar das Forças Armadas. No plano externo, empreender a promoção comercial, com vista à abertura de novos mercados; incluir o cacau e derivados na lista de intercâmbio dos acordos bilaterais de comércio.

Comercialização - (Interna) Reduzir, uniformizar e simplificar a tributação municipal sobre o cacau; fortalecer o sistema associativista e cooperativista; abrir agências de bancos oficiais na região; estudar a criação de uma bolsa específica para o cacau na Bahia, que representa 95 por cento da produção nacional; (externa) reduzir e simplificar os encargos da comercialização; gestões para eliminar ou reduzir as barreiras comerciais nos países consumidores; oposição à consolidação de áreas de tratamento discriminatório em relação à exportação brasileira do cacau; examinar formas alternativas de pagamento; manter sob exame constante o tratamento dado à indústria e ao comércio.

Transportes e comunicações - Concluir e pavimentar a BR 101; elaborar um projeto de transporte integrado para a região; obter financiamento para o projeto, junto a organismos internacionais; incluir o Porto de Ilhéus na agenda de trabalhos do GEIPOT; construir armazéns e silos para o cacau; instalar um sistema de telex, pelo DCT.

Recomenda ainda o relatório uma política de negociações de acordo entre produtores e consumidores, visando à disciplina do mercado internacional; colocar o aparelhamento administrativo em condições de assegurar, no plano interno, o cumprimento das obrigações contraídas em acordos internacionais.

CREDITO RURAL - A Comissão Construtiva do Crédito Rural foi criada junto ao Conselho Monetário Nacional, com funcionamento permanente

e a finalidade de apresentar sugestões e elaborar normas de trabalho a serem apreciadas posteriormente pelo Conselho, versando exclusivamente crédito rural. Apresentou trabalhos sobre a criação de novos títulos de comercialização das safras agrícolas sobre a regulamentação da aplicação de 10% dos depósitos dos bancos privados para o crédito rural.

ENCONTROS - Em julho de 1964, o Setor participou, do Encontro dos Secretários de Agricultura em Viçosa, anterior a encontro similar realizado na Guanabara. A finalidade era uma troca de impressões sobre os planos de desenvolvimento agrícola dos Governos estaduais. Nêle, traçaram-se normas para a manutenção desse tipo de reuniões, consideradas das mais proveitosas para a agricultura nacional.

Em Fortaleza, Ceará, realizou-se em 1965 o Encontro dos Secretários de Agricultura da Região Norte e Nordeste, com a finalidade de conhecer especificamente os planos de ação dos diversos órgãos das Secretarias de Agricultura dos Estados Nordestinos, e dar enfoque regional ao problema do desenvolvimento. Dêsse encontro saiu a tese dos programas de desenvolvimento integrada, entre o Ministério da Agricultura e as Secretarias de Agricultura estaduais - programa hoje em execução. O Ministério da Agricultura apresenta o programa básico e as Secretarias expõem as facetas estaduais e regionais do programa, que depois, é aprovado como um todo.

FRUTAS - Os Decretos 56.621 e 56.789, elaborados pelo Setor de Agricultura do Ministério do Planejamento, estenderam às frutas os benefícios concedidos a cereais, para exportação. Ciente da série de taxas, emolumentos e impostos que proibiam, praticamente, a exportação de frutas nacionais, o Setor elaborou longo trabalho apresentado pelo Ministro do Planejamento ao Presidente da República. Os dois decretos daí resultantes permitiram que não apenas os cereais, mas também as frutas, fôssen exportados com o pagamento de taxas e emolumentos portuários, o que reduziu substancialmente o custo de exportação, dando aos nossos produtos condições competitivas no mercado internacional.

GEIPAL - O Setor colaborou com o Grupo Executivo da Indústria de Produtos Alimentares (GEIPAL) a propósito do coeficiente de elasticidade de renda da demanda de produtos agrícolas como orientador de financiamentos. O objetivo era dar ao GEIPAL instrumentos para

melhor avaliar os projetos que lhe são submetidos, e classificar dentro de critério mais racional as atividades que merecem prioridade ou não.

MATE - O Ministério da Indústria e Comércio organizou Comissão destinada a estudar a situação do Instituto Nacional do Mate, ao tempo em que este se achava diretamente subordinado ao MIC. A finalidade era proceder-se a um levantamento da situação funcional e das atividades do Instituto. Observava-se, então, que ele não vinha atendendo convenientemente aos interesses da economia mateira, necessitando, por isso, de reformulação. O fruto do trabalho desenvolvido pela Comissão está espelhado no decreto-lei submetido à apreciação do Presidente da República.

Nêle, dá-se nova reorganização ao Instituto Nacional do Mate, associando-se-lhe outro produto similar, o chá. Com a denominação de Instituto do Mate e do Chá, êle seria dotado de flexibilidade necessária a uma operação efetiva.

LEITE E CARNE - O Grupo de Trabalho criado para reformular o plano de alimentação e do manejo do gado leiteiro, já que o primeiro plano abarcava apenas os anos de 1963/1966, a ampliação das atividades nas fazendas leiteiras de Belo Horizonte, Guanabara, Vitória, Niterói e São Paulo, e a instalação de escritórios em novas áreas, dentro do esquema de se trabalhar sempre através de cooperativas de produtores e mediante crédito tecnicamente orientado. À luz da experiência adquirida no triênio 1963/66, foi possível corrigir algumas distorções anteriores e estabelecer metas mais realistas.

Havendo disposição, por parte do FISA, de doar ao Brasil uma usina de leite em pó, criou-se Grupo de Trabalho especial a fim de estudar a localização de tais usinas, e propor medidas necessárias à sua instalação. As regiões propostas foram a de Palmas, em Alagoas, Sul da Bahia e região de Castrolândia, no Paraná. Entretanto, devido à instalação de uma usina de leite em pó por parte de uma firma particular em Itapetinga; no sul da Bahia, e a problemas de produção de matérias-primas em Castrolândia, o Grupo de Trabalho se limitou a examinar o problema de Alagoas, terminando por recomendar a construção de uma usina na cidade de Pão de Açúcar, às margens do Rio São Francisco. A usina de leite em pó será administrada por uma cooperativa de produtores, nos moldes da COLATE - organização idêntica existente em Pelotas, Rio Grande do Sul.

A partir de janeiro de 1965 reuniu-se no Ministério do Planejamento um Grupo de Trabalho destinado a elaborar projeto de pecuária de corte, a ser eventualmente apresentado ao Banco Mundial. Após trabalho de seis meses, o GT preparou dois projetos, um para o Brasil Central, o outro para o Rio Grande do Sul, apresentados conjuntamente, e no valor total de mais 104 milhões de dólares, dos quais 100 milhões seriam utilizados para o desenvolvimento das fazendas, e o restante para cobertura do custo de administração do projeto, com assistência técnica. O total estimado para o projeto do Rio Grande do Sul foi de 26,6 milhões de dólares, e para o Brasil Central, de 78,4 milhões de dólares. Apresentados os projetos ao Banco Mundial, em julho de 1965, pouco depois, em agosto, chegava uma missão de avaliação, que aqui esteve durante um mês. Seguiu-se-lhe outra, no mês de outubro.

Em virtude de certa convulsão apresentada pelo mercado de carne verde, durante 1965, o Ministro da Agricultura convocou um Grupo de Trabalho para analisar problemas ligados a este setor, principalmente o da comercialização. O GT incluía representante do Planejamento e terminou recomendando maior aplicação de créditos de investimentos pelo Banco do Brasil, além da liberação total do preço da carne e liberação da exportação sem os ônus que tanto ela pesam, tanto para o Brasil Central como para o Rio Grande do Sul.

O Setor procedeu a uma análise da comercialização de cinco produtos básicos: milho, ovos, leite, soja e carne.

ONU - Representando o Planejamento o Setor integrou o GT instituído pelo Itamarati para estudar as agendas provisórias e instruir a delegação brasileira à 13ª Conferência Geral da ONU, para Alimentação e Agricultura.

Foram debatidos os temas que o Brasil considerava de maior importância para a Conferência. Tratou-se, especialmente, de Colonização e de Reforma Agrária como problemas básicos.

PROMISSÓRIA RURAL - O Grupo de Trabalho para estudar o restabelecimento de limite de crédito assegurado à promissória rural para comercialização do leite originou-se de uma representação à Associação Brasileira de Indústria de Alimentação e ao Sindicato das Indústrias de Alimentos de São Paulo. Segundo essa representação, o Estado de São Paulo atravessava problemas graves, durante a época

de entressafra do leite, porque o Banco Central negava ou reduzia a faixa de redesconto das promissórias rurais, impedindo, destarte a comercialização normal do produto. O Grupo de Trabalho recomendou ao Banco Central que, nas épocas consideradas de fartura ou de maior apresentação do produto, fôsem assegurados ao mesmo limite necessário ao redesconto para os promissórias rurais provenientes da comercialização do leite.

MOTOMECANIZACAO AGRÍCOLA - O Grupo de Trabalho de Motomecanização agrícola foi criado no Ministério da Agricultura para atender às dificuldades por que passava o sistema, especialmente as fábricas de tratores. Estas apresentavam grande capacidade ociosa, com a produção em nível inferior à sua capacidade, e fabricando um produto considerado caro, além de sofrerem dificuldades financeiras pela falta de vendas. Após sete meses de trabalho, chegou-se a uma série de conclusões das quais redundou a Resolução nº 2, do Conselho Monetário Nacional, proporcionando meios específicos de financiamento para tratores, máquinas e implementos agrícolas, com o prazo bastante dilatado do que o habitual, e juros em condições satisfatórias, o que propiciou a dinamização das vendas dessas máquinas. Essa mesma Resolução recebeu, posteriormente, o nº 8, sofrendo revisão; nesse mesmo ano, através de nova Resolução do Conselho Monetário, foi prorrogado por mais um ano o regime especial para financiamento.

REUNIOES - Em 11.12.1964, na Guanabara, foi instalada a Reunião de Secretários de Agricultura, realizada pelo Ministério da Agricultura a fim de confrontar os planos de atividades de cada Secretaria Estadual de Agricultura com o plano do próprio Ministério. O representante do Planejamento apresentou trabalho sobre a política do Governo em relação à agricultura, incluindo o planejamento agrícola por 1964/1966.

O Planejamento enviou representante à Reunião Anual do Conselho Interamericano Econômico e Social, em março de 1966. Nessa reunião, realizada em Buenos Aires, o Brasil apresentou ao Subcomité de Agricultura trabalhos relativos à reforma agrária, crédito agrícola outras atividades.

A Delegação brasileira à Conferência Internacional do Gêau, realizada em Nova York, no período de 22 de maio a 22 de junho de 1966, debateu a possibilidade de fixação de um preço mínimo para

cacau no mercado internacional, mas não se chegou a acordo nesse sentido, tendo em vista a reação experimentada pelo produto, que passou para 22 cents a libra peso. Na ocasião, pensava-se fixar o preço mínimo em torno dos 18 cents. O assunto foi adiado para a próxima Conferência, prevista para 1967, onde deverá ser homologada a tese da criação de preço mínimo de exportação.

O Setor também participou da III Conferência Latino-Americana de Ensino Agrícola Superior, em Piracicaba, São Paulo. Trata-se de reuniões quadrienais, e nesta última discutiu-se a melhor adaptação do ensino agrícola à orientação básica do Governo.

Na Reunião do Conselho Internacional do Açúcar, realizada em Londres, foram debatidos assuntos ligados à exportação do açúcar e medidas para reação do mercado mundial desse produto, que se encontrava, então em situação bastante crítica.

PROJETOS AGRÍCOLAS - O Setor participou das subcomissões de projetos agrícolas da Comissão Nacional da FAO, com a finalidade de selecionar projetos a serem encaminhados ao Fundo Especial das Nações Unidas, para financiamento, e à FAO, em Roma. Coordenada pelo Itamaraty, as subcomissões realizaram a triagem de dez projetos considerados prioritários pelo Governo brasileiro.

PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - O Ministério da Agricultura criou um núcleo de projetos agrícolas. O Grupo de Trabalho instituído nesse sentido, e com representante do Planejamento determinou a criação, já efetivada, de um Escritório de Planejamento Agrícola para o Ministério da Agricultura.

PINHO - O Conselho de Política Monetária constituiu Grupo de Trabalho para examinar a situação institucional, funcional e técnica do Instituto Nacional do Pinho, e sugerir medidas para definir e formular uma política de florestamento e reflorestamento.

Segundo o relatório apresentado pelo Grupo para o Instituto Nacional do Pinho cumprir de maneira mais adequada suas finalidades e atribuições, administração do mesmo submeteu à decisão governamental dois projetos-de-lei - um dispondo sobre a criação do Instituto Brasileiro da Madeira e do Reflorestamento, e o outro estabelecendo sanções às infrações da legislação.

OUTROS TRABALHOS - O Setor de Agricultura levou à IV Conferência da

ALALC, em Montevidéu, uma análise do problema agrícola brasileiro focalizando os acordos entre Brasil e Estados Unidos, estudo do mercado internacional, política nacional de vinhos, carne e derivados, e sugestões para melhoria de acordos e convênios existentes entre o Brasil e seus compradores e vendedores. A Conferência estendeu-se de 5 a 16 de setembro de 1966.

Na Reunião do Comitê Interamericano Econômico e Social, em Buenos Aires, apresentou trabalho especial sobre a reforma agrária no Brasil. Trata-se de uma síntese de tudo quanto se fazia, então, a respeito, dando-se ênfase ao Estatuto da Terra, e especialmente ao levantamento do cadastro rural, executado pelo IBRA.

Ainda na IV Conferência da ALAC, em Montevidéu, os representantes do Ministério do Planejamento entraram em contato com autoridades de diversos países latino-americanos, sobretudo da Argentina, com o fito de intensificar a venda do mate brasileiro. Disso resultará provavelmente a vinda de uma missão argentina, em 1967, com a finalidade de reiniciar a importação de erva mate do Brasil.

No Congresso de Fibras Duras, realizado em Roma, março de 1966, o Brasil definiu sua posição relativamente ao sisal e ao agave, fibras básicas exportadas pelo Nordeste. O orçamento da Paraíba, por exemplo, depende, em 60%, da exportação do sisal.

O Planejamento participou da elaboração do projeto, depois transformado em decreto, criando o FUNFERTIL - Fundo de Estímulos ao Uso de Fertilizantes e Elementos Minerais. O Fundo possibilitou aos agricultores a aquisição, a prazo e sem juros, taxas e comissões bancárias, de fertilizantes, adubos, inseticidas, fungicidas e elementos minerais.

TRABALHOS EM EXECUÇÃO - No primeiro trimestre de 1967, o Setor de Agricultura do Ministério do Planejamento estava executando várias tarefas, entre as quais cumpre salientar:

1. Reformulação do Instituto Nacional do Pinho. Nesse sentido, o Ministério do Planejamento estava constituindo Grupo de Trabalho integrado pelos seus Setores Industrial e Agricultura, Ministérios da Agricultura e da Fazenda e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. A finalidade é dar ao INP uma flexibilidade maior, dentro do objetivo específico de sua criação.

2. Crédito Cooperativo. O Ministério do Planejamento criou

um Grupo de Trabalho destinado a regularizar ou normalizar a atividade cooperativa nacional. Os resultados foram os Decretos-leis nºs 59 e 60, o primeiro reestruturando o sistema de cooperativismo, e o segundo reestruturando as atividades do Banco Nacional de Crédito Cooperativo. O Decreto nº 59 está sendo regulamentado e por questões de conveniência o Setor de Agricultura passou a coordenação do GT ao Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, seus pontos de vista sobre a matéria.

3. Política Nacional do Trigo. Trata-se de uma inovação. A SUNAB resolveu modificar a política de comercialização do trigo, considerada das mais essenciais. Na verdade, o volume de capacidade de moagem dos moinhos brasileiros é de 10 milhões de toneladas por ano, enquanto o Brasil consome apenas 2,5 milhões de toneladas. Disso resulta uma capacidade ociosa de moagem em torno dos 75%. Paralelamente a um projeto de lei preparado pela SUNAB para corrigir essa distorção, o Setor de Agricultura do Ministério do Planejamento elabora conclusões a respeito, para futura conexão.

4. Situação do Sisal. O mercado internacional é pouco propício, no momento, às fibras duras, inclusive o sisal, devido à concorrência dos plásticos e fibras poliéster. Daí as dificuldades por que passa a produção de sisal no Nordeste. O Setor de Agricultura prepara estudo sobre a situação sisaleira, devendo indicar, provavelmente, um substituto à cultura do sisal.

C A P Í T U L O I I

S E T O R D E A B S T E C I M E N T O

O Setor de Abastecimento foi criado em 31 de janeiro de 1966, pela Portaria nº 21, de 31 de janeiro de 1966.

Tem como principal atribuição estudar os problemas relacionados com a produção, armazenamento, comercialização e distribuição de gêneros alimentícios.

O surgimento do Setor deu-se por um natural desdobramento do Setor de Transportes, quando foi sentida essa necessidade, em face principalmente das implicações globais da exportação de milho, que no ano anterior (1963) havia congestionado o Porto de Santos, com 1.200 vagões ferroviários e 28 navios na fila de atracação.

Participou o Setor da Secretaria Técnica do GREMOS; para verificação e controle das licenças de exportação de milho; controle geral do embarque de milhos nos portos de Santos e Paranaguá, e nos demais quando necessário; cadastramento dos exportadores, para registro das licenças de exportação e controle dos embarques de milho; confecção dos mapas demonstrativos dos embarques de multas, por portos, por navio e por exportador.

Com o funcionamento do GREMOS, a exportação de milho da safra 64/65 processou-se em condições bem mais favoráveis, do que as anteriores, redundando em divisas para o País da ordem de 34 milhões de dólares. O total exportado de 666.786 toneladas está assim distribuído:

Santos	474.005
Paranaguá	140.422
Livramento	1.332
São Francisco	4.445
Antonina	71.720
Foz do Iguaçu	5.998
Rio Grande	5.864
Total	666.786

Com relação ao comércio internacional desse cereal em 1966, revelou-se um fato inédito em nossa pauta de exportação. O

milho, que antes de 1963 nada representava na nossa formação de divisas o mesmo ocorrendo em 1964, passou a ser o 5º gerador de divisas em 1965, mantendo tal posição também em 1966.

No biênio 1965/66, foram obtidos para o País mais de 60 milhões de dólares pela exportação do milho

Outra das atribuições do Setor é a manutenção de um representante na Junta Deliberativa do Departamento do Trigo, que entre suas atribuições inclui a importação de trigo necessário ao consumo interno, na ordem de 230.000 toneladas mensais. A importação se processa através de concorrências públicas internacionais, além do trigo importado através da PL-480.

Foram importados em 1965, através de Concorrências Públicas Internacionais e Acôrdos Internacionais, as seguintes quantidades de diversas procedências:

Procedência

E.U.A. PL 480	E.U.A. Não Financiado	Argentina	Uruguai	Total
197 082	273 549	1.311.795	90.948	1.872.374

Montante Total: US\$ 139 milhões

Em 1966, os montantes são os seguintes:

IMPORTAÇÃO DE TRIGO - EXERCÍCIO DE 1966

(Posição em 31.12.1966)

PROVENIÊNCIA	EUA PL 480	EUA N/ Financiados	ARGENTINA	URUGUAY	BULGÁRIA	HUNGRIA/ BULGÁRIA (1)	T o t a l
T. MÉTRICA	421 900	785 453	1 068 400	90 000	80 000	90 000	2 475 753
VALOR-USD	93 124 465	59 021 976	75 257 948	6 011 496	6 072 760	2 241 285	175 728 790 (2)

(1) - HUNGRIA/BULGÁRIA - Trigo da Bulgária. Pagamento dentro do âmbito de pagamentos e cooperação econômica BFA-811/HUNGRIA.

(2) - Valores baseados na modalidade CUSTO & FRETE

FONTE - BANCO DO BRASIL S/A - Carteira de Comércio Exterior.

Tendo em vista o incremento do consumo de sal no Brasil, devido à implantação e desenvolvimento das indústrias químicas (soda cáustica e barrilha), consumo esse dimensionado da seguinte forma:

	1970	1975
Consumo humano, animal e da indústria de alimentação.....	1.200.000 t	1.540.000 t
Consumo da indústria química.....	810.000 t	1.138.000 t
	<u>2.010.000 t</u>	<u>2.678.000 t</u>

e considerando-se ainda que o atendimento a esse consumo poderá ser feito pela produção nacional, resolveu o Governo, através do BNDE, criar um grupo de Trabalho, do qual fez parte um dos técnicos do Setor com a finalidade de estudar a adoção de medidas que, tanto através da modernização e da expansão da indústria salineira, como da adequação das instalações portuárias de embarque e descarga, possibilite a produção nacional fazer face à previsão do aumento da demanda.

Com o intuito de obter os meios materiais para acabar com o contrabando nas costas brasileiras, decidiu o Ministro da Fazenda criar uma comissão para estudar a aquisição das lanchas par navegação em alto-mar. O Setor fez-se representar nesta comissão e também na Comissão Executiva do Metropolitan do Estado da Guanabara, cujos trabalhos tiveram início em dezembro de 1966. E ainda, em reuniões da SUNAB, Comissão de Financiamento da Produção, Companhia Brasileira de Alimentação - COBAL -, Companhia Brasileira de Armazenagem - CIBRAZEM -, e outros órgãos.

Assessores do Setor de Abastecimento colaboraram com os técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Banco Mundial, na questão do abastecimento, e com as autoridades do Porto de Santos, no problema de mecanização do Porto, para embarque de milho a granel.

O Setor procedeu ao levantamento da capacidade de armazenagem e ensilagem da rede particular nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo;

Os levantamentos em questão tornaram-se imprescindíveis em vista da necessidade de calcular e projetar a utilização futura de armazenagem, visando, inclusive, os programas decenais que estão

sendo elaborados pelo Ministério do Planejamento.

Os elementos levantados servirão de subsídio aos estudos em execução, com a finalidade de definir a atual capacidade armazenadora do País, tendo em vista principalmente as projeções das necessidades de estocagem nos próximos anos.

O Setor elaborou estudos técnicos completos acerca de produção, armazenagem, comercialização e consumo de vários produtos alimentícios (feijão, arroz, carne, mandioca, soja, milho etc), para os quais apresentou projeções e conclusões.

Outros estudos foram realizados referentes à exportação do arroz e preços mínimos, e ensaio sobre a Retomada do processo de desenvolvimento.

Com vistas ao Plano Decenal, procedeu a levantamentos estatísticos, estimativas de produção, projeções até 1976, área cultivada e rendimento médio de uma série de produtos agrícolas tais como: abacaxi, arroz, algodão, amendoim, café, banana, batata doce, batata inglesa, cacau, cana de açúcar, açúcar usinado, cebola, feijão, fumo, lã, laranja, mandioca, milho, soja, sisal, tomate, trigo, uva.

Levantamentos estatísticos da produção e estimativa de criação, abate e quantidade de carne, de origem: bovina, suína, ovina, caprina, avícola.

Estatística da produção de: leite, leite industrializado, manteiga, queijo, doce de leite e caramelo etc.

Percentuais de aumento e rendimento médio dos seguintes produtos: algodão, sisal, feijão, amendoim, cacau, mamona, café, mandioca, tomate.

Análise da evolução dos preços por atacado em 1966 nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo-Horizonte, dos seguintes produtos: arroz, farinha de mandioca, banha, óleos, charque.

A análise compreende:

- a) Levantamentos de dados;
- b) Feitura de quadros;
- c) Cálculo das médias;
- d) Desenho dos gráficos.

Sendo o Brasil um país essencialmente exportador de produtos primários, e que só agora inicia a fase de exportação de produtos manufaturados, o Setor resolveu ainda proceder a um levantamento dos produtos agrícolas exportados no período de 1947/66, devido

as suas naturais implicações e conseqüências no abastecimento do ~~me~~
caço interno.

Finalmente, programou um estudo geral sôbre um process~~o~~
prático de comercialização de gêneros.

CAPÍTULO III

SETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Pelo artigo 4º do Decreto nº 53 914, de 11 de novembro de 1964, que definiu as atribuições do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, a Secretaria Geral do Planejamento e Coordenação, a que estava subordinado o Setor de Orçamento e Finanças, passou a integrar o Gabinete.

Definidos os encargos do Ministério do Planejamento, uma de suas mais importantes atribuições ficou sendo a coordenação da elaboração e execução do Orçamento, trabalho exercido, até a oportunidade, pelo DASP, com a decretação, em fevereiro de 1967, da Reforma Administrativa, toda a função orçamentária passou à esfera do Ministério do Planejamento, inclusive a parte de pessoal, que, abrangendo o tratamento a ser dispensado ao funcionalismo civil e militar, será exercida doravante pela Comissão de Pessoal Civil, ou órgão equivalente.

O Setor de Orçamento e Finanças foi instituído com três finalidades principais:

1. Coordenação Orçamentária
2. Assessorar o Ministro em todos os assuntos relativos a finanças, especialmente Finanças Públicas.
3. Proceder a estudos especiais solicitados pelo Ministro.

A primeira tarefa consistiu em dar forma razoável ao Orçamento de 1965, o qual, segundo a Constituição, teria de ser apresentado ao Congresso Nacional até 30 de junho. Uma vez que o Ministério do Planejamento iniciara atividades em maio, providenciou-se o adiamento, até 31 de julho, da apresentação do Orçamento, a fim de que houvesse tempo útil para sua revisão. O Setor examinou a proposta orçamentária, que apresentava um deficit potencial de cerca de 2 trilhões de cruzeiros, e tentou imprimir-lhe forma mais adequada.

A segunda tarefa muito mais importante do ponto de vista estratégico - foi a primeira Consolidação do Orçamento Público realizada em nosso País. O Orçamento Federal, na forma até então existente, continha apenas um terço das Despesas Públicas Federais. O restante era legalmente atribuído aos órgãos autárquicos e empresas de economia mista, mas não consignado no Orçamento, de modo que este apresentava apenas uma visão parcial, ou seja: despesas a serem financiadas pelo Imposto de Renda, Imposto de Consumo, importação e outros. Quer dizer, as despesas a serem efetuadas com impostos uni-

cos, empréstimos compulsórios, recursos dos Institutos de Previdência Social e receita das empresas de economia mista não constavam do Orçamento. Dessa forma, o Setor de Orçamento e Finanças passou a elaborar um documento, a "Consolidação do Orçamento Federal", o qual juntou o Orçamento-Lei, o Imposto Único sobre Combustíveis, o Fundo de Marinha Mercante, o Fundo Portuário, as Empresas de Economia Mista e os Institutos de Previdência Social. Segundo a nova Constituição, promulgada no início de 1967, o Orçamento é obrigatoriamente consolidado, isto é, todas as despesas e receitas serão nele consignadas. As instruções do Orçamento de 1968, recentemente expedidas, integram-se já na nova doutrina orçamentária do País.

A consolidação orçamentária realizada pelo Setor de Orçamento e Finanças constituiu, portanto, trabalho pioneiro, agora formalizado na Carta Magna. Além do trabalho de elaboração orçamentária, o Setor acompanhou, junto ao Ministério da Fazenda, a execução do Orçamento Central e do Orçamento na sua forma consolidada. Nesse sentido, foram expedidos decretos e instruções do próprio Setor, às agências, (em número de, aproximadamente, 100) solicitando informações para composição do Orçamento Consolidado, e depois, para acompanhamento do Orçamento.

Outra tarefa importante que lhe coube foi a Consolidação do Programa de Investimentos Públicos, com a finalidade de mostrar que o Governo investiu entre 1964 e 1967, na sua totalidade, com recursos internos e externos, relacionar os projetos que se encontravam em andamento e acompanhá-los. Para isso, criou-se órgão especializado dentro do Setor.

Em 1965, 1966 e 1967 o Setor realizou uma previsão do Orçamento do ano seguinte. Isto significa que, no mês de fevereiro de cada ano, é procedida uma primeira previsão orçamentária do ano próximo, estabelecendo tetos para cada Ministério. No passado não se fixava teto algum para os órgãos, e como, em geral, a despesa total de muito ultrapassava a receita, surgia a necessidade de cortes violentos nas despesas - problema dificultado e inviabilizado, naquele tempo, pelas injunções políticas.

Modificada essa técnica, o Ministro do Planejamento apresenta, agora em fevereiro de cada ano, ao Ministério reunido, um Documento Preparatório, no qual constam as políticas a serem seguidas na elaboração do Orçamento e são apresentados os tetos para os Minis

tórios.

O critério da fixação desses tetos baseia-se na capacidade de desembolso dos órgãos no passado. Examina-se a receita global a fim de se limitar a disponibilidade global de todos os Ministérios, e faz-se, em seguida, uma análise prévia dos programas que o Ministério tinha em andamento. Os tetos constituem pontos de partida, e sua revisão requer justificativa dos respectivos órgãos. O critério consiste em baixar o teto de alguns órgãos para compensar o de outros; essa revisão ocorre, em geral, no mês de maio, quando se tem uma nova estimativa de receita, e se perdurarem excessos, propõe-se a legislação adicional para cobrir a receita. Esse trabalho de revisão cabe ao Grupo de Orçamento, sub-setor do Setor de Finanças.

Outro sub-setor, denominado Grupo de Acompanhamento do Programa de Investimentos e da Consolidação Orçamentária, tem por objetivo acompanhar a execução do Orçamento Central e do Orçamento descentralizado, e trabalha em estreita ligação com a Comissão de Programação Financeira, do qual recebe relatórios mensais. O Orçamento descentralizado é acompanhado através de inquéritos mensais nos órgãos. O Grupo também elabora, para conhecimento do Ministro do Planejamento, um indicador mensal da atividade industrial: produção de aço, de automóveis, caminhões, cimento, derivados de petróleo e uma série de outros setores de atividades que permitem ao Ministro uma visão de como vem se comportando a atividade industrial.

O Setor inclui ainda o Grupo de Investimentos, vinculado aos demais, que prepara a visão completa do Programa de Investimentos - para o que analisa os programas de todos os Ministérios - e faz a projeção de quatro a cinco anos à frente do Programa de Investimentos. Essa visão a longo prazo permitirá ao Setor de Orçamento e Finanças a apresentação ao Congresso, em julho próximo, de um orçamento quinquenal para investimentos públicos.

Há também o Grupo de Metodização. Criado recentemente, ele analisa todos os procedimentos da Administração Federal em relação ao Orçamento.

No Grupo de Programação de Caixa trabalham três consultores internacionais. Seu objetivo é um saneamento completo no sistema de gestão de Caixa do Tesouro. Desse Grupo surgiu, aliás, o decreto que uniformizou a Caixa do Tesouro, primeiro passo para a consolidação da mesma. Da consolidação da Caixa advirá o automatismo

do saque das agências, substituiu a preocupação financeira até então dominante pela preocupação programática. Os órgãos ficariam livres da burocracia fazendária. Dada a autorização, o Ministro da Fazenda limitar-se-ia a liberar as cotas, e os órgãos passariam a executar os seus programas. Surgindo problemas de expansão monetária, o Ministro da Fazenda poderia, mediante circular geral, relimitar os saques. O processo, muito mais simples e de acompanhamento mais rápido, libertará o Ministro da Fazenda de enorme carga de trabalho representada pelo exame de todos os processos de pagamento.

O Setor elaborou em toda a legislação fiscal aperfeiçoada pelo Governo Castello Branco. Na primeira Lei de Imposto único sobre combustíveis e Lubrificantes, em 1964, essa elaboração foi completa - e a última reformulação dessa lei contou também com a coordenação do Setor.

Em relação ao problema de financiamentos internacionais, o Setor participou das reuniões do CIAP, em 1964, 1965 e 1966. Toda a documentação sobre investimentos, durante essas reuniões, foi preparada pelo Setor, cujo Coordenador participou também da Reunião, em Paris, do Banco Mundial. A fonte de informações sobre o programa brasileiro de investimentos tem sido o Setor de Orçamento e Finanças, sobretudo junto ao Banco Mundial.

Outro dispositivo pioneiro do Governo Castello Branco foi a introdução do Orçamento-Programa, de há muito recomendado pela ONU, mas ainda não adotado pela maioria dos países. O Orçamento convencional descreve o que o Governo consome em bens e serviços, mas não define a finalidade dessas despesas, carecendo, portanto, de um conteúdo programático. Em 1966, ao lado do orçamento convencional, o Setor preparou um orçamento-programa, pedindo aos órgãos a definição de suas propostas. Para 1967, deu-se um importante passo a frente: o orçamento de cada órgão consigna o total em pessoal, material, serviços, transferências, obras, equipamentos, instalações; e também o Quadro de Aplicações, ou seja, as atividades e projetos que o órgão pretende executar durante o exercício. A doutrina já está formalizada em lei e adquirirá coravante grau maior de sofisticação. O programa de trabalho do Governo passou a ser o próprio Orçamento.

A proposta orçamentária para 1967, elaborada dentro desses moldes, teve de ser bastante comprimida, em vista da extinção de uma parte da receita federal; ao criar o Imposto de Circulação de

Mercadorias, a Reforma Tributária obrigou a transferência de 20% do Imposto de Renda e 20% do Imposto de Consumo para os Estados. A execução do Orçamento deste ano se reveste de aspectos delicados, por se tratar de um Orçamento em transição.

O programa orçamentário para 1967 fixa um deficit de 554 bilhões de cruzeiros, que, em termos reais, significa 23% do deficit de 1966, ou seja: dando-se o índice 100 ao deficit de 1966, o índice em 1967 é de 23. Mas há uma diferença importante: esse deficit será 70% financiado por Obrigações do Tesouro - o que significa um impacto quase nulo do ponto de vista inflacionário.

Em resumo, foram os seguintes os trabalhos realizados pelo Setor de Orçamento e Finanças:

- 1964 - Consolidação Orçamentária do Governo Federal, Balanço Orçamentário Consolidado do Governo Federal;
- 1965 - Instruções Gerais para a Elaboração do Orçamento Programa de 1966;
 - Consolidação Orçamentária do Governo Federal;
 - O Programa de Investimentos Públicos (Distribuição Regional);
 - Acompanhamento do Programa de Investimentos Públicos (janeiro-setembro);
 - Relatórios mensais de Acompanhamento do Programa de Investimentos Públicos;
 - Estudos mensais sobre os índices e preços e taxas de inflação;
- 1966 - Instruções Gerais para a Elaboração do Orçamento - Programa de 1967;
 - Orçamento-Programa - Projetos e Atividades (dois volumes);
 - Suplementos Analíticos à Proposta Orçamentária para 1967 (nove volumes);
 - Programa de Investimentos Públicos (Distribuição Regional);
 - Balanço dos Investimentos Públicos em 1965;
 - Balanço dos Investimentos Públicos (primeiro semestre de 1966);
 - Elaboração Mensal dos Índices Industriais;

- Relatórios Mensais de Realização e Aplicação de Recursos para investimentos (janeiro/novembro de 1966);
- Análise das Solicitações de Financiamentos pelos Governos Estaduais, de acóreo com a Lei nº 4.770, de 5 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 57.383, de 3 de dezembro de 1965;
- O Orçamento e o Programa de Investimentos Públicos (1964-1967), documento apresentado pela Delegação Brasileira ao Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso;
- Estudos Mensais sobre os índices de preços e taxas de inflação;
- Estudos diversos objetivando alterações na legislação da receita tributária.

Trabalhos em execução: elaboração dos modelos, formulários e instruções para o Orçamento-Programa de 1968; Consolidação Orçamentária do Governo Federal para 1967; Programa de Investimentos Públicos para 1967; Orçamento Plurianual - 1967/1971; Programa Plurianual de Investimentos - 1967/1971.

Trabalhos Programados: Balanço de Investimentos Públicos de 1966; relatórios mensais de realização e aplicação de recursos para investimentos (primeiro trimestre de 1967); elaboração mensal dos índices industriais; acompanhamento mensal da execução financeira da União.

CAPÍTULO IV

SETOR DE INDÚSTRIA

O Setor Industrial foi criado em 2 de julho de 1964, tem por atribuição estudo de projetos técnico-industriais, análise rotineira de processos remetidos pela Secretaria-Geral do Gabinete, e participação em Grupos de Trabalho organizados pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, por outros Ministérios ou por entidades governamentais interessadas.

As atividades permanentes do Setor consistem em:

a) Participação nos Grupos Executivos da Comissão de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio. Esses Grupos, reorganizados pelo Decreto nº 53.975, de 19 de junho de 1964 têm, como finalidade geral, promover e orientar a expansão e a integração das indústrias, bem como fomentar a exportação de seus produtos, recomendando estímulos fiscais e apoio financeiro.

b) Análise de processos constituídos na Secretaria-Geral, que interessem à atividade industrial em entendimento lato; proposta de soluções para os problemas apontados, seja por intermédio do próprio Gabinete, seja por remessa dos processos a entidades governamentais envolvidas, seja através de Grupos Mistos de Trabalho constituídos especialmente para esse fim.

De todas as atividades desenvolvidas pelo Setor Industrial desde a sua estruturação no atual Governo, resultaram os efeitos e realizações adiante referidos.

Projetos Industriais

O Setor participou de 247 projetos industriais aprovados até 31 de dezembro de 1966, no montante total de Cr\$ 573.431.178.920, US\$ 258.503.076, 191.085 marcos alemães e 1.490.935 corôas suecas, assim divididos:

INDÚSTRIA QUÍMICA	-	Cr\$ 353.100.000.000
		US\$ 79.886.000
INDÚSTRIA SIDERÚRGICA E METALÚRGICA	-	Cr\$ 27.943.409.920
		US\$ 105.828.549
		Kr.S. 1.490.935
INDÚSTRIA DE TECIDOS E ARTEFATOS	-	Cr\$ 15.411.869.000
		US\$ 3.092.227
		DM 191.085
INDÚSTRIA MECÂNICA	-	Cr\$ 176.975.900.000
		US\$ 69.696.300

Estudos e Trabalhos Especiais Realizados pelo Setor ou dos quais o Setor tomou parte

Com referência à Indústria Química, além de colaboração prestada no exame dos projetos industriais acima especificados, o Setor participou dos seguintes:

- Estudo dos problemas da indústria de soda cáustica, apresentando em conclusão uma resolução específica, com proposta de medidas fiscais e estruturais, para aplicação no Setor. Órgão:

- Estudo de mercado de fertilizantes nitrogenados, e da regionalização de sua produção interna, Relatório apresentado ao Grupo - Órgão: GEIQUIM.

- Bases para aprovação de projetos de anônia, benzeno e etileno em São Paulo, Resolução 2/66, que dá tratamento específico a esses casos.

- Proteção ao DDT técnica 100%, de fabricação nacional, face ao produto importado, análise do assunto, e proposta de proteção tarifária ao CPA, através aplicação do art. 4º, da Lei nº 3.244. Órgão: GEIQUIM.

- Proteção alfandegária ao anidrido maleico, de produção nacional, análise do assunto e proposta de elevação tarifária ao nível julgado indispensável. Órgão: GEIQUIM.

- Proteção alfandegária ao ftalato de octila, de produção nacional, análise do assunto e proposta de elevação tarifária de 10% - Órgão: GEIQUIM.

- Proteção alfandegária ao anidrido ftálico, de produção nacional, análise do assunto e proposta de manutenção do nível de proteção alfandegária, com aplicação do art. 4º - Órgão: GEIQUIM.

- Proteção alfandegária do acetato de vinila, de produção nacional, análise do assunto e proposta de elevação tarifária, com fixação de pauta mínima. Órgão: GEIQUIM.

- Proteção alfandegária ao metanol, de produção nacional, análise do assunto e proposta de elevação tarifária, com fixação de pauta mínima e aplicação do art. 4º.

- Proteção alfandegária ao carboxi-metil-celulose, de produção nacional, análise do assunto e resposta à consulta do CPA não considerando inconveniente a majoração da alíquota. Órgão: GEIQUIM.

- Comissão Especial no MIC para examinar a situação institucional, funcional e técnica da Cia. Nacional de Alcalis. Relatório crítico apresentado ao Ministério da Indústria e do Comércio, com sugestões de alterações técnicas e administrativas na empresa.

- Grupo Especial de Estudos dos Problemas Relativos ao Aproveitamento do álcool e suas vinculações com a COPERBO. Instituído no BNDE; O Grupo está terminando a fase de diagnóstico, devendo passar imediatamente à fase de elaboração de um plano de ação.

- Grupo de Coordenação do Plano Decenal-Química. Discussão do diagnóstico preliminar e plano do desenvolvimento do Setor, na perspectiva decenal.

Na área da Indústria de Mecânica Pesada, o Setor cooperou:

- Na formulação de normas relativas à indústria de tratores, aprovadas pela Resolução 18/65 do GEIMEC.

- Na formulação de normas relativas à Indústria Automotilística, aprovadas pela Resolução 19/65.

- No exame da situação institucional, funcional e técnica da Fábrica Nacional de Motores, relatório apresentado ao Ministério da Indústria e do Comércio contendo sugestões de alterações administrativas e recomendando novos investimentos para conclusão do projeto de ampliação, ora paralisado - Comissão Especial do MIC.

Relativamente à Indústria de Tecidos, Couros e seus Artefatos, desenvolveu o setor dois trabalhos:

- No Grupo de Trabalho que estudou a formulação do roteiro para a apresentação de projetos ao GEITEC.

- Estudo sobre a capacidade de importação e natureza dos equipamentos adquiridos pela indústria têxtil nacional, cuja conclusão foi encaminhada à CACEX.

Na parte de Telecomunicações, o Setor participou:

- Do Grupo de Trabalho designado pelo Ministro do Planeja-

mento para analisar a situação das telecomunicações no País e que concluiu por relatório contendo análise da situação das telecomunicações comparando-a à de outros países e à situação da indústria de equipamentos correlatos.

- Da Comissão instituída para rever as minutas dos atos constitutivos da EMBRATEL. Essa Comissão estudou e preparou os atos necessários à constituição da empresa, constando de Minuta de Escritura Pública de Constituição, Anteprojeto de Estatutos, Plano de Organização e Esquema Financeiro para subscrição de capital, e os submeteu, com Exposição de Motivos, ao Presidente da República, que os aprovou em Despacho Presidencial datado de 6 de agosto de 1965, publicado em D.O. de 12 do mesmo mês e ano.

- Do Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar e propor os atos necessários à aquisição do controle acionário da Cia. Telefônica Brasileira para o Governo Federal, e que concluiu por relatório apresentado ao Presidente da República contendo as bases para um acordo da aquisição de controle acionário da CTB à Brazilian Traction, acompanhado da minuta do Contrato de Compra.

- Da Comissão Especial, designada pelo Presidente da República, para promover a solução dos problemas existentes entre os Governos dos Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná de um lado, e a International Telegraph and Telephone, do outro, relativos aos serviços telefônicos explorados naqueles Estados pela Cia. Telefônica Nacional. Trabalho da Comissão em andamento.

Com referência à indústria da pesca, o Setor desenvolveu as seguintes atividades:

- No Grupo de Trabalho do Ministério da Agricultura para elaborar projeto de assistência do Fundo Especial da ONU à pesca e que resultou no relatório a ser apresentado à ONU pelo Itamaraty.

- Na conferência sobre o tema: O Ministério do Planejamento e a Pesca, apresentada no simpósio levado a efeito no Ministério da Agricultura, na passagem da Semana da Pesca.

- No Grupo de Trabalho criado pelas Portarias nºs 34 e 258 do Ministério da Agricultura, para estudo da proposta do Governo Francês para a criação de consórcio franco-brasileiro destinado à pes

ca de camarão, resultando na apresentação de contraproposta.

- No Grupo de Trabalho criado pelas Portarias nºs 34 e 258 do Ministério da Agricultura, para elaboração de anteprojeto de Lei da Pesca.

Trabalhos abrangendo problemas de transportes e abastecimento, dos quais o Setor Industrial também participou.

- Grupo de Trabalho do BNDE para estudar o problema do sal no Brasil, instituído pela Portaria nº 49/65 daquele órgão, apresentando relatório no qual são propostas medidas amplas a serem tomadas na produção e no transporte do sal, através de estímulos à racionalização e mecanização nas salinas, bem como da introdução de sistema mecanizado de carregamento dos graneleiros nos portos de embarque de Macau e Areia Branca.

- Comissão Orientadora dos Estudos e Projetos dos Terminais Salineiros, para implementação das medidas propostas no Relatório do Grupo de Trabalho do BNDE sobre o problema do sal, cuja coordenação técnica e política do processo de implantação das medidas propostas ficou a cargo do Ministério do Planejamento.

Na parte de Mineração, representante do Setor cooperou com a Comissão Interministerial para a exportação do minério de ferro, sendo os resultados publicados na Coletânea de Atos Reguladores.

Em diversos outros assuntos o Setor fez-se representar, destacando-se.

- Grupo de Trabalho para examinar a sistemática a ser adotada para a execução do sistema previsto no Decreto nº 55.785. Conclusão: elaboração de anteprojeto do qual resultou a Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966, referente à concessão de aval do Tesouro.

- Comissão Consultiva do Crédito Industrial do Conselho Monetário Nacional. Conclusão: estudo de diversas medidas propostas.

- Comissão Especial no MIC para examinar a situação institucional, funcional e técnica do Instituto Brasileiro do Sal. A Comissão prossegue em seus trabalhos, para posterior elaboração de relatório final.

- Grupo de Trabalho sobre o Centro de Comércio Internacional

nal do GATT, para recomendar medidas de dinamização da participação do Brasil, estabelecer contato com os setores privados interessados e encaminhar ao Centro informações sobre legislação comercial brasileira. Instituído pelo Ministério das Relações Exteriores, o Grupo continua trabalhando, e compilando elementos de subsídio ao aprimoramento da política brasileira de exportação.

- Grupo de Trabalho, informal, que examinou com representantes do MIC, o anteprojeto sobre turismo. Elaboração de novo anteprojeto.

Análises e Informações

O Setor recebeu, ainda, 204 pedidos de análise e estudo, assim divididos:

<u>Indústria química</u>	52
<u>Indústria siderúrgica e metalúrgica</u>	55
<u>Indústria mecânica pesada</u>	6
<u>Indústria de tecidos, couros e seus artefatos</u>	20
<u>Telecomunicações</u>	26
<u>Indústria da pesca</u>	19
<u>Transporte e abastecimento</u>	9
<u>Habitacão e construção civil</u>	4
<u>Mineração</u>	13

Além dos acima relacionados, atendeu o Setor a 97 pedidos de informação das mais diversas procedências.

CAPITULO V

SETOR DE COMERCIO INTERNACIONAL

O Programa de Ação Econômica do Governo Revolucionário para o período 1964-1966 incluiu, entre seus principais objetivos, os de (a) contenção progressiva do processo inflacionário, (b) correção da tendência a déficits descontrolados do Balanço de Pagamentos e (c) aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico. Esses três objetivos exigiam, em sua persecução, cursos de ação no plano externo, e o Ministério do Planejamento dedicou especial atenção à adoção das providências requeridas para assegurar o aporte externo ao sucesso da programação econômica governamental.

Com efeito,

(a) o controle da inflação exacerbada tornava imprescindível o saneamento das finanças externas, seriamente comprometidas com a virtual insolvência traduzida no acúmulo de atrasados comerciais e financeiros, na falta de credibilidade internacional e no esgotamento do crédito para importações de bens de capital;

(b) os déficits contínuos do Balanço de Pagamentos viam pondo em risco o próprio processo de crescimento, estrangulando a capacidade de importar pela exiguidade das receitas de exportação e pela redução progressiva da entrada líquida de capitais; e

(c) a retomada do ritmo adequado de desenvolvimento econômico, em face da limitação da formação interna de capital, tornava imprescindível a adoção de medidas para garantir a melhor utilização possível das fontes externas de recursos.

Assim sendo, a atuação do Ministério do Planejamento no campo da política econômica externa nos três anos que agora se completam se desenvolveu dentro das seguintes linhas gerais:

- 1 - recuperação do crédito externo;
- 2 - retificação dos déficits do Balanço de Pagamentos;
- 3 - captação de recursos externos para desenvolvimento;
- 4 - coordenação das decisões governamentais sobre transações com o exterior;
- 5 - representação em organismos e Conferências econômicas internacionais.

1 - O Crédito externo

O Ministério do Planejamento participou ativamente das seguintes medidas relacionadas com o restabelecimento da credibilidade

de externa do país: (i) o reajustamento dos esquemas de pagamento dos compromissos no exterior e (ii) a remoção de áreas de atrito com países amigos, que vinham dificultando um diálogo econômico positivo.

(ii) o rescalonamento da dívida externa já vencida ou vencenda no biênio 1964-1965 por via de negociação com os credores era medida que se impunha de imediato. Do total do endividamento externo do Brasil computado em 31 de março de 1964, cerca de 40 % tinha vencimento no biênio 1964-1965, com total incapacidade de satisfação:

	US\$ bilhões
Total do endividamento	3,70
Vencimento em 1964..	1,08
Vencimento em 1965..	0,40

Um primeiro esforço de consolidação dos compromissos comerciais a médio prazo foi coroado de êxito com o Acôrdio de Paris de 1 de julho de 1964, que veio assegurar um refinanciamento de 70% das obrigações no período, para amortização a partir de 1967 e de 1968 e por um período de 5 anos e se traduziu por um alívio de pagamentos de:

	US\$ milhões
1964	174
1965	113
Total	297

Os esquemas negociados com os credores externos e a recuperação cambial determinaram substancial melhoria na estrutura do endividamento externo, como se observa do Anexo nº 1 em que se compara a média mensal de obrigações cambiais conforme a estrutura da dívida em 31 de julho de 1964 e 31 de maio de 1966.

Em 1966 pôde o Brasil fazer face a todos os seus compromissos cambiais, sem esquemas de consolidação e com ampliação de suas reservas cambiais, cuja progressão assim se atesta:

	US\$ milhões
1963	137
1964	226
1965	561
1966	650

Apenas os compromissos da Usiminas no Japão foram beneficiados com uma consolidação em 1966, no valor de US\$ 14 milhões, em

função da posição financeira daquela empresa.

Na negociação do reescalonamento da dívida comercial, foram partes os Governos da R.F. da Alemanha, da Itália, da Suíça, da Grã-Bretanha, da França, dos Países-Baixos, do Japão e dos Estados Unidos da América (Eximbank), além de credores privados americanos e canadenses e companhias de petróleo.

Em 31 de dezembro de 1966, era a seguinte a posição do endividamento global e das categorias principais de compromissos:

	US\$ milhões
I - Endividamento global	3,466,6 (1)
II - Saldo devedor dos reescalonamentos	
Com Governos	270,7
Com Particulares	37,8
III - Saldo devedor de empréstimos compensatórios	1.055,4
IV - Financiamento de projetos específicos	1.504,0 (1)
V - Outras dívidas	598,7

(1) Dados de 30.9.1966

(ii) O nome e a credibilidade do Brasil no exterior vinham sofrendo grandemente da continuidade e da exacerbação de áreas de atrito com Governos ou empresas estrangeiras, que influíam de maneira negativa sobre o conjunto das relações econômicas com determinados países. Preocupou-se o Governo em liquidar da melhor maneira tais áreas de litígio, com reflexos altamente positivos e substanciais dividendos para o país. Tiveram, então, solução satisfatória os seguintes casos:

a) o litígio com as concessionárias de energia elétrica do grupo AMFORP, mediante a nacionalização por compra em condições vantajosas;

b) o caso de empresas estrangeiras de mineração, no contexto de uma política de minérios liberada dos pruridos de falso nacionalismo que vinham limitando a presença dos minérios brasileiros no mercado internacional;

c) o antigo contencioso com a França, envolvendo as questões da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, Estrada de Ferro Vitória-Minas e Port of Pará, com repercussão negativa nos mercados europeus de capitais;

d) questão com empresas britânicas nacionalizadas.

2 - O Balanço de Pagamentos

Acentuada preocupação teve o Governo, desde o início, com a correção da tendência deficitária do Balanço de Pagamentos, que espelhava a insuficiência da capacidade de importar gerada pelos recursos disponíveis para importação acrescidos do ingresso bruto de capitais do exterior, e que se traduzia de maneira mais acentuada nos deficits das transações correntes.

A projeção de uma taxa adequada de crescimento econômico tem de levar em conta a relação entre o deficit de transações correntes do Balanço de Pagamentos e o Produto Nacional Bruto, a fim de assegurar a contribuição da poupança externa para o desenvolvimento econômico. O deficit acumulado de transações correntes no período 1947-1963 superou a US\$ 4 bilhões, com crescimento acentuado na fase 1960-1963.

A tanto se acrescia a característica observada no processo de substituição de importações, de que a intensidade das importações em relação ao PNB não tem variado a despeito do processo, traduzindo a dependência do comércio exterior os seguintes índices:

	1947/52	1953/56	1957/60	1947/60
Importações/PNB	0.0802	0.0825	0.835	0.821
Capacidade de Importar/PNB	0.0693	0.0804	0.0704	0.0731

Toda uma política coerente de retificação das tendências crônicas do Balanço de Pagamentos foi posta em execução, abrangendo especialmente:

(i) uma política cambial realista, com a progressiva purificação do mecanismo de câmbio com vistas a garantir o incremento das exportações e, conseqüentemente, o fortalecimento da capacidade de importar;

(ii) a remoção dos controles da exportação de produtos agrícolas;

(iii) a reformulação da legislação sobre capitais estrangeiros e remessas financeiras;

(iv) rigorosa disciplina no endividamento a curto e médio prazo (swaps e créditos de fornecedores) para melhoria da estrutura do endividamento;

(v) reforma da legislação sobre comércio exterior, abrangendo a supressão dos entraves à exportação e à importação (depósitos, encargos e formalidades burocráticas), alteração da Tarifa das Alfândegas e outras disposições constantes em especial das Leis 5.000 e 5.025 e dos Decretos-leis 37.446, 63 e 169.

Os reflexos da nova política se fizeram sentir de imediato nos resultados da conta de Transações Correntes do Balanço de Pagamentos, que a partir de 1964 registrou três superavits consecutivos, quando assinala deficits constantes desde 1957 como atesta o quadro abaixo:

Superavit (+) ou Deficit (-) em Transações Correntes
US\$ milhões

1957	+ 299
1958	- 266
1959	- 345
1960	- 548
1961	- 288
1962	- 458
1963	- 182
1964	+ 80
1965	+ 263
1966	+ 42

Também em seu conjunto o Balanço de Pagamentos registrou extraordinária recuperação, conforme os resultados abaixo:

Superavit (+) ou Deficit (-) do Balanço de Pagamentos
US\$ milhões

1957	- 180
1958	- 253
1959	- 154
1960	- 490
1961	+ 65
1962	- 343
1963	- 279
1964	+ 40
1965	+ 362
1966	+ 152

Na complementação desses esforços para a recuperação cambial do país, o Ministério do Planejamento também se dedicou com afinco à negociação de créditos em estabelecimento, destinados a reforçar

a posição do Balanço de Pagamentos do País. No período 1964-1966, êses créditos tiveram as seguintes fontes:

	1964	1965	1966
	US\$ milhões		
Fundo Monetário Internacional		125	125
U.S.A.I.D.	50	150	150
Bancos privados americanos		80	
Bancos privados europeus		57.7	
Tesouro dos Estados Unidos da América		53.4	

Em virtude da rápida melhoria cambial, não foi utilizado o crédito de US\$ 53.4 milhões do Tesouro americano nem o total dos dois créditos "stand-by" do Fundo Monetário, dos quais apenas foi sacada a parcela de US\$ 75 milhões do primeiro.

O conjunto das medidas governamentais teve efeito dos mais positivos na capacidade de pagamento do país, como atesta o índice de liquidez a curto prazo já em meados de 1966, constante do Anexo nº 2.

3 - Recursos para desenvolvimento

A reestruturação do comércio exterior com o fortalecimento consequente da capacidade de importar, a recuperação cambial e o restabelecimento do crédito e da respeitabilidade externa abriram caminho para um esforço de captação de recursos externos das várias fontes de financiamento, a fim de assegurar a indispensável complementação da poupança interna disponível para investimentos.

Embora com o objetivo preciso de garantir para o país uma taxa de crescimento anual não inferior a 6%, o Governo preocupou-se menos com a obtenção imediata dessa meta a qualquer custo do que com o lançamento das bases sadias e sólidas de um desenvolvimento dinâmico e equilibrado. Em anos anteriores se alcançaram taxas elevadas de um desenvolvimento espasmódico, que viu seguir-se a fase conturbada de taxas decrescentes, até o índice negativo de 1963. Importava mais, em consequência, que se projetasse um crescimento em condições irreversíveis, pelo fortalecimento da infraestrutura e pela seletividade dos projetos de investimento.

No plano externo, os esforços governamentais visaram, assim, não apenas à captação dos recursos financeiros para desenvolvi-

mento mas também do financiamento e da assistência técnica para a realização de estudos sobre setores básicos da economia brasileira.

As medidas adotadas nesse sentido compreenderam:

(1) a mobilização de substanciais recursos de fontes internacionais antes negligenciadas, como atestam as cifras abaixo dos créditos negociados depois da Revolução, comparados com a utilização anterior, quando possível (entre parênteses):

	US\$ milhões	
Banco Interamericano de Desenvolvimento	188.5	(130.9)
Banco Mundial	168.5	(147.7)
U.S.A.I.D.		
Contrapartida dos empréstimos-programas	350.0	(100.0)
Projetos	232.4	(32.6)
Acôrdos do Trigo		
V Acôrdo	116.0	
VI Acôrdo	30.0	
República Federal da Alemanha	50.0	
Dinamarca	3.0	

Alguns dos dados se referem a junho de 1966

(2) a realização, com assistência externa, em especial do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e da Agência para o Desenvolvimento Internacional (U.S.A.I.D.), de estudos completos sobre setores vitais, tais como o do sistema ferroviário nacional, do sistema rodoviário em alguns Estados e das instalações de alguns, portos principais (GEIPOT e A.I.D.), o da produção Siderúrgica, o da produção energética na Região Centro-Sul, o de projetos para pecuária e armazenamento;

(3) a negociação para formação de consórcios internacionais que venham a financiar projetos de grande magnitude, como o da Hidrelétrica de Ilha Solteira;

(4) a negociação de melhores condições para a contratação de créditos de fornecedores no exterior, em benefício de investidores privados, ou de Protocolos financeiros com governos estrangeiros para importação de equipamentos;

(5) a garantia, para a indústria nacional, de participação em condições vantajosas em concorrências para grandes fornecimentos com financiamento internacional;

(6) a canalização de recursos externos para Fundos especiais em benefício da indústria brasileira;

(7) a atração de investimentos estrangeiros através de legislação e tratamento adequados.

4 - Transações com o exterior

Ocupou-se igualmente o Ministério do Planejamento da coordenação de transações com o exterior, tanto na importação quanto na exportação, que exigiam a intervenção de diversos órgãos governamentais. Entre essas operações merece destaque a negociação do suprimento de trigo ao mercado nacional, com a diversificação das fontes de fornecimento e, particularmente, a renovação dos Acórdos sobre Produtos Agrícolas com os Estados Unidos da América, que não apenas asseguram parte do suprimento anual de trigo mas também constituem, pela utilização da contrapartida em cruzeiros, importante fonte de recursos novos para investimento... Em 1966, após a plena utilização do V Acôrdo, foi concluído o VI Acôrdo que propiciou a importação de 425.000 toneladas de trigo com o benefício da Lei Pública 480 e recursos para desenvolvimento da ordem de US\$ 30 milhões. Nôvo Acôrdo está em vias de ser negociado, para fornecimentos em 1967.

5 - Organismos e Conferências Internacionais

A intensa atividade internacional em congressos e conferências de natureza econômica exigiu ativa participação do Ministério do Planejamento, dada a necessidade de bem utilizar êsses conclave para a defesa dos interesses nacionais. Por outro lado, preocupou-se o Govêrno dêsde o início em promover reexame profundo das relações do Brasil com os organismos internacionais, com alguns dos quais o diálogo estava praticamente interrompido.

A participação do Ministro do Planejamento no Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), que em freqüentes reuniões pôde imprimir feição nova à atividade interamericana, deu margem à substancial contribuição para reformulação dos métodos e dos rumos da cooperação pan-americana, incluindo a revisão da Carta da O.E.A. em sua parte econômica, como passo para melhor encaminhamento de soluções para o desenvolvimento econômico e social da América Latina;

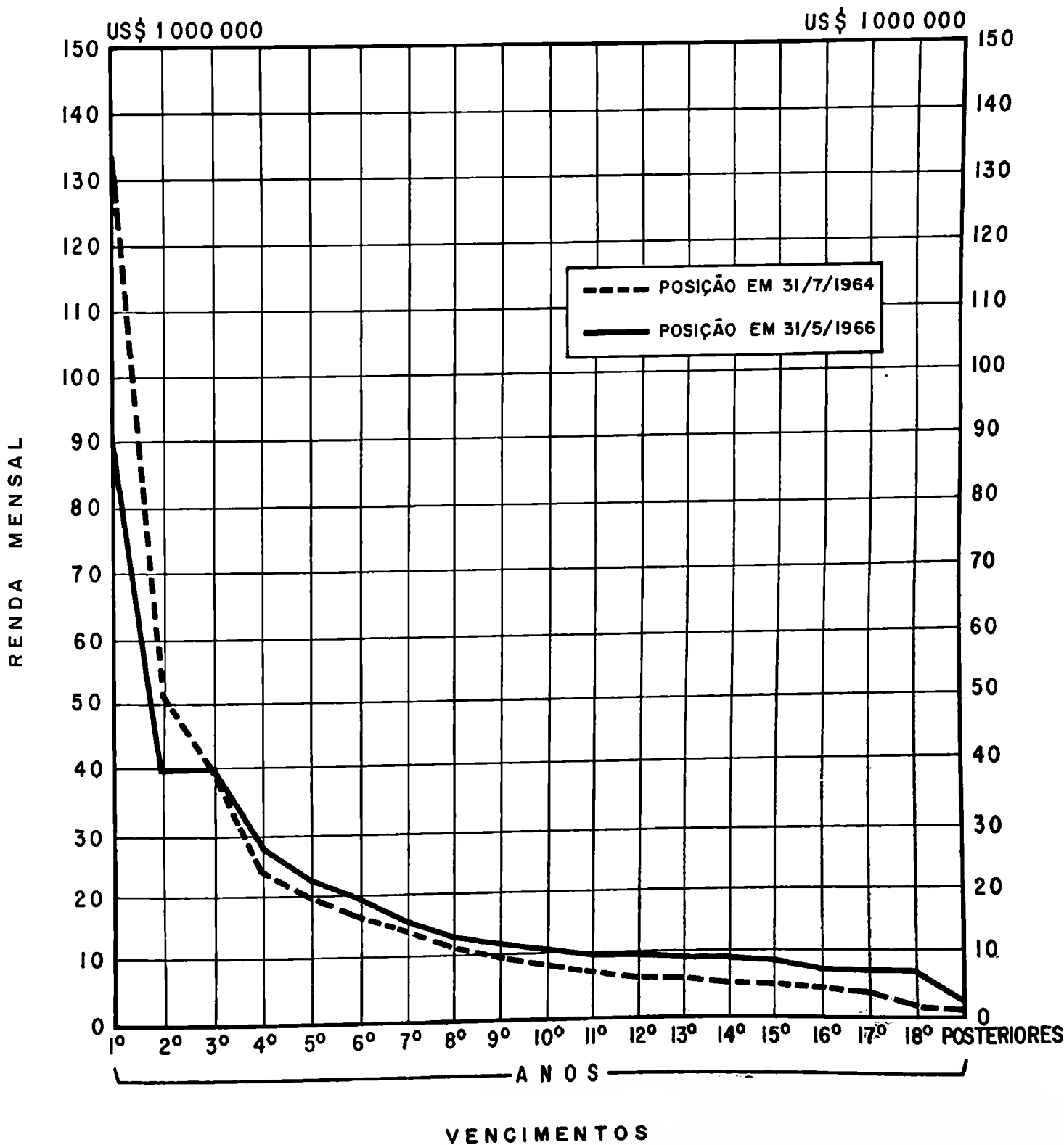
Mercê de um diálogo construtivo e realista, pôde o Brasil nos últimos três anos, desfrutar de excelente posição junto aos principais organismos latino-americanos em busca de um progresso mais rápido e do bem estar social e político.

C A P Í T U L O V I

SETOR DE PLANEJAMENTO REGIONAL E MUNICIPAL

ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO

(MOEDAS CONVERSÍVEIS)



ÍNDICE DE LIQUIDEZ A CURTO PRAZO

(MOEDAS CONVERSÍVEIS)

OPERAÇÕES DE CÂMBIO POR CONTA DO TESOUREIRO NACIONAL E DO BANCO CENTRAL



OBS.: A queda observada no mês de abril/66, decorre da aplicação de reservas em títulos de prazo de emissão superior o 1 ano, totalizando US\$ 63 milhões.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ A CURTO PRAZO

(MOEDAS CONVERSÍVEIS)

OPERAÇÕES DE CÂMBIO POR CONTA DO TESOUREIRO NACIONAL E DO BANCO CENTRAL



OBS.: A queda observada no mês de abril/66, decorre da aplicação de reservas em títulos de prazo de emissão superior a 1 ano, totalizando US\$ 63 milhões.

O Setor de Planejamento Regional e Municipal foi criado em 1º de julho de 1965, tendo por atribuição, em conjunto com o EPEA, a coordenação da formulação, bases e implantação de um sistema nacional de planejamento integrado em nível regional, estadual e municipal.

Sua tarefa inicial consistiu no estudo relativo ao sistema nacional de planejamento integrado que foi debatido no Seminário de Planejamento Estadual, realizado em julho de 1965, em Quitandinha - Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

O Setor participou do Grupo de Trabalho que estudou a implantação de um sistema nacional de desenvolvimento integrado local, coordenado pelo Banco Nacional da Habitação, que deu origem ao estabelecimento da nova política, através da elaboração e aprovação do decreto 59.917, de 30 de dezembro de 1966, reestruturando o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

Outro trabalho por ele desempenhado refere-se ao sistema nacional de saneamento básico, que deu origem ao decreto-lei estabelecendo a política nacional de saneamento básico. O Grupo que elaborou o documento está estudando, em seqüência, a orientação dos investimentos a serem aplicados em saneamentos.

O Setor de Planejamento Regional faz-se representar também no Centro de Pesquisas Habitacionais, dirigido pelo Banco Nacional da Habitação e a Pontifícia Universidade Católica. O mandato dos membros do Centro é de 3 anos. Mantém outra representação junto ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE tendo uma participação ativa em todas as suas reuniões.

Encontra-se em execução pelo Setor, atualmente, a reformulação dos procedimentos para a implantação ao nível federal, estadual e municipal, de Orçamento-Programa.

O Coordenador do Setor ministrou curso sobre Orçamento-Programa para o Governo de Minas Gerais, e apresentou à Comissão de Reforma Administrativa, como subsídio, um trabalho de responsabilidade pessoal, sob o título "Indicação para a Instituição de um Sistema Nacional de Planejamento Regional".

Finalmente, tem programado os seguintes estudos:

- Reestruturação dos órgãos regionais
- Reestruturação dos órgãos de saneamento

- Conceituação e roteiro para os planos locais integrados
- Reestruturação das normas para implantação do Orçamento-Programa para os governos estaduais e municipais.

CAPÍTULO VII
SETOR DE TRANSPORTES

O Setor de Transportes que funciona desde 1964, teve a sua criação formalizada em 31 de janeiro de 1966, pela Portaria nº 12. Tem por finalidade o assessoramento, em assuntos de transportes, aos órgãos do Gabinete do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica e a outros órgãos governamentais.

Através de técnicos de sua equipe, o Setor de Transportes participou de diversos Grupos de Trabalho instituídos pelo Governo. Dentre os Grupos destacam-se os seguintes:

- Grupo de Trabalho para o estudo do problema do sal;
- Grupo de Trabalho para a elaboração do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S/A, e dá outras providências;
- Grupo de Trabalho para elaboração do Decreto-lei nº 12, de 7 de julho de 1966, que retifica dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4.4.66;
- Grupo de Trabalho para elaboração da Lei que criou o Conselho Nacional de Comércio Exterior - CONCEX;
- Grupo de Trabalho que regulamentou o Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, estabelecendo normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S/A, e dá outras providências;
- Grupo de Trabalho para estudo do programa de renovação dos meios flutuantes da Marinha do Brasil;
- Grupo de Trabalho para estudo da Construção Naval;
- Grupo de Trabalho para reformulação de artigos do Decreto-lei nº 5/66, na parte referente a "operador de carga";
- Grupo de Trabalho para revisão da Lei do Imposto Único sobre Combustíveis.

O Setor desenvolveu atividades relacionadas com o Acordo firmado entre o Brasil e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e a conseqüente implantação do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes GEIPOT. Tomou parte, posteriormente, na revisão do Relatório Preliminar de Transportes, na Missão do BIRD.

Além disso vem cooperando com o Escritório de Pesquisa E conômica Aplicada e com o Grupo Executivo da Política de Transportes, na reformulação do Diagnóstico de Transportes, com vistas ao Plano Decenal de Desenvolvimento.

Com referência do GEIPOT, participa na orientação geral de suas atividades, na análise dos trabalhos da primeira etapa e das negociações já realizadas na 2ª etapa.

O Setor de Transportes mantém representação em Colegiados permanentes, emprestando colaboração aos seguintes:

- Conselho Nacional de Transportes - CNT -, órgãos de cúpula que coordena a política do governo nesse setor;

- Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, órgão que como o próprio nome indica, coordena a execução e integração da política de transportes;

- Comissão Permanente Interministerial para recuperação do transporte aéreo;

- Comissão Especial criada pelo Decreto 59.579, de novembro de 1966, que trata da alteração da lotação numérica da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.

- Grupo de Trabalho sobre containers (formado por iniciativa do CONCEX)

Pelo Setor foram realizados trabalhos de longa pesquisa e elaboração de que resultaram: Programa de Transportes para o biênio 1965/66; mais tarde completado para Programa de Transportes para o triênio 1965/67.

Esbôço de critérios de prioridade para investimentos no Setor;

A parte relativa a transportes do serviço de contraquadros das missões do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD;

Coordenação dos orçamentos-programas das Autarquias e Emprêsas Federais de Transportes para 1966/67.

Os trabalhos ora em execução dizem respeito:

à programação e acompanhamento de investimentos no Setor;

à participação nas negociações sobre financiamentos de investimentos em transportes com a USAID;

à revisão trimestral, com a USAID, dos investimentos cor

respondentes aos anos de 1964/1965/1966;

ao atendimento às Missões do Fundo Monetário Internacional - FMI, nas questões atinentes a transportes;

ao atendimento das Missões Econômicas do BIRD, na parte relativa a transportes;

Além das atribuições rotineiras, o Setor programou:

- Coordenação setorial dos meios de transportes (ferroviário, rodoviário, marítimo, aéreo) e das atividades portuárias;

- coordenação da elaboração de Orçamento-Programa, e o acompanhamento de sua consolidação e execução;

- estudos econômicos referentes ao Setor.

CAPÍTULO VIII

SETOR PARA EDUCAÇÃO E CULTURA

Instituído no dia 18 de junho de 1965, pela Portaria nº 87, foi estruturado o Setor de Educação e Cultura com a seguinte finalidade:

Coordenar a elaboração e a execução de planos, programas, projetos de Educação, Ensino e Cultura, da esfera administrativa do Governo e/ou da iniciativa particular, de âmbito nacional ou internacional, particularmente os vinculados à medida e à preparação do contingente humano.

O Setor desenvolveu as seguintes atividades:

ENSINO PRIMÁRIO - O Gabinete do Ministro do Trabalho encaminhou ao Setor, para sua apreciação, as considerações críticas do então Ministro sobre as dificuldades técnicas e legais da vigência da Lei nº 4.440, de 27/10/64, que fixou o Salário-Educação. A fim de informar o Ministro do Planejamento, o Setor estudou as considerações do Ministro do Trabalho.

O Setor foi procurado ou convidado a participar de reuniões com representantes da UNESCO, orientando-a no enquadramento administrativo da educação brasileira, e a eles prestando colaboração, quando formularam temários para reuniões de educadores brasileiros.

Também se reuniram com o Setor os membros da Comissão Mista brasileiro-americana para o Ensino Primário do MEC, em convênio com a USAID.

ENSINO SECUNDÁRIO - Colaboração de resultado imediato foi a prestada, por solicitação, à Diretoria do Ensino Secundário, à fixação do teto das anuidades escolares em 1966.

O Setor sugeriu que o Ministério da Educação e Cultura constituísse Grupo de Trabalho, com a colaboração do Ministério do Planejamento, para, com tempo de sondagem da realidade sócio-econômica das famílias e das escolas, analisar critérios de justa fixação dessas anuidades, referentes a todos os períodos letivos.

Fêz os estudos preliminares sobre índices de custos do ensino médio na Guanabara.

Pedido o seu pronunciamento sobre a indevida classificação dos Professores do Colégio Pedro II na lei de reajuste de remuneração dos funcionários públicos, emitiu parecer encaminhado pelo Secretário Geral do Ministério do Planejamento ao Ministro da Educação e Cultura.

Quanto a anteprojeto de lei para instituir a Fundação

Pedro II, submetido ao Ministério do Planejamento, o Setor, após estudar a estrutura e conveniência da Fundação proposta, sugeriu ao Gabinete recomendasse ao Gabinete Civil da Presidência o retorno do expediente à Congregação do Colégio Pedro II, para reformulação do anteprojeto. Com base no parecer deste Ministério, o Presidente da República sustou o encaminhamento do anteprojeto ao Poder Legislativo.

O Setor atendeu ainda à Comissão Brasileiro-Americana para o Ensino Médio, resultante de convênio do MEC com a USAID. Os contatos, dados e informações, propiciaram um enquadramento mais objetivo da Comissão na dinâmica educacional do País, quer em sua estrutura funcional, quer em suas correlações administrativas.

O Setor promoveu ainda contatos da Comissão com a Universidade do Estado da Guanabara e com a Escola Técnica Federal da Guanabara.

Também participou de reunião, promovida pela Divisão Cultural do Itamarati, com o presidente da UNESCO, que veio conhecer da natureza de projetos educacionais, em diversos setores de nível médio e superior, para lhes adequar recursos financeiros.

ENSINO INDUSTRIAL - Este ramo do ensino médio foi o que mais se articulou com o Setor, o qual participou de seu Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra em São Paulo e em Brasília; discutiu o Setor a conveniência prioritária de as escolas da rede federal se ocuparem apenas com o 2º ciclo colegial técnico; tratou da instalação, em convênio com Escolas de Engenharia, de Cursos de Engenharia de Operação, um deles já em funcionamento na Escola Técnica Federal da Guanabara; da criação de um Conselho Nacional de Cooperação dos Organismos de Formação Profissional (CONFOR); participou de conclaves internacionais, inclusive o realizado na Alemanha. Também colaborou nos enquadramentos orçamentários do Ensino Industrial.

Os primeiros passos para a formulação do projeto de equipamentos das escolas da rede federal, com vistas a financiamento do BID, foram assentados pelo Setor, na sua condição de membro da Comissão Especial Mista BID-Educação.

Participou ainda de várias reuniões e fez contatos com representantes do BID, na fixação do montante para financiamento da

educação brasileira, bem como na destinação de US\$ 5 000 000 para esse ramo de ensino médio. Intercedeu junto ao BNDE em favor de aprovação mais imediata de empréstimo à Escola Técnica Federal da Guanabara.

ENSINO SUPERIOR - No tocante à avaliação da proposta orçamentária (1967), prestou cooperação ao Setor de Orçamento e Finanças e ao Ministério da Educação e Cultura, constituindo Grupo de Trabalho que fez a análise e crítica das verbas das Universidades, e pôde estabelecer mais rendosa aplicação das dotações, dentro de critérios e padrões de cobertura financeira prioritária aos setores mais diretamente comprometidos com o desenvolvimento econômico do País.

MISSÃO DO BID - Coube ao Coordenador do SEC a missão de orientar, assistir e coordenar os contatos e entendimentos da Missão Especial do BID-Educação com as Universidades do Brasil, nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e em Brasília (D.F.). Os resultados desses contatos constam do relatório apresentado ao Presidente da COESMI.

CONSELHO DE REITORES - Com o endosso do Ministro do Planejamento, o Setor se articulou com o CONTAP, ~~que~~ ^{para} estudar meios de prestar assistência financeira ao Conselho de Reitores, a fim de congregiar recursos humanos de alta qualificação para o estabelecimento de contínua política programadora do ensino de nível universitário.

Entendeu-se, depois com o FINEP, opinando sobre os pedidos de financiamentos a projetos de Universidades. Foi o caso, por exemplo, da Universidade Federal do Estado da Paraíba.

Em colaboração com a COESMI (Comissão Especial Mista BID -Educação), de que é membro, o Setor participou de reuniões com o FINEP, o qual, por decisão espontânea, se incumbiu da seleção de consultorias e do financiamento, à preparação urgente da programação integrada dos projetos das Universidades, já distinguidas pelo BID para receberem o financiamento, a setores escolhidos pela Missão Especial BID-Educação, nas visitas realizadas ao País.

Entre suas tarefas de coordenação, providenciou o Setor reunião dos representantes da USAID com os responsáveis pelos diversos graus de ensino, no gabinete do então Diretor do Ensino Superior, Ministro Moniz de Aragão. Nessa oportunidade, tratou-se da Re

visão do Programa de Empréstimo, cuja concretização cabe, parte ao MEC, e parte ao EPEA.

Além disso, estudou anteprojeto de lei para instituição de um Fundo Nacional de Assistência aos Escolares, com recursos provenientes de taxa sobre impostos.

Em vista da concessão do empréstimo de US\$ 4 000 000, pelo BID, a CAPES preparou os projetos e solicitou ao SEC seu parecer. Outro projeto de lei em que o Setor intercedeu foi o referente à caracterização e responsabilidade profissional do técnico de química de grau médio. Também manteve entendimentos com a Consultoria Jurídica do MTPS e com o Conselho Nacional de Química, com base nos quais encaminhou à Presidência da República exame do anteprojeto de lei que "regula a situação dos portadores de diplomas de curso de Química Aplicada".

TEMPO INTEGRAL - Representante do MEC submeteu ao Setor o Decreto nº 57 825, que fixa e disciplina atividades remuneradas do pessoal de tempo integral.

Objetivando não estrangular a atividade intelectual e cultural extraordinária de escritores, cientistas e educadores, o Setor ponderou ao Ministro do Planejamento a conveniência de emenda a esse Decreto. Estando mais diretamente prejudicadas essas atividades no campo da cultura e do ensino, a iniciativa de tal reparo deveria caber ao MEC, a quem o Setor transferiu a incumbência.

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (IRI) - Por sugestão de funcionário brasileiro da ONU, o Setor esboçou expediente ao Ministro do Planejamento, propondo a constituição de Grupo de Trabalho para projetar a estrutura de um Instituto de Relações Internacionais.

Determinou o Ministro que a Secretaria Geral submetesse a proposta ao Ministério das Relações Exteriores. Aprovada por esse Ministério, ela passou a se concretizar nos entendimentos e providências efetuadas pelo Grupo de Trabalho, constituído pelo MRE com representantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Ministério do Planejamento.

ÍNDICES DE CUSTOS DO ENSINO - A seção de Custos do Ensino, do Setor de Educação e Cultura, vem realizando estudos dos dados e informações levantadas em toda a rede de estabelecimentos do

Ensino no País, governamentais e particulares, nos três níveis de graduação.

Foram concluídos, por amostragem, os estudos preliminares sobre índices de custos do ensino médio - secundário, comercial e normal - nos ciclos ginásial e colegial de estabelecimentos do Estado da Guanabara.

Achavam-se em fase da coleta de informações quando da elaboração desse relatório os ciclos ginásial e colegial dos ramos industrial e agrícola na rede federal em todo o País. Também em processo de coleta desses dados e informações, todos os estabelecimentos da rede federal do Ensino Superior. O do Ensino Primário será oportunamente projetado. A Seção de Custos do Setor concluiu o levantamento das despesas Federais do Ensino para 1966, discriminando-as por subprogramas e por Estados, do interesse inicial da Reforma Agrária. Essa discriminação abrangeu em particular municípios situados nas zonas consideradas prioritárias pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

CENTROS DE COMUNIDADE - A Seção de Pesquisas do Setor, em virtude do entendimento pessoal entre o Presidente do IBRA e o Coordenador do SEC, ficou encarregada de proceder a levantamento, para posterior diagnóstico e aplicação regional, da situação do Ensino Elementar na zona prioritária fixada pelo IBRA.

Para as pesquisas, junto ao Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), pôde a Seção de Pesquisas levantar os dados já colhidos pela rede do IBGE.

Enquanto se processava a coleta de dados e se iniciavam primeiras avaliações, o Setor congregou alguns dos órgãos com experiência no desenvolvimento de comunidades.

Assim, durante numerosas reuniões consecutivas, pôde o grupo de trabalho elaborar um projeto de conceituação e dinamização dessas comunidades, entregue, para os fins pragmáticos, ao Departamento de Produção Agrária do IBRA, membro nato desse Grupo de Trabalho.

Por se localizar em Pernambuco a dinamização prioritária do IBRA, sendo este Estado o único, por coincidência, cuja coleta de dados foi considerada completa, os estudos do Setor ali foram aplicados distribuída a assistência prioritária pelas Zonas do Agreste do Litoral e da Mata, de Pernambuco.

Esta a síntese do estágio atual dos trabalhos, em vias de próxima divulgação completa e mimeografada:

1 - Fichadas as localidades existentes, por municípios e zona fisiográfica, com concentrações demográficas de 180 a 1 000 habitantes, em todo o Brasil;

2 - Para fins de diagnóstico da situação do ensino elementar na zona prioritária fixada pelo Governo (Pernambuco), procedeu-se, no SEEC, ao levantamento dos dados colhidos pelo IBGE.

3 - A área de assistência prioritária abrange: Zona Agreste, com 61 Municípios; Zona do Litoral e Zona da Mata de Pernambuco, com 49 Municípios.

4 - Em conclusão, a análise dos fatores da situação ensino elementar, nessas localidades, e as recomendações técnicas, para a implantação do sistema escolar.

TRABALHOS EM EXECUÇÃO - Além do Programa-Educação no Orçamento para 1967, o Setor de Educação e Cultura dedica-se, ultimamente, a várias tarefas, destacando-se entre elas o levantamento dos requisitos necessários à admissão nos Cursos Universitários da Guanabara, com indicação das oportunidades de colocação profissional.

Entre os trabalhos do Setor, programados para este ano, figuram: promoção e/ou incentivo a Cursos de Preparação de Professores da Educação e de Executores Técnicos do Ensino; fixação de critérios técnicos e políticos para instituição de Fundações de Ensino; programação econômica do ensino; a livre iniciativa associada ao Governo na preparação da mão-de-obra potencial e no treinamento de mão-de-obra atuante; alfabetização prioritária da mão-de-obra em trabalho.

CAPÍTULO IX

SETOR DE ESTUDOS DIVERSOS

Formalizou-se a criação do Setor de Estudos Diversos do Ministério do Planejamento em 3 de junho de 1964.

Os relatórios elaborados pelo Setor foram os seguintes:

"Informe sobre a situação econômico-financeira do Brasil (1961/1963)", encaminhado ao Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), como documento oficial da delegação brasileira a 1ª Reunião Ordinária, em julho de 1964, na cidade do México.

Relatório, em co-autoria, endereçado ao Diretor Executivo da então SUMOC, referente às normas a serem observadas nos pedidos de divisas formulados por entidades públicas e órgãos assemelhados;

Relatório sobre condições de financiamento ao setor público e do setor privado, encaminhados à Missão enviada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, em outubro de 1964;

Relatório intitulado "Tendências Recentes, Projeções e Aspectos Específicos do Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil".

Documento oficial de delegação brasileira à III Reunião Anual do CIES, realizada em dezembro de 1964, na cidade de Lima, Peru;

Relatório, em co-autoria, sobre os trabalhos do Grupo de Regulamentação do Estatuto da Terra (GRET), em janeiro de 1965;

Relatório sobre as reuniões mantidas com várias empresas e técnicos em São Paulo, a respeito da recessão observada em março de 1965;

Relatório sobre os trabalhos da Comissão Especial do CIES, referentes às manufaturas e semimanufaturas, em reunião realizada em abril de 1965, na cidade do México;

Relatório final do Grupo de Trabalho do Plano do Automóvel Popular, em 12 de maio de 1965;

Relatório em 19 de agosto de 1965, sobre as possibilidades de comércio do Brasil com os países da área do Leste Europeu;

Relatório sobre a participação na Comissão Mista Brasil-Tchecoslováquia, em 12 de novembro de 1965;

Relatório sobre a participação nos trabalhos da Comissão Mista Brasil-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 25 de janeiro de 1966;

Relatório sobre a participação nos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia, em 9/2/66;

Relatório, em 22.7.66, sobre a participação na missão brasileira encarregada de negociar a venda de navios de fabricação nacional ao México;

Relatório, em co-autoria, sobre as atividades da Comissão Especial incumbida de tomada de preços de máquinas e equipamentos para escolas técnicas e industriais.

No que tange a pareceres e informações, o Setor de Estudos Diversos emitiu, entre outros os seguintes:

Levantamento, em 12 de fevereiro de 1965, da produção brasileira de papel e celulose para 1963/1964;

Elaboração de informe, em 16 de junho de 1965, sobre o memorial encaminhado pela Confederação Nacional do Comércio, contendo sugestões para o financiamento de automóveis populares;

Parecer, em 8 de outubro de 1965, sobre a solicitação da SUNAB, para examinar a possibilidade de estender aos empreiteiros de obras públicas os benefícios cambiais concedidos pela Portaria Interministerial nº 17, de 1965, à importação de máquinas e equipamentos pesados;

Parecer, em 29 de outubro de 1965, sobre as relações comerciais entre o Brasil e a Polônia;

Levantamento e análise de dados estatísticos, em 12 de fevereiro de 1966, sobre o comportamento do Produto Nacional Bruto, dos índices de preços, do nível de emprego, do balanço de pagamentos e dos níveis salariais, junto à Fundação Getúlio Vargas, Banco Central da República do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Trabalho e Previdência Social e Federação das Indústrias do Estado da Guanabara;

Parecer, em 2 de fevereiro de 1966, sobre a Resolução Nº 134/65 do Conselho Nacional de Transporte, que instituiu a Comissão de Exportação de Navios;

Análise, em 17 de fevereiro de 1966, do comportamento do Produto Interno Bruto, das emissões monetárias, variação do índice do custo de vida e saldos das operações de swap;

Parecer, em 14 de março de 1966, sobre a posição da Indústria de construção naval brasileira;

Parecer sobre as negociações da SIMCA do Brasil S/A, no Chile, para venda de carros de sua fabricação destinados ao serviço

de taxi;

Elaboração, em 25 de março de 1966, de informe sôbre a operação de venda de navios de fabricação nacional ao México;

Elaboração, em 30 de março de 1966, de informe sôbre a situação financeira do comércio de aparelhos eletrodomésticos;

Levantamento, em 28 de abril de 1966, junto à Companhia Siderúrgica Nacional, de elementos comparativos sôbre o custo do aço nacional e o do aço importado;

Exame e elaboração de parecer, em 12 de maio de 1966, de isenção de taxas de Marinha Mercante e quotas de previdência que recaem sôbre a exportação de madeira;

Elaboração, em 3 de junho de 1966, de resposta ao questionário enviado a OEA, solicitando informações sôbre o sistema de planejamento no Brasil e a legislação pertinente;

Elaboração de parecer, em 18 de julho de 1966, relativo a um pedido de aval ao BNDE, para importação de quatro navios frigoríficos da Iugoslávia;

Elaboração de informação, em 30 de agosto de 1966, referente a uma proposta, encaminhada ao Ministério da Indústria e Comércio, para a venda de 250 barcos de pesca;

Elaboração de estudo, em 31 de agosto de 1966, sôbre desemprego no meio rural, política de preços mínimos, política cafeeira, política creditícia;

Parecer sôbre o pedido de aval do Tesouro Nacional, para operação de financiamento em moeda estrangeira, destinada à importação de barcos pesqueiros do México;

Parecer sôbre o pedido de autorização para adquirir um navio tanque, destinado ao transporte de óleo babaçu;

Parecer relativo à indústria naval brasileira;

Levantamento da produção brasileira de cimento, em 1965 e 1966, do consumo de energia elétrica, e do número de unidades habitacionais construídas, em 1966, pelo Banco Nacional de Habitação.

Na parte de estudos elaborados pelo Setor destacam-se:

A institucionalização do planejamento realizada no Brasil e o resumo dos vários planos desde o Plano Salte até o Programa de Ação Econômica do atual Governo para a "Association Française pour l'Accroissement de la Productivité", solicitado pelo Itamaraty;

AS modificações na sistemática de controle do sistema cambial e de comércio exterior, destinado ao prefácio de um "Compêndio de Legislação sobre Exportação e Cabotagem";

"A Importância do Planejamento para o Empregado e o Empregador";

: Perspectivas da evolução do índice do custo de vida, no trimestre final de 1966;

O consumo de trigo e a possibilidade da substituição de parte desse cereal por milho no fabrico de pão para consumo popular.

CAPÍTULO X

ATER

Através da Portaria nº 6, de 14 de abril de 1965 o Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica criou a Assessoria de Relações Públicas, subordinada à Secretaria-Geral do Ministério e com a finalidade de coletar dados e informações referentes aos atos governamentais, sobretudo os relacionados à execução do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), facilitando a comunicação entre as atividades normativas, no campo econômico e financeiro, e a opinião pública.

Encerrada essa tarefa, o Ministro do Planejamento, pela Portaria 34, de 15 de abril de 1966, extinguiu a Assessoria de Relações Públicas, e através da Portaria nº 35, de 15 de abril do mesmo ano, criou a Assessoria Especial Técnica de Redação (ATER). Os novos encargos foram atribuídos pelo Diretor-Geral de Administração do Ministério do Planejamento. Posteriormente, pela Portaria nº 99, de 26.12.1966, a ATER e o Setor de Imprensa foram reunidos num Setor único.

A campanha da ARP - e posteriormente da ATER - sob o fundamento da democratização de oportunidades que o Governo imprimiu às suas reformas sociais e econômicas, consistiu de um amplo debate em torno de leis, decretos e reformas, esclarecendo medidas aparentemente impopulares (a política salarial, por exemplo), e antecipando a explicação de assuntos fadados a controvérsias e descontentamento em certas áreas.

O esquema de trabalho se desenvolveu em três fases, a saber: 1) a fase do anúncio, quando se procurou esclarecer o que viria e porque viria; 2) a fase de esclarecimento de dúvidas e de explicações dos resultados obtidos; 3) a fase demonstrativa da racionalidade das medidas tomadas pelo Governo.

Essas fases abrangeram as seguintes atividades: a) divulgação simples de matéria noticiosa, através dos jornais, agências de notícias, revistas e correspondentes estrangeiros; b) divulgação pelo rádio e emissoras de televisão, sob a forma de entrevista e de boletim diário de notícias econômico-financeiras; c) divulgação pesquisada e interpretada de notícias de interesse maior ou solicitadas pelos setores do Ministério do Planejamento (desemprego, desestatização das refinarias de petróleo, orçamento-programa, recuperação cambial, recuperação da Previdência Social, dinamização do CONSELAN, retomada do desenvolvimento, desinflação, política salarial, etc.);

CAPÍTULO XI
COCAP

Criada por força do Decreto nº 1.040, de 23.5.1962 (alterado pelo Decreto nº 1.306, de 6.8.1962), a Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso era, então subordinada diretamente à Presidência da República, mas, em virtude dos Decretos nºs. 1.422, de 27.9.1962 e 53.914, de 11.5.1964, passou à subordinação do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. A COCAP é constituída de cinco membros nomeados pelo Presidente da República e de dois representantes do Ministério das Relações Exteriores, sendo um titular e outro ad hoc, que exercerá as funções de Coordenador cargo ocupado pelo Ministro Francisco de Assis Grieco, segundo Decreto presidencial de 23.5.1964.

Cabe à Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso:

a) divulgar no País as normas de operação das agências financiadoras estrangeiras, dispostas a prestar auxílio previsto na Carta de Punta del Este;

b) orientar e auxiliar os órgãos oficiais e as entidades privadas nos investimentos que requeiram auxílio externo;

c) colaborar com os órgãos encarregados da execução da Aliança para o Progresso em outros países americanos;

d) receber e analisar os projetos ou programas de investimentos e encaminhar aos órgãos financiadores internacionais aqueles que merecem a sua aprovação;

e) estabelecer a ordem de prioridade dos projetos, para efeito de obtenção de recursos externos;

f) colaborar com o Ministério das Relações Exteriores e com as entidades responsáveis pelos projetos para os quais seja solicitado auxílio externo nas negociações para efetivação desse auxílio.

A partir de abril de 1964, as atividades da COCAP passaram por grande impulso, em virtude do clima favorável que o atual Governo criou, com a adoção da política saneadora de nossa economia, o que possibilitou a existência de condições para estabelecer mais estreita colaboração, principalmente com o Governo norte-americano e o Banco Interamericano.

Cabe salientar que nossas relações não prosperaram apenas com o Governo norte-americano e financiadores desse país, mas também com o Governo da República Federal da Alemanha pois, na ges-

tão atual, já foram assinados vários contratos de empréstimo com a entidade financiadora oficial do Governo de Bonn, a fim de dar execução ao Protocolo sobre Cooperação Financeira, firmado em 30 de novembro de 1963.

O trabalho da Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso consistiu em examinar projetos e programas que lhe foram apresentados, em estabelecer prioridade nos pedidos de financiamento apresentados por órgãos e entidades brasileiras; em selecioná-los e orientá-los quanto ao encaninhamento à AID, ao BID ou à Kreditanstalt für Wiederaufbau; em providenciar a obtenção de avais; bem como em participar da redação de projetos de lei e de decretos atinentes à contratação de créditos e concessão de avais e providenciar o cumprimento de formalidades legais (parecer jurídico, tradução, publicação, registro no Tribunal de Contas etc.).

A COCAP - esteve representada nas seguintes reuniões durante os anos de 1964 a 1966:

- I - Reunião Anual do CIAP, México, junho de 1964.
- II - Reunião Anual do CIAP, Washington, outubro de 1964.
- III - Reunião Anual do CIES, Lima, dezembro de 1964 (Delegado).
- IV - Reunião Anual do CIAP, Washington, abril de 1965.
- V - Reunião Anual do CIAP, Washington, janeiro de 1966.
- VI - Reunião Anual do CIAP, Buenos Aires, março de 1966.
- VII - Reuniões Anuais do CIES, Buenos Aires, março de 1966 (Delegado).
- VIII - Reuniões Extraordinárias do CIES, Washington, junho de 1966 (Delegado).
- IX - Reunião Anual do CIAP, Washington, outubro de 1966.

Compareceu também à II Conferência Extraordinária da OEA, realizada no Rio de Janeiro em novembro de 1965.

A cooperação econômica, no âmbito da Aliança, tem-se processado através de: a) empréstimos em cruzeiros por intermédio dos Acórdos do Trigo (Public Law 480); b) empréstimos-programa em dólares com repasse em cruzeiros; c) empréstimos em moeda estrangeira, para utilização em projetos específicos que impliquem a importação de bens e serviços ou, em alguns casos, para conversão em cruzei-

ACORDOS DO TRIGO

Os Acôrdos sôbre Produtos Agrícolas (Acôrdos do Trigo) são instrumentos através dos quais o Governo norte-americano vem realizando, desde 1955, por intermédio da Agência para o Desenvolvimento Internacional, vendas de excedentes agrícolas ao Brasil, contra pagamento em cruzeiros, depositados em conta especial no Banco do Brasil, para financiamento de empréstimos destinados ao desenvolvimento econômico.

Até hoje, foram assinados 6 Acôrdos, tendo a COCAP acompanhado as negociações e a aplicação dos recursos postos à disposição do Governo Brasileiro a partir do III Acôrdo.

Com a interveniência da COCAP, foram assinados, entre agosto de 1964 e abril de 1966, 19 contratos de financiamento no montante aproximadamente de Cr\$ 117,8 bilhões, conforme à discriminação seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	MONTANTE	
	Cr\$	milhões
1 9 6 4		
1. CEMAT - Eletrificação de Mato Grosso		3.200
2. Estrada da Produção, RS		10.000
3. SUDENE - Rodovias		4.500
4. Rodovia Rio-São Paulo		12.000
5. BNDE		6.818
6. BNDE		25.626
7. Habitação - Caixa Econômica-MG		5.000
1 9 6 5		
8. Estrada do Café-PR		10.000
9. DER-MG - Rodovias		9.000
10. DNOS - Fundo de Águas		6.000
11. COPERBO - Indústria de Borracha Sintética		2.000
12. COPEL-PR - Energia		4.000
13. CEMIG - Energia		4.000
14. Ministério da Marinha		300
15. DER/PA - Rodovias		1.000
16. BNH-COOPESP		5.000
17. Rodovia Rio-São Paulo		2.100

Continua

ESPECIFICAÇÃO	MONTANTE (Cr\$ milhões)
1 9 6 6	
18. MEC-Malária	2.800
19. CEMAT	4.500
20. DNOS/AID - Abastecimento de água	2.000
21. DNER - Duplicação do Rio-São Paulo.....	45.000
TOTAL	164.844

O último acordo negociado (VI Acôrdo Sobre Produtos Agrícolas) foi assinado em abril do corrente ano, no montante de cerca de US\$ 64 milhões, devendo gerar cruzeiros da ordem de Cr\$ 140 bilhões. Esses recursos ainda não foram alocados, estando em exame os programas de empreendimentos prioritários a serem por eles atendidos.

EMPRESTIMOS-PROGRAMA

Esta modalidade de recursos proporcionados pela AID (Agência para o Desenvolvimento Internacional), órgão financiador do Governo americano, funciona como instrumento de: a) financiamento de importações procedentes dos Estados Unidos; b) veículo para financiamento do desenvolvimento econômico e social de vários países, inclusive o Brasil.

Os empréstimos-programa assinados com o Brasil, desde 1961, totalizam US\$ 450 milhões, sendo o primeiro e o segundo, no montante de US\$ 100 milhões, firmados na gestão anterior e os três últimos, no total de US\$ 350 milhões, a partir de junho de 1964.

O terceiro Empréstimo-Programa (US\$ 50 milhões), o primeiro dos assinados no atual Governo (junho de 1964), gerou o montante de cerca de Cr\$ 63 bilhões, que foi distribuído pela Coordenação Nacional do Crédito Rural, Plano Nacional de Habitação, CREAM (Banco do Brasil), em financiamentos às médias e pequenas indústrias e pelo Fundo de Democratização do Capital de Empresas, (Capital de giro), conforme se vê a seguir:

	<u>Cr\$ milhões:</u>
BNH	9.750
CNCR	20.000
CREAI	10.000
FUNDECE	23.000
TOTAL	62.750

O quarto Empréstimo-Programa, no montante de US\$ 150 milhões, assinado em dezembro de 1964, gerou a contrapartida em cruzeros de Cr\$ 301,5 bilhões, dos quais Cr\$ 95 bilhões se destinaram às instituições de crédito sob a égide do Fundo Geral de Agricultura e Indústria (FUNAGRI) e do BNDE e o restante ao financiamento de projetos públicos do programa governamental de investimentos.

A tabela seguinte consigna os contratos assinados para aplicação dos recursos oriundos do referido Empréstimo-Programa.

E S P E C I F I C A Ç Ã O	MONTANTE Cr\$ milhões
<u>SUB-CONTA "A"</u>	<u>104.200</u>
CREAI	10.000
FINAME	47.000
BNDE	3.200
FUNDECE	25.000
Habitação, RS	1.000
Habitação, PR	1.000
Inundação, GB	3.000
Inundação, RJ	3.000
Bolsas de estudo-Sindicatos	4.000
CONTAP, Assistência Técnica	4.300
BNH, Habitação no Paraná	1.000
<u>SUB-CONTA "B"</u>	<u>200.000</u>
DNER	10.100
BNDE	7.200
CONTAP	10.000
DER/GO	2.000
Projetos no Orçamento Federal	170.700
TOTAL	301.452

O quinto Empréstimo-Programa, no montante de US\$ 150 milhões, assinado em fevereiro de 1966, resultará numa contrapartida de Cr\$ 333 bilhões. Dêsse total, já foram aplicados mais de Cr\$ 108 bilhões, conforme discriminação a seguir:

PROJETO	FINALIDADE	MONTANTE Cr\$ milhões
FINAME	Aquisição máquinas e equipamentos	20.000
FUNDECE	Capital de giro	27.000
FUNAGRI	Repasse agricultura e indústria	10.000
CONTAP	Assistência técnica	7.000
CREAI	Repasse à pequena e média indústria	6.000
M. Fazenda	Repressão ao contrabando	3.000
M. Saúde	Melhoria nível saúde pública	2.200
FNAA	Abastecimento de água	8.000
Cruzada ABC	Alfabetização adultos Nordeste	8.000
R. G. Sul	Estrada da Produção	10.000
IGRA, RS	Estradas Coloniais	2.000
PEBE (M.Trabalho)	Bolsas de estudo para dependentes de sin- dicalizados	5.000
TOTAL		108.200

A COCAP funcionou não somente durante as negociações para obtenção dos empréstimos aludidos, mas também na seleção dos financiamentos e serviços prioritários, e na adoção de providências relacionadas com as assinaturas dos convênios.

EMPRÉSTIMOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os organismos financiadores de moeda estrangeira para projetos específicos são, na área do dólar, a Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Além dos acordos assinados com essas organizações, o Brasil celebrou Protocolo Sobre Cooperação Financeira com a República Federal da Alemanha, pelo qual o Governo desse país habilitou nosso Governo a obter empréstimos até o total de 200 milhões de marcos junto à Kreditanstalt für Wiederaufbau (Instituto de Crédito para Reconstrução).

AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL (AID)

Dos convênios em dólares, assinados desde 1962 com a AID, no montante de US\$ 279,4 milhões, apenas foram concluídos, na gestão anterior, contratos no total de US\$ 28,6 milhões, cabendo à COCAP na

gociar, após abril de 1964, empréstimos que alcançaram US\$ 280,8 milhões, de acordo com a tabela que segue:

E S P E C I F I C A Ç Ã O	MONTANTE US\$ Milhões
1 9 6 4	
COPEG - Repasse à pequena e média indústria GB	4,0
Ministério da Saúde - Erradicação da malária	6,5
C.S.N. - Expansão da usina de Volta Redonda	5,5
SUDENE - Construção de rodovias	18,4
CEMAT - Energia Elétrica	4,3
Importação de fertilizantes	15,0
Ministério da Aeronáutica - Equipamento para a segurança e controle de voo	2,7
CHESF - Aumento das linhas de transmissão	7,0
FURNAS - Aumento das linhas de transmissão	16,7
SUDENE - Equipamento para construção e manutenção de rodovias	20,0
ELETROBRÁS - Hidrelétrica de Peixoto	20,4
OLINKRAFT - Fábrica de Papel	0,8
1 9 6 5	
DNER - Assistência técnica	0,9
EUCATEX - Equipamento e assistência técnica	2,0
COPEL, PR - Sistema de transmissão e geração de energia	11,4
Companhia Metalúrgica Barbará - Expansão da Fábrica de tudos de ferro fundido centrifugado	1,1
DER/MG - Aquisição de equipamentos	15,0
Companhia de Cimento Vale do Paraíba - Expansão da fábrica	0,8
Rio-Light - Expansão do sistema de distribuição ...	25,0
São Paulo-Light - Expansão do sistema de distribuição	15,0
COHEBE - Cia. Hidrelétrica de Boa Esperança, PI ...	8,9
1 9 6 6	
BANCO CENTRAL - FINEP	11,0
Hidrelétrica de Mascarenhas (ES)	13,3
DER/SP - Equipamentos/manutenção de rodovias	20,0
CEDAG/GB - Abastecimento d'água	2,6
SURSAN - Serviço de esgotos	2,5
ULTRAFERTIL - Importação de fertilizantes	34,8
TOTAL	285,6

2. BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, que se vem destacando não só como agência cumpridora da parte financeira das exigências do desenvolvimento, mas também como verdadeiro veículo de promoções para a América Latina, tem tido acentuada atuação no financiam

mento de importantes projetos brasileiros.

Até agosto de 1966, o Banco Interamericano havia financiado empréstimos ao Brasil no montante de US\$ 349 milhões, sendo que US\$ 219 milhões foram concedidos a partir de abril de 1964.

De abril de 1964 a agosto de 1966, o número de projetos, financiados pelo BID no Brasil, elevou-se a 23, assim discriminados:

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS PELO BID AO BRASIL

DE ABRIL DE 1964 ATÉ AGOSTO DE 1966

ESPECIFICAÇÃO	Finalidade	Assinatura	Montante (US\$1000)
<u>I - ENERGIA</u>			
1. COELBA.....	Energia Elétrica	1964	3.200
2. Central Elétrica -CAPIVARI - Cachoeira.....	Plano de Eletrificação	1965	5.450
3. CELESC.....	Programa de Eletrificação	1965	3.500
4. ELETROBRÁS.....	Aquisição de equipamentos e conclusão de projetos de 9 empresas	1965	16.400
5. CHESF.....	Energia Elétrica	1966	29.500
<u>II - TRANSPORTE</u>			
6. Rodovia IGUAÇU - - PARANAGUÁ	Trecho brasileiro da rodovia internacional Assunção-Paranaguá	1966	20.000
7. Porto de Paranaguá	Ampliação dos cais geral e de inflamáveis, dragagem do canal de acesso e aumento da capacidade de armazenagem	1966	5.640
<u>III - SAÚDE E SANEAMENTO</u>			
8. Depart. Municipal de Água e Esgotos do RGS (DMAE)	Abastecimento d'água	1964	3.150
9. Estado da Guanabara	Abastecimento d'água	1964	7.000
10. Est. da Guanabara	Abastecimento d'água	1964	5.000
11. Fundação Serviço Especial de Saúde Pública.	Abastecimento d'água em 200 comunidades de Salvador	1965	15.000

ESPECIFICAÇÃO	Finalidade	Assinatura	Montante (US\$ 1000)
IV - <u>INDÚSTRIA</u>			
12. Banco do Brasil	Financiamento da exportação de bens de capital.	1964	3.000
13. Lutchter S/A..	Papel e celulose	1964	4.000
14. BNDE	Financiamento à pequena e média indústria.	1964	27.000
15. Magnesita S/A	Materiais refratários	1964	4.000
16. Companhia Vale do Rio Doce	Usina de peletização	1965	28.800
17. Ferro e Aço Vitória	Viabilidade de aumento expansão capacidade de laminação	1965	1.300
18. USIBA	Estudo de viabilidade	1965	200
19. Cimento Irajá	Aumento da capacidade cimento comum e produção de cimento especial	1965	4.650
20. BNB	Repasse à pequena e média indústria	1966	12.000
V - <u>AGRICULTURA</u>			
21. SUDENE	Crédito agrícola para agricultura e cooperativas	1965	2.700
22. Banco Central (FUNAGRI) ...	Financiamento de pequenos e médios agricultores e de cooperativas agrícolas	1966	20.500
VI - <u>EDUCAÇÃO</u>			
23. CAPES/BNDE ..	Equipamento de centros universitários e concessão de bolsas	1964	4.000
VII- <u>PRE-INVESTIMENTO</u>			
24. FINEP	Financiamento de estudos de projetos e programas	1965	5.000
VIII-<u>HABITACÃO</u>			
25. BNH	Casas populares	1966	20.000
TOTAL			250.990

No momento, encontram-se em fase avançada de negociação mais dois empréstimos. Um deles, no valor de US\$ 14,5 milhões, destina-se ao Banco do Nordeste do Brasil para financiamento parcial de projetos de abastecimento de água, nas cidades de Aracaju, João Pessoa e Fortaleza. O outro, orçado em US\$ 20 milhões, deverá financiar um programa integrado de educação de nível superior e de nível médio, com prioridade, neste último, para o ensino técnico-profissional.

KREDITANSTALT FÜR WIEDERAUFBAU

O Protocolo sobre Cooperação Financeira, assinado com o Governo do Brasil, no montante de DM 200 milhões (duzentos milhões de marcos), teve em vista a melhoria das condições econômicas e sociais, principalmente das áreas menos desenvolvidas do território brasileiro; no Nordeste serão aplicados 51% do total do referido crédito.

Entre julho de 1965 e junho do corrente ano assinaram-se oito contratos com entidades brasileiras, no montante de DM 166,6 milhões; os restantes DM 33,4 milhões já se acham comprometidos, conforme se vê a seguir:

EMPRÉSTIMOS ASSINADOS COM O KfW

ESPECIFICAÇÃO	Assinatura	DM milhões
CHESF - Ampliação da rede de energia elétrica do Nordeste	1965	40,0
CEMIG, MG - Ampliação da usina de Três Marias	1965	16,6
FUNDAÇÃO ALAGOANA DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS - Aquisição de equipamentos para hospitais ..	1965	1,1
SUSEME, GB - Melhoria do aparelhamento hospitalar	1965	8,2
BNDE - Repasse a empresas de pequena e média indústria	1965	27,0
BNDE - Repasse a empresas de pequena e média indústria	1966	8,0
CREAI-SUDENE - Projetos de pequena e média indústria no Nordeste e melhoria da pesca da região	1965	43,0
CREAI - Repasse à indústria e à agricultura .	1966	13,0
CVRD - Duplicação da capacidade de exportação de minério	1966	24,2

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Assinatura	DM milhões
APRJ, GB - Aquisição de uma cabreã flutuante para 200 toneladas 1966	6,5
T O T A L		187,6

Encontram-se em fase adiantada de exame dois projetos a serem financiados com recursos do KfW.

1) Governo do Ceará (pequena açudagem) DM 3,1 milhões

2) Cia. de Eletricidade de Pernambuco

(Eletrificação do Grande Recife) DM 9,3 milhões

T O T A L, DM 12,4 milhões

Essa importância, mais o montante referente aos contratos já assinados, totalizam DM 179 milhões; dos restantes DM 21 milhões, foi destinada a parcela de DM 8 milhões ao BNDE (2ª etapa) para aumento de repasse e de DM 13 milhões à CREA para financiamento à média e pequena indústria no Nordeste e em outras regiões.

O resumo dos empréstimos obtidos no período de IV/64 a VIII/66, no âmbito da Aliança para o Progresso, encontra-se na tabela seguinte:

TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS ASSINADOS PARA PROJETOS E PROGRAMA, SEGUNDO

OS SETORES E AS AGENCIAS FINANCIADORAS

(abr/64 a dez/66)

SETORES	BID US\$ 1 000	A I D		K f W (DM 1 000)
		US\$ 1 000	CR\$ milhões	
I. Energia	58 050	122 000	15 700	56 600
II. Transporte	25 640	77 000	93 900	-
III. Educação	4 000	-	-	-
IV. Saúde e Saneamento	30 150	11 600	10 800	9 300
V. Indústria	84 750	14 200	34 444	121 700
VI. Pré-Investimento	5 200	11 000	-	-
VII. Habitação	20 000	-	10 000	-

- continua -

SETORES	BID	A I D.		K f W
	US\$ 1 000	US\$ 1 000	CR\$ milhões	(DM 1 000)
VIII. Agricultura	23 200	49 800	-	-
IX. Empréstimo-Programa		350 000	(1)	-
T O T A L	250 990	635 600	164 800	(2)187 600

(1) A contrapartida dos três empréstimos-programas, no montante de US\$ 350 milhões, equivalente a Cr\$ 697 bilhões, já proporcionou a aplicação, em projetos e programas da importância de Cr\$ 447 bilhões, conforme discriminado anteriormente.

(2) Equivalente a US\$ 46,9 milhões.

DOAÇÕES

Finalmente, devemos consignar as doações concedidas ao Brasil pelo Governo americano, através da Agência para o Desenvolvimento Internacional, à conta dos recursos dos Acórdos do Trigo, as quais atingiram Cr\$ 41 bilhões e foram destinadas aos setores indicados na Tabela que segue:

DOAÇÕES CONCEDIDAS COM RECURSOS PROVENIENTES DOS ACORDOS

SOBRE PRODUTOS AGRÍCOLAS

(abril 64/agosto 66)

E S P E C I F I C A Ç Ã O	A n o	Montante (Cr\$ milhões)
Pesquisa e Planejamento	1964/65	3 607
Empresa Privada	1965	250
Infraestrutura	1964/65/66	2 510
Desenvolvimento Agrícola	1964/65/66	5 817
Educação	1964/65/66	22 246
Saúde	1965	1 007
Outras Atividades	1964/65/66	5 563
T o t a l	-	41 000

Com a modificação introduzida na PL-480, a partir do VI Acórdo Sobre Produtos Agrícolas, a Agência para o Desenvolvimento In

ternacional não mais dispõe de cruzeiros. O prosseguimento de Programas de assistência técnica passou a ser financiado com recursos dos empréstimos-programas, através do Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP).

Outros projetos, que não de assistência técnica, tais como os de saúde, do respectivo Ministério, alfabetização de adultos, bolsa de estudo do Ministério do Trabalho, bolsa de estudo no Exterior, da AID (parte em cruzeiros), também passaram a ser atendidos pelos recursos de contrapartida, sob a forma de operações não reembolsáveis.

Em 1966, foi a seguinte a aplicação de recursos, segundo a origem e as finalidades:

DOAÇÕES EM 1966

ESPECIFICAÇÃO	(Cr\$ milhões)
<u>Com recursos restantes do V Acôrdo (p/Assistência Técnica)</u>	(*) <u>6.634</u>
Pesquisa e planejamento	1.011
Infraestrutura	1.910
Desenvolvimento agrícola	490
Recursos humanos	1.290
Outros programas	1.933
<u>Com recursos da contrapartida</u>	<u>38.200</u>
CONTAP (Assistência Técnica)	7.000
Ministério da Saúde - programas	2.200
Ministério do Trabalho (bolsas de estudo)	9.000
Alfabetização Adultos (NE)	8.000
Bolsas de estudo (AID)	3.000
Ministério da Fazenda (Fiscalização aduaneira) ..	3.000
Inundações (GB e RJ)	6.000

(*) A AID contribuiu ainda com cerca de 5 milhões de dólares, em programas de assistência técnica, em 1966.

CAPÍTULO XII

COMESTRA E AESTRA

Pelo Decreto nº 54.501, de 9 de outubro de 1964, foi criada a Comissão Especial de Estudos da Reforma Administrativa (COMESTRA).

A 18 de novembro de 1965, através da Portaria 137, baixada pelo Ministro do Planejamento, as atividades da COMESTRA passaram à Assessoria Especial de Estudo da Reforma Administrativa (ASESTRA), subordinada, conforme Portaria nº 142, de 26 de outubro de 1965, ao Secretário-Geral do Planejamento.

Fase de Comissão

O Governo do Presidente Castello Branco inscreveu a Reforma Administrativa entre as reformas de profundidade programadas, e cuja coordenação decidiu confiar ao Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

Por solicitação do Ministro, foi elaborada, em 19 de agosto de 1964, a nota Algumas Medidas Consideradas Essenciais à Eficácia de Uma Reforma Administrativa. Preconizava-se então que a Reforma Administrativa se liberasse dos aspectos estruturais ainda predominantes no Anteprojeto da Comissão Amaral Peixoto - no Governo anterior - e sugeria-se:

- 1ª - Que o Governo emprestasse à Reforma sentido eminentemente instrumental, baseando-a em três itens fundamentais: 1) Programação Governamental; 2) Orçamento-Programa; e 3) Programação de Desembolso.
- 2ª - Que o Governo - frente à realidade do alto grau de desorganização a que chegara o Serviço Público Federal, sobretudo no concernente à Administração de Pessoal, e procurando perseguir o "filão financeiro" tão descuidado no Setor Público - considerasse prioritários três instrumentos indispensáveis à eficácia da ação administrativa, a saber:

- 1) Criação de um Corpo Administrativo de Assessoramento da Administração Superior;
- 2) Instituição da Inspeção Administrativa; e
- 3) Desenvolvimento de um Programa de Aperfeiçoamento do Pessoal Sênior.

Decidiu o Governo que o Ministro do Planejamento mantivesse entendimentos iniciados com os Deputados Ernani do Amaral Peixoto e Gustavo Capanema, respectivamente, Presidente e Relator da Comissão Especial no Congresso Nacional, para troca de pontos de vista sobre a Reforma Administrativa.

Com essa finalidade, foi elaborado o Memorando de 18 de setembro de 1964 que serviu de base ao debate do assunto, realizado, na mesma data, no Ministério do Planejamento.

Pelo Decreto nº 54.501, de 9 de outubro de 1964, o Presidente da República criou, sob a presidência do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, a Comissão Especial de Estudos de Reforma Administrativa, constituída de doze membros.

Por Decreto de 9 de outubro de 1964 o Presidente da República nomeou os membros da Comissão e designou aquele que exerceria as funções de Secretário-Executivo.

Decidiu o Governo que, na reunião inicial da Comissão, o Ministro do Planejamento comunicaria à Comissão Especial os pontos básicos do pensamento do Governo, a fim de orientar o cumprimento da missão confiada à COMESTRA.

Com base nas notas intituladas Considerações Preliminares à Reforma Administrativa foi preparado o documento intitulado Sugestões para as Declarações do Ministro Roberto Campos ao Instalar a Comissão de Estudos da Reforma Administrativa. Esse documento mereceu a aprovação do Ministro do Planejamento e do Presidente da República.

Ficou decidido que o documento serviria de diretriz geral básica para a Reforma, especialmente no concernente ao Setor Civil. No que respeita ao Setor Militar, decidiu-se que o EIMFA coordenaria a orientação dos trabalhos.

A COMESTRA foi instalada no dia 9 de novembro de 1964.

Nos dias 27 e 29 de janeiro de 1965, o Presidente da República recebeu o Ministro do Planejamento, que se fazia acompanhar de membros da COMESTRA. Aspectos dos trabalhos realizados pela Comissão foram expostos, em minúcia, ao Presidente da República.

A COMESTRA decidiu dar partida ao preparo de Minutas de Anteprojeto, através das quais fosse possível ir, gradativamente, consolidando e harmonizando o pensamento dos membros da Comissão. A decisão foi adotada levando também em conta que os cronogramas não vinham sendo observados, e que cumpria encontrar a melhor maneira de acelerar os trabalhos, conforme recomendação do Governo.

Foi preparada - e depois revista - uma minuta, cujos pontos divergentes foram focalizados e debatidos. A Secretaria-Executiva entendeu preferível que os debates se prolongassem em plenário, para caracterizar as diferentes perspectivas com que os membros da Comissão encararam os múltiplos e complexos ângulos da Reforma Administrativa, em busca da sedimentação de pontos de vista que decorresse do franco - e muitas vezes divergentes - debate dos problemas. A orientação mais se impunha pela inexistência de dados informativos válidos.

A 3ª Minuta, de 31 de maio de 1965, traduziu as opiniões então predominantes na Comissão e compreendeu:

1. Anteprojeto de lei
2. Anexo
3. Justificativa

Minutas Referentes ao Tribunal de Contas

Paralelamente, a Comissão dedicou-se ao estudo dos assuntos referentes ao Tribunal de Contas. Após amplo e minucioso debate, adotando o mesmo método de trabalho, deteve-se no estudo de textos preliminares que traduziam a evolução do pensamento dos seus membros.

Chegou, assim, ao Documento de 21 de junho de 1965, sob o título "Tribunal de Contas", compreendendo:

Tendo em vista que o Governo atribuíra ao Ministro da Justiça a coordenação da matéria concernente a Emendas Constitucionais, o Ministro do Planejamento encaminhou o documento ao titular daquela Pasta, a 8 de julho de 1965.

De posse da 3ª Minuta o Ministro do Planejamento solici- tou aos Membros da Comissão suas observações finais, tendo por base o documento de 31 de maio de 1965. Estas deram origem à 4ª Minuta, de 5 de julho de 1965, que também compreendia:

1. Anteprojeto de Lei
2. Anexo

3. Justificativa

Com a apresentação dos documentos referentes à 3a. Minuta e ao Tribunal de Contas, juntamente com a 4a. Minuta, deu-se por encerrada a missão da COMESTRA. O assunto passou a ser considerado no nível de coordenação do Ministro do Planejamento.

Dessa nova fase de trabalhos, resultou a 5a. Minuta, de 16 de agosto de 1965, que foi distribuída aos Ministros de Estado, com a recomendação presidencial de que apresentassem suas observações.

O Ministro Roberto Campos propôs e o Presidente da República autorizou a feitura de nova Minuta, de junho de 1966 (Minuta nº 6), tarefa de que se incumbiu a Assessoria Especial de Estudos de Reforma Administrativa (ASESTRA).

O problema da Reforma Administrativa passou a ser tratado em nível presidencial, com o assessoramento do Ministério do Planejamento.

Resolveu a COMESTRA introduzir na Lei, ao lado de diretrizes e normas destinadas a proporcionar a revisão da política de pessoal, medidas de aplicação imediata tendentes a corrigir, de pronto, situações consideradas anômalas e a facilitar a solução de problemas que cumpria desde logo enfrentar. Entre os de maior importância sobressaía o das readaptações, que requer corretivo urgente.

Entendeu a COMESTRA que devia apresentar indicação contendo sugestões à Presidência da República, no sentido de se intervir na Comissão de Classificação de Cargos visando a regularizar a aplicação do instituto das readaptações e a adoção de outras medidas de resguardo do interesse público no setor do pessoal.

A COMESTRA discutiu os termos de uma indicação e um projeto de decreto, os quais, uma vez aprovados na reunião de 20 de abril de 1965 foram aceitos pelo plenário e encaminhados ao Diretor-Geral do DASP.

Fase de Assessoria

A Portaria nº 137, de 18 de novembro de 1965, criou a Assessoria Especial de Estudos de Reforma Administrativa (ASESTRA), com a principal missão de "dar continuidade aos estudos de reforma administrativa".

A fim de ordenar as tarefas a que se deveria dedicar a

ASESTRA, foi elaborada a "Lista Preliminar de Projetos Prioritários".

O caráter confidencial emprestado aos trabalhos da Reforma, e o método adotado (desde o início dos trabalhos da COMESTRA, partiu-se de minutas sucessivas de anteprojetos que, gradativamente, fôz sem dando corpo às diretrizes traçadas inicialmente pelo Governo e à evolução do pensamento da Comissão) impediram que se desse aos mesmos ampla divulgação. Assentou-se que isso ocorreria logo que o Governo aprovasse às diretrizes finais da Reforma.

Não obstante, foram explicadas as idéias básicas da Reforma, através de contatos com alguns dos principais círculos interessados.

A ASESTRA buscou a assistência da AID, através de Acôrdo que resultou na vinda de um Consultor e na assinatura de Acôrdo mais amplo, com a participação dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, para assistência técnica nos trabalhos relacionados com a adoção do Orçamento-Programa e a programação financeira de Caixa.

Preparado pela ASESTRA um documento básico, foram dados os primeiros passos, mediante levantamento da legislação sobre Normas de Administração Financeira.

O Projeto sobre Estudo de medidas visando à implantação de "Secretarias de Planejamento", em cada Ministério, não teve andamento, por se ter verificado que o conteúdo de trabalho das "Secretarias de Planejamento" estava inteiramente vinculado a uma definição do Governo quanto à natureza e atribuições dos "Órgãos Centrais".

O Estudo de medidas visando à implantação de um Centro de Aperfeiçoamento" que se dedique ao recrutamento, seleção e aperfeiçoamento do Corpo de Assessoramento da Administração Superior, foi objeto de um documento de trabalho. Obteve-se assistência técnica inglesa, francesa e norte-americana para comentar as idéias básicas do "Centro de Aperfeiçoamento".

No Estudo de medidas sobre a organização e funcionamento do Escritório de Implantação da Reforma, foram reunidos elementos preliminares para exame deste Projeto. Foram esboçados os seguintes aspectos em relação ao Escritório:

- Nota preliminar

I - Principais Missões

- II - Esquematização Organizacional
- III - Previsão de Pessoal
- IV - Projetos Especiais

Buscou-se, sobretudo, antecipar a seqüência de operações entre a ASESTRA e o Escritório.

As idéias básicas desenvolvidas destinam-se, assim, a facilitar a execução da Reforma Administrativa, logo que aprovadas suas diretrizes finais pelo Governo.

Foram iniciados os Estudos de regulamento concernente à estrutura e funcionamento de cada Ministério, segundo os princípios e diretrizes consubstanciados no Anteprojeto de Lei de Reforma Administrativa.

As medidas de melhoria das condições de produtividade administrativa, de acôrdo com as prioridades estabelecidas pelo Governo, tiveram reunidas idéias para desenvolvimento no momento devido.

CAPÍTULO XIII

COPLISA

A Comissão Coordenadora dos Planos de Investimentos no Setor de Saneamento - COPLISA - foi criada pelo Decreto nº 54.302, de 24.9. de 1964, funcionando diretamente subordinada ao Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

Visou o Poder Executivo, ao instituir esse organismo, coordenar os investimentos a cargo de entidades federais, desde que destinados à execução de obras e serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários, sejam tais recursos de origem interna ou externa.

A iniciativa foi recebida com aplausos, já que o problema de abastecimento de água constitui fator de atraso para o desenvolvimento do País. Basta salientar que o Governo Federal dispõe de uma rede composta de 11 organismos militando no mesmo setor de atividade, executando obras e serviços de abastecimento de água, sem que, até hoje, tenham elaborado nem mesmo um Plano Nacional de Saneamento Geral ou de Saneamento Básico, e, regra geral, atuando desarticuladamente em compartimentos estanques, quando, não raro, em competições danosas.

Um dos primeiros trabalhos da COPLISA foi o de elaborar uma minuta de decreto, visando a regulamentar a Lei nº 4.366/64, que institui fundos rotativos, de movimentação a cargo da FSESP, SPVEA, DNOCS e CVSF, destinados a financiar, sem juros e mediante empréstimos às municipalidades, estudos, obras e serviços referentes a sistemas de abastecimento de água potável.

Essa minuta foi encaminhada, como de direito, aos Ministros do Planejamento e da Viação, para os efeitos cabíveis.

De pronto se apercebeu a COPLISA da necessidade de ser disciplinada a consignação, na Lei de Meio da União, de recursos destinados aos serviços de abastecimento de água e de esgotos sanitários, pois não raro várias entidades federais atuavam na mesma região e, até mesmo, na mesma localidade, duplicando tarefas e pulverizando recursos sem noção de conjunto, sem unidade de programação e com multiplicidade de administração.

Em agosto de 1965 a COPLISA deslocou-se para Brasília e, em demorados contatos com a Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, conseguiu a aprovação de duas medidas, a primeira assegurando a consignação, no Orçamento para 1966, de recursos mínimos necessários ao prosseguimento de todas as obras então iniciadas; e a segunda

concentrando recursos em favor de cada organismo, respeitada sua área de jurisdição territorial, de forma a impedir a existência de duas ou mais entidades titulares de verbas numa só e mesma localidade.

A esse tempo, havia sido celebrado o Acôrdo DNOS/USAID, para cuja execução fôra constituído o Grupo Executivo do Fundo Nacional de Financiamento para Abastecimento de Água.

Erigido dentro dos moldes da tecnologia mais moderna, adotada e consagrada pela engenharia de saneamento dos países mais desenvolvidos, vem aquele organismo realizando obra valiosa, sob o aspecto técnico, econômico, político e social.

Com os ensinamentos aí recolhidos, a COPLISA concluiu a elaboração do projeto de lei criando a SANEBRÁS (Saneamento Brasileiro S/A).., destinado a reformular a política nacional de saneamento básico, o que, na devida oportunidade, foi encaminhado a exame e submetido a julgamento do Ministro do Planejamento.

Essa entidade, em resumo, deverá:

- 1 - Possuir personalidade jurídica de direito privado;
- 2 - revestir-se de poder público;
- 3 - investir-se de poderes de liderança una e efetiva para conduzir a política de saneamento básico;
- 4 - ser dotada de autonomia econômico-financeira e administrativa;
- 5 - restringir sua atividade ao setor de saneamento básico;
- 6 - operar com flexibilidade mercantil em suas relações como mutuante;
- 7 - condicionar a concessão de financiamento à:
 - a) - fixação de tarifas de serviço justas e reais;
 - b) - contribuição, pelos Estados e Municípios, de parte do valor necessário à execução das obras e serviços a financiar;
 - c) - adoção de correção monetária nos valores mutuados, assegurando sua aplicação com a exigência contratual de vinculação da tarifa de serviço ao nível salarial mínimo da região;
 - d) - criação de órgãos autônomos para o desempenho operacional dos sistemas e implantar, ampliar ou remodelar.

Da adoção ou não dessa nova tecnologia dependerá o futuro da obra econômica, de cunho marcadamente social, que está reservada aos cuidados da engenharia de saneamento do Brasil.

Apoiada na filosofia do GEF, adotando a mesma estrutura programada para a SANEBRAS, a Fundação SESP acaba de concluir entendimentos com o BID, para uma nova experiência, prevendo a aplicação de recursos externos e nacionais que equacionarão o problema sanitário de 200 cidades brasileiras.

A COPLISA ouvida a respeito, aprovou o Acôrdo DNOS-COMAG, para aplicação, em Minas Gerais, de verbas inscritas no Orçamento Geral da União (Anexo do DNOS), sob a rubrica de Auxílios e Contribuições.

Com a implantação dessa nova modalidade de política administrativa, aqueles recursos orçamentários perderão sua condição de gratuidade e se revestirão de caráter rentável de operação de núcleo.

CAPITULO XIV

FINEP

Criado pelo Decreto nº 55.820 de 8.3.65, o FINEP - Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos e Programas desenvolveu suas atividades da maneira a seguir relatada, por grandes itens:

I - ESTABELECIMENTO DE ESTRUTURA FUNCIONAL:

Para um efetivo funcionamento foi indispensável inicialmente, a departamentalização do escritório técnico do Fundo, sendo estabelecidos os Setores de Análise Técnica, Jurídica, de Promoções e Administrativo, a criação de rotinas e formulários.

II - ATOS NECESSÁRIOS A SEU FUNCIONAMENTO:

A primeira medida tomada pelo FINEP, após sua criação, foi elaborar um projeto solicitando ao Banco Interamericano de Desenvolvimento empréstimo para financiar suas atividades. Tal projeto foi encaminhado ao BID ainda no segundo mês de funcionamento do FINEP, e posteriormente aprovado.

Paralelamente, iniciaram-se gestões junto à USAID, visando a um segundo empréstimo, bem como a obtenção de uma doação. Ambos os objetivos foram atingidos em 1965 se bem que não houvesse sido possível, nesse ano, obter-se a assinatura do contrato de empréstimo com a USAID.

A 27 de agosto de 1965, foi assinado o convênio de doação USAID/FINEP no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros).

A 1º de outubro do mesmo ano, em Washington, assinou-se o contrato de empréstimo com o BID, no valor de US\$5,000,000 (cinco milhões de dólares).

Finalmente, em 2.6.66 foi assinado o contrato de empréstimo com a USAID, cuja aprovação havia sido obtida no ano anterior, representando recursos da ordem de US\$11,000,000 (onze milhões de dólares).

Ao mesmo tempo, e abstraindo o problema de obtenção de recursos, iniciaram-se as gestões junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para assinatura dos convênios necessários ao funcionamento do FINEP. Assin, após a apresentação pelo FINEP das minutas de convênio para discussão de seus termos, foram assinados:

- em 21/7/65 o Acôrdo para Gestão Contábil

- em 23/8/65 um Aditivo ao Acôrdo para Gestão Contábil e o Acôrdo para Aplicação dos recursos.

Posteriormente o escritório técnico do FINEP encaminhou ao BNDE minuta de contrato-padrão para as operações que êste realizasse com recursos do Fundo.

III - RECURSOS OBTIDOS:

Nestes quase dois anos de existência o Fundo conseguiu mobilizar recursos da ordem de US\$ 16,000,000 (dezesseis milhões de dólares) mais Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), cujas origens estão indicadas no item II deste Relatório.

IV - FINANCIAMENTO DE PROJETOS E PROGRAMAS:

Um índice dos mais salutarés da retomada do desenvolvimento é o número de solicitações recebidas pelo FINEP em seu curto período de existência. Das 85 solicitações de financiamento, formalmente recebidas, 49 foram aprovadas, 8 indeferidas, 15 arquivadas e as 13 restantes encontram-se em fase de análise.

O Resumo a seguir apresentado relaciona o número e a composição das contribuições financeiras autorizadas até o presente. Cumpre salientar que tais contribuições vêm, quase que exclusivamente, sendo prestadas em moeda nacional.

Tôdas as cifras são expressas em milhões de cruzeiros.

SETOR DE ALIMENTAÇÃO E ABASTECIMENTO

PROJETO	CONTRIBUIÇÃO AUTORIZADA	INVESTIMENTO FIXO ESTIMADO
SERVITEC - Conservação de alimentos	32,0	2.640
IMOVESA - Industrialização Integral de Babaçu ..	11,0	240
COTIA - Rações Balanceadas	18,0	-
CCPL - Distribuição de Leite	70,5	-
MOGIANA - Diversificação da Lavoura	35,2	-
ALAFOR - Instalação de Conjunto Industrial para fabricação de pó de banana	13,5	910
XOKO - Abatedouro e Frigorífico	7,2	200
TAL - Instalação de Granja	13,6	605
CIBRAZEM - Programa Global ...	152,0	-
ALAFOR - Instalação de Conjunto Industrial para fabricação de filé de peixe	26,0	760
Subtotal	379,2	5.355

SETOR DE METALURGIA E MINERAÇÃO

P R O J E T O	CONTRIBUIÇÃO AUTORIZADA	INVESTIMENTO FIXO ESTIMADO
CBUM - Reequipamento de Es tanparia	14,6	5.572
INCOFER - Ampliação	6,8	594
CLEIDE - Arame Farpado	9,6	807
SOCOIMEX - Ferro Liga	6,5	2.600
TUPERBA - Tubos de Aço	22,4	4.000
COBAM - Instalação de Fábri ca de Cimento	12,0	10.000
ACESITA - Aços Especiais-Pla no Diretor	104,2	130.000
MACISA - Pesquisa Cassiteri ta	158,0	2.685
Subtotal	334,1	156.258

SETOR DE QUÍMICA

P R O J E T O	CONTRIBUIÇÃO AUTORIZADA	INVESTIMENTO FIXO ESTIMADO
VARJÃO - - Aoido Cítrico...	15,0	3.000
POLICARBONO - Pirita	20,0	3.000
IAA - Furfurol	20,3	770
FERTICAP - Fertilizantes Ni trogenados	173,4	20.000
FAVAB - - Petrolatos	25,2	750
Subtotal	253,0	27.520

SETOR DE PLANEJAMENTO E ESTUDO SETORIAL

P R O J E T O	CONTRIBUIÇÃO AUTORIZADA	INVESTIMENTO FIXO ESTIMADO
COPEG - Zona Industrial e Zona Franca	89,6	-
IPPUC - Urbanismo.....	15,6	-
BDMG - Indústria Química ...	24,9	-
MEC - Urbanismo	0,8	-
Subtotal	130,9	

SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

P R O J E T O	CONTRIBUIÇÃO AUTORIZADA	INVESTIMENTO FIXO ESTIMADO
CONTEL - Plano Nacional	97,8	-
Subtotal	97,8	-

SETOR DE PROGRAMAS DE EDUCACAO SUPERIOR

P R O J E T O	CONTRIBUIÇÃO AUTORIZADA	INVESTIMENTO FIXO ESTIMADO
UNIV: da PARAÍBA - Ampliação	29,7	14.800
ACÓRDO MEC-BID - Programa de Educação Supe rior (Univ.do Rio de Janei- ro, Ceará, Bra sília, São Pau lo, Rural de Minas Gerais e Pontifícia Universidade Católica	142,0	67.054
Subtotal	171,7	81.854

SETOR NAVAL

P R O J E T O	CONTRIBUIÇÃO AUTORIZADA	INVESTIMENTO FIXO ESTIMADO
NETUMAR - Construção Navio-Mo- dêlo para Serviço de Cabotagen	34,0	1.750
ARATU - Aumento Produtivida- de	21,0	3.939
Subtotal	55,0	5.689

SETOR DE PAPEL

P R O J E T O		CONTRIBUIÇÃO AUTORIZADA	INVESTIMENTO FIXO ESTIMADO
GELSA	- Expansão Cap. Produ- ção	16,0	960
CLICHERIA	- Expansão Cap. Pro- dução	4,5	150
PORTELA	- Ampliação e Moder- nização	84,0	10.000
Subtotal		104,5	11.110

SETORES DIVERSOS

P R O J E T O		CONTRIBUIÇÃO AUTORIZADA	INVESTIMENTO FIXO ESTIMADO
<u>Mecânica</u>			
CONSERVIT	- Nova Fábrica ..	16,8	500
<u>Têxtil</u>			
DAIMON	- Instalação Fá- brica para Saca- ria de Juta ...	9,4	9.229
ALAGOANA	- Instalação Nova Fábrica	25,8	1.800
<u>Irrigação</u>			
CAPAO	- Barragen	11,0	100
<u>Madeira</u>			
GUEBETIBA	- Implantação de Indústria	9,0	180
Subtotal		72,0	11.809

Ao mesmo tempo, foram aprovados outros 9 grandes projetos, a seguir relacionados, e cujos desembolsos verificar-se-ão no corrente ano, conforme estimativa constante na última parte do presente Relatório.

- 1) CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-CONTEL
Planejamento do sistema Nacional de Telecomunicações.
- ii) BACIA DO TAQUARI
Programa de desenvolvimento e aproveitamento Nacional do Rio Taquari, no Rio Grande do Sul.
- iii) D.E.R. - ESPÍRITO SANTO
Estudo de viabilidade para a rodovia João Neiva - C latina, com vistas à obtenção de financiamento internacional.
- iv) SALGEMA INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA
Instalação de um complexo industrial em Maceió, destinado a produzir 100.000 ton/ano de soda cáustica, 88.000 ton/ano de cloro, 125.000 ton/ano de cloreto de polivinilo e 160.000 ton/ano de salgema.
- v) MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
Determinação de viabilidade técnico-econômica e financeira, visando à obtenção de financiamento internacional, para a construção da Ponte Rio-Niterói.
- vi) PREFEITURA DE SÃO PAULO
Estudo de viabilidade e parte do projeto executivo para um sistema de transporte rápido (metrô) para a cidade de São Paulo.
- vii) GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - SUDEC
Plano de Desenvolvimento Integral de Fortaleza, objetivando identificar e escalonar prioritariamente os seus principais problemas para um projeto de longo prazo e execução de um projeto paralelo.
- viii) BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO
Levantamento, avaliação e sistematização de todos os estudos disponíveis e em curso no país, no setor de desenvolvimento urbano, para traçar a política urbana do país.

1x) SERVIÇO DE METEOROLOGIA

Reequipamento e reabilitação da rede de estações operadoras; expansão do sistema de telecomunicações e melhoria no treinamento técnico e nos recursos humanos.

V - PATROCÍNIO DE CURSOS:

Em março/abril de 1966 o FINEP patrocinou um curso intensivo sobre Análise de Projetos, que foi ministrado pelo Professor Morris Solomon, do Bureau of Census dos Estados Unidos.

Ao término dos trabalhos foram expedidos 70 certificados aos participantes, todos ligados aos mais importantes setores da economia nacional.

Internamente, um dos técnicos do FINEP ministrou um curso de Elaboração e Análise de Projetos, destinados a três economistas recém-formados e oito estagiários, todos de seu próprio quadro.

Tal curso teve como finalidade facilitar aos beneficiários uma rápida adaptação ao campo de atividade do Fundo.

Presentemente, todo o corpo técnico lotado no escritório executivo recebe uma preparação intensiva dos métodos de programação PERT-CPN, através de um de seus Engenheiros com especialização no exterior.

VI - CADASTRAMENTO DE ESCRITÓRIOS TÉCNICOS:

Foi organizado um cadastro de firmas especializadas em serviços técnicos, a fim de registrar, comprovadamente, a experiência de todas aquelas que utilizem ou pretendam utilizar os recursos do FINEP.

Tal cadastro contém atualmente 185 firmas consultoras registradas, nacionais e estrangeiras.

Dentre as nacionais diversas foram criadas após o aparecimento do FINEP, o que bem demonstra a importância do Fundo e estímulo que êle vem representando para as empresas que atuam no campo de consultoria.

Merece citação o grande número de solicitações recebidas, tanto do setor público quanto do privado, relativas à indicação por parte do FINEP de firmas habilitadas em trabalhos diversos. Já foram atendidas pelo escritório do Fundo cerca de uma centena de tais soli

VII - TRABALHOS PUBLICADOS

As necessidades de divulgação de um órgão, com finalidades ainda não bem compreendidas por grande parcela do empresariado nacional, levou os técnicos do Fundo a elaborar um trabalho impresso e destinado à distribuição gratuita aos interessados. Trata-se do Caderno "FINEP", do qual foram impressos 4.000 exemplares.

O órgão elaborou, já tendo sido impresso, um trabalho sobre os métodos de programação PERT/CPM, o qual ven sendo utilizado como texto básico um curso ministrado internamente sobre o assunto.

Foi também traduzido e impresso o trabalho intitulado "Planejamento Urbano em Países em Desenvolvimento", de grande interesse para os órgãos envolvidos no problema.

Em abril de 1965 o FINEP trabalhou conjuntamente com o Setor de Orçamento e Finanças do Ministério, daí resultando o trabalho "O Programa de Investimentos Públicos".

Finalmente, foi publicado, para distribuição aos interessados, a lista de "Firmas de Consultoria Técnica Credenciadas no FINEP".

VIII - TRABALHOS PROGRAMADOS

Estão previstas para o corrente ano as assinaturas dos contratos para o financiamento dos grandes projetos, mencionados no item IV.

O custo desses projetos e a estimativa dos investimentos que deles decorrerão constam, em moeda nacional, no quadro da página seguinte:

ORÇAMENTO DOS GRANDES PROJETOS

(Cr\$ 1.000.000)

SECTOR	PROJETO	CUSTO ESTUDO	INVESTIMENTO FIXO ESTIMADO
TRANSPORTE	DER - ESPÍRITO SANTO Reequipamento, pavimentação, etc.	198,0	20.252
	M.V.O.P. - Ponte:Rio Niteroi	2.200,0	300.000
	Prefeitura de São Paulo - Subway	6.500,0	600.000
	Subtotal (1)	8.898,0	920.252
EST. REGIONAL	TAQUARI - Programa de desenvolvimento	3.080,0	500.000
	SUDEC - Plano Integral de Fortaleza	770,0	-
	Subtotal (2)	3.850,0	500.000
TELECOMUNICAÇÕES	CONTEL - Plano Nacional	6.500,0	2.200.000
	Subtotal (3)	6.500,0	2.200.000
QUÍMICA	SALGEMIA - Instalação de Fábrica	800,0	118.853
	Subtotal (4)	800,0	118.853
METEOROLOGIA	SERVIÇO DE METEOROLOGIA - Reequipamento	4.885,0	-
	Subtotal (5)	4.885,0	-
HABITAÇÃO	BNH - Desenvolvimento Urbano	946,0	-
	Subtotal (6)	946,0	-
T O T A L		25.879,0	3.739.105

▲ Ao mesmo tempo vêm sendo mantidas entendimentos com os governos da Espanha e do Canadá visando a obtenção de novos recursos para as atividades do FINEP.

CAPÍTULO XV

EPEA

O Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada foi criado a través da Portaria nº 81, de 10.9.1964, do Ministro do Planejamento, com os seguintes objetivos principais:

a) atividades de pesquisa e planejamento econômico e social, de médio e longo prazo;

b) cursos e treinamento técnico relacionados com o planejamento econômico e social.

Veio o EPEA, desta forma, preencher lacuna de há muito sentida na administração pública brasileira, consagrando-se, principalmente, aos estudos e à programação em perspectiva de longo prazo, sem as limitações dos órgãos dedicados às tarefas de rotina.

PAEG A primeira tarefa confiada ao EPEA foi a elaboração do Programa de Ação Econômica do Governo-PAEG, 1964/1966, um instrumento de emergência, cuja função precípua era arrancar o País do caos econômico em que o havia deixado a administração anterior.

Eram objetivos do Programa:

a) acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do País, interrompido no biênio 1962/1963;

b) conter, progressivamente, o processo inflacionário, objetivando um razoável equilíbrio de preços;

c) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida;

d) assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente afluía ao mercado de trabalho;

e) corrigir a tendência a deficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçavam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade de importar.

Para a consecução desses objetivos, utilizou-se o Governo dos seguintes instrumentos básicos:

Política Financeira, compreendendo:

a) política de redução do deficit de caixa **governamen-**

tal, de modo a aliviar progressivamente a pressão inflacionária dele resultante e a fortalecer, pelo disciplinamento do consumo e das transferências do setor público e pela melhoria da composição da despesa, a capacidade de poupança nacional;

b) política tributária, destinada a fortalecer a arrecadação e combater a inflação, corrigindo as distorções de incidência, estimulando a poupança, melhorando a orientação dos investimentos privados e atenuando as desigualdades econômicas regionais e setoriais;

c) política monetária condizente com os objetivos da progressiva estabilização dos preços, evitando, todavia, a retração do nível da atividade produtiva e a redução da capacidade de poupança das empresas;

d) política bancária, destinada a fortalecer o nosso sistema creditício, ajustando-o às necessidades de combate à inflação e de estímulo ao desenvolvimento;

e) política de investimentos públicos, orientada de modo a fortalecer a infra-estrutura econômica e social do País, a criar as economias externas necessárias ao desenvolvimento das inversões privadas e atenuar os desequilíbrios regionais e setoriais.

Política Econômica Internacional, compreendendo:

a) política cambial e de comércio exterior, visando a diversificar fontes de suprimento e incentivar exportações, a fim de facilitar a absorção dos focos setoriais de capacidade ociosa e de incentivar o desenvolvimento econômico, com relativo equilíbrio do balanço de pagamentos a mais longo prazo;

b) política de consolidação da dívida externa, e de restauração do crédito do País no exterior, de modo a aliviar pressões de curto prazo sobre o balanço de pagamentos;

c) política de estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros, e de ativa cooperação técnica e financeira com agências internacionais, com outros governos e, em particular, com o sistema multilateral da Aliança para o Progresso, de modo a acelerar a taxa de desenvolvimento econômico.

Política de Produtividade Social, compreendendo, notadamente:

a) política salarial, que assegurasse a participação dos

trabalhadores nos benefícios do desenvolvimento econômico, mas que permitisse a sincronização do combate à inflação, do lado da procura e dos custos, e que protegesse a capacidade de poupança do País;

b) política agrária, visando ao aumento da produção e ao incremento da produtividade na agricultura, e à melhoria das condições de emprego no setor rural;

c) política habitacional, facilitando a aquisição da casa própria pelas classes menos favorecidas, e estimulando a absorção de mão-de-obra não qualificada pela indústria de construção civil;

d) política educacional, visando a ampliar oportunidades de acesso à educação, a racionalizar o emprego dos recursos disponíveis e a ajustar a composição do ensino às necessidades técnicas e culturais da sociedade moderna.

A ação do Plano Econômico fez-se sentir nos seguintes setores:

Agricultura: - providências imediatas com efeito de curto prazo sobre a oferta de produtos agrícolas; meios de ação para atingir os objetivos fixados para a produção agrícola;

Energia Elétrica: - programa de investimentos para o período 1965/1970; dispêndios em moeda nacional e estrangeira; recursos internos previstos; recursos adicionais necessários; política de energia elétrica;

Petróleo: - programação para 1964/1966; disponibilidade de recursos e investimentos; política de petróleo;

Carvão Mineral: - reservas brasileiras; mercado do carvão; recursos e aplicações; diretrizes gerais;

Transporte: - evolução recente do setor; o programa de investimentos para 1965/1966; linhas de ação;

Comunicações: - sistema nacional de telecomunicações; serviços telegráficos, telex e postais; serviço telefônico;

Indústria: - política de desenvolvimento em relação ao setor industrial; programação de investimentos; indústria siderúrgica, indústrias mecânicas; indústria de construção naval; indústria de metais não-ferrosos; indústria química; fertilizantes; cimento; papel e celulose; indústria têxtil;

Mineração e Pesquisa Mineral: introdução; perspectivas de consumo e importação no quinquênio 1964/1968; perspectivas para a exportação; pesquisa mineral; princípios gerais de política governamental; ação complementar e específica;

Recursos Naturais: - definição da política; seleção de projetos; financiamento de projetos;

Educação: - a programação de dispêndios em educação; efeito sobre os indicadores do nível educacional;

Saúde e Saneamento: - a conjuntura sanitária brasileira; critérios e objetivos de ação; seleção de projetos; produtos terapêuticos; recursos e aplicações;

Previdência Social: - análise da situação atual; reforma da solução previdenciária;

Valorização Regional: - necessidade de integração dos planos regionais; principais programas regionais.

O PLANO DECENAL

Uma vez implantado o PAEG, cujos resultados já se faziam então sentir, considerou-se chegado o momento de passar à etapa de formulação de um plano de longo prazo, de modo a evitar solução de continuidade na ação governamental, após o término da vigência do PAEG. Tal Plano de Perspectiva permitiria a formulação de uma estratégia de desenvolvimento econômico e social por um período de dez anos, cobrindo os primeiros cinco anos em maior grau de detalhe. "O Plano", conforme disse em editorial a publicação "Análise e Perspectiva Econômica" ... não envolve nenhuma compromisso de tendências ou ideologias ... representa apenas uma coleção de estudos e de projeções, absolutamente imparciais, destinadas a melhor informar o próximo Governo. O princípio básico que o orientou é o mesmo que dirige qualquer esforço de planejamento indicativo: um bom governo não deve agir às cegas. Os investimentos públicos não são categorias autônomas, mas complementares dos privados; é indispensável, pois, projetar estes últimos para bem se programarem os primeiros. A Receita e a Despesa Pública não devem ser encaradas separadamente, mas como um conjunto fiscal coerente; é indispensável, portanto, balancear os gastos com as fontes de recursos. As decisões do setor privado dependem da política monetária, da tributária e de outras ações do Governo. É imprescindível, pois, que

se estabeleçam essas políticas em consonância com aquilo que se espera que o setor privado venha a realizar. (...) Para o próximo Governo, o Plano Decenal de Desenvolvimento constituirá um dos melhores componentes da herança que lhe será deixada pela atual administração. Nessa herança não vai nenhum vínculo político, nenhum compromisso de pormenores, mas apenas a recomendação do princípio de racionalidade em política econômica."

A coordenação e formulação do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social foram confiadas ao EPEA pelo Decreto 57.464/65. O órgão estruturou-se em equipes: de planejamento geral, nos seus diversos aspectos; de planejamento setorial, nas várias formas de atividade econômica; de planejamento social e de planejamento regional.

Para melhor atendimento de suas finalidades, e tendo em vista principalmente a elaboração do citado Plano, o EPEA teve oportunidade de firmar convênios de assistência técnica, com diferentes entidades internacionais, notadamente com a USAID. Cabe salientar, com relação a esta última, além do convênio relativo a assistência no setor estatístico, aquêle através do qual a Universidade da Califórnia (Berkley) vem mantendo junto ao EPEA uma equipe permanente de consultores, da ordem de 6 a 8, mediante financiamento da USAID.

Através do referido convênio, comprometeu-se o EPEA a manter equipes setoriais em número e qualidade adequadas às funções de planejamento de longo prazo. Esta cláusula foi rigorosamente cumprida.

A FORMULAÇÃO DO PLANO

Definida a finalidade do Plano Decenal, passa-se a explicitar as diretrizes que orientaram a sua formulação:

A - Reconhecimento da necessidade de participação, em sua formulação, não apenas dos órgãos do poder público federal (incluindo autarquias e sociedades de economia mista), como entidades dos outros níveis de governo, quando coubesse, e notadamente do setor privado (representado, antes de tudo, pelo CONSPLAN); sôbre permitir utilizar a experiência prática e os conhecimentos técnicos de tais órgãos, essa participação acentuaria as características nacionais e democráticas do Plano;

B - Reconhecimento da importância da coordenação, no sentido setorial e no sentido regional, de modo a assegurar a consistência

e organicidade do Plano;

C - Preocupação não apenas com o nível técnico do trabalho, mas também com a sua operacionalidade: o que se objetivava era um programa de ação governamental e não um exercício acadêmico.

Tendo em vista esses três aspectos, as experiências válidas de planejamento, fosse no Brasil como em outras nações democráticas, recomendavam a instituição de um mecanismo de formulação do plano nas bases então sugeridas:

1 - Um órgão de coordenação dos planos parciais, fossem os de caráter setorial, fossem os de caráter regional, ao qual seria, ainda, cometida a tarefa do plano global; dada a organização do sistema brasileiro de planejamento, aquele órgão seria o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA) que já havia coordenado a preparação da versão definitiva do Programa de Ação;

2 - Grupos de coordenação, setoriais e regionais, que permitissem o contato permanente, em bases técnicas, daquele mesmo órgão com os demais ministérios e organismos federais, assim como com as demais entidades, particularmente do setor privado.

Por outro lado, tendo em vista principalmente a aquisição de técnicas modernas de análise e planejamento, notadamente com relação a certos setores da infra-estrutura (transportes, energia elétrica) e ao desenvolvimento social (educação, saúde, habitação), foram promovidos convênios com entidades internacionais, fossem órgãos das Nações Unidas (como a CEPAL e o CELADE) fosse o Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde, a Organização dos Estados Americanos, a Aliança para o Progresso, universidades e instituições de pesquisa, etc., com o objetivo de realizar estudos especiais, a serem incorporados ao Plano de Perspectiva. Tal iniciativa, além de complementar numericamente o corpo de técnicos nacionais, permitiria a sua valorização, pela oportunidade de absorção de métodos de pesquisa e programação ainda insuficientemente conhecidos no País.

Os estágios de preparação

A preparação do Plano Decenal, através do mecanismo já descrito, desdobrou-se nos seguintes estágios principais:

- I - Coleta de informações estatísticas básicas e elaboração dos estudos de diagnósticos;
- II - Projeções preliminares e fixação provisória das metas glo

bais de crescimento;

III - Preparação dos planos e projetos parciais (regionais e setoriais);

IV - Coordenação e revisão dos estudos parciais. Integração do Plano.

V - Definição de políticas. Indicação das modificações institucionais necessárias.

Os diagnósticos corresponderam a uma apreciação analítica, qualitativa e, particularmente, quantitativa, da evolução dos diferentes setores e regiões e suas relações com o resto da economia, no pós-guerra, assim como um balanço da situação atual, seus aspectos favoráveis e seus problemas. As projeções preliminares, de caráter global destinaram-se a estabelecer o arcabouço e as definições básicas, que proporcionariam aos grupos setoriais e regionais os elementos essenciais para a preparação dos planos parciais. Procedeu-se, em seguida, à crítica e à integração de tais planos, de modo a testar sua consistência mútua e a compatibilidade com o esquema macro-econômico estabelecido como ponto de partida. Restou, finalmente, explicitar as diferentes políticas e demais instrumentos destinados à consecução dos objetivos do Plano.

Tarefa das mais difíceis foi o estabelecimento do cronograma de preparação do Plano Decenal. Não obstante a circunstância de normalmente serem necessários entre três e cinco anos para a preparação de planos de médio e longo prazo, nos países que já possuem um sistema regular de planejamento, afigurou-se de grande interesse reduzir a um mínimo o prazo de elaboração, tendo em vista o término da vigência do PLEG. Nessa conformidade, todos os esforços foram orientados no sentido de poder-se legar ao novo Governo, não apenas um mecanismo institucionalizado de planejamento e coordenação econômica, mas também a estratégia de política de desenvolvimento consubstanciada no Plano de Perspectiva.

Entre as principais dificuldades desse programa sem dúvida ambicioso, cabe salientar a escassez de técnicos nacionais familiarizados com planejamento a longo prazo, que era imperioso superar, ao menos parcialmente, mediante programa de treinamento; a notória deficiência de estatísticas básicas, e a não menos importante escassez de tempo.

Instalação dos Grupos de Coordenação

Consoante já assinalado, o objetivo fundamental da criação dos Grupos de Coordenação era dotar o mecanismo de elaboração do plano de um sistema de comunicação entre o setor de coordenação, os demais ministérios e órgãos públicos, o CONSPLAN e entidades privadas.

Los Grupos de Coordenação competiria, no tocante ao planeamento do respectivo setor ou região: analisar a metodologia proposta; fornecer subsídios e propor medidas relativas à sua formulação, execução e controle de execução.

Pelo Decreto 57.464/65 foram criados os seguintes principais Grupos de Coordenação:

- PLANEJAMENTO GERAL
- POLÍTICA MONETÁRIA
- POLÍTICA FISCAL
- POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL
- INFRA-ESTRUTURA:
 - Energia (Energia Elétrica, Petróleo, Carvão).
 - Transportes
 - Comunicações
- AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
- INDÚSTRIA
 - Geral
 - Metalúrgica
 - Química
 - Mecânica e Elétrica
 - Têxtil
 - Alimentação
 - Construção Civil
 - Outras
- SERVIÇOS
- DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 - Educação
 - Saúde e Saneamento
 - Habituação e Urbanismo
 - Previdência Social
- DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 - Geral

Norte
Nordeste
Sudeste e Centro-Oeste
Sul

- RECURSOS NATURAIS

CURSOS

Com a fundação do Centro de Treinamento e Pesquisa para o Desenvolvimento Econômico ficaram mais solidamente estruturados os cursos promovidos pelo EPEA, que já vinham funcionando desde 1965, quando foram realizados, entre outros, cursos de Programação Econômica, de Levantamento por Amostragem e de Orçamento-Programa.

O CENDEC passou a ter existência concreta a partir da Portaria nº 14, de 31.1.1966, do Ministro do Planejamento. Em setembro do mesmo ano foram baixadas as instruções reguladoras das atividades do Centro, que vem procurando suprir a ausência - no currículo das faculdades e dos outros cursos de pós-graduação existentes - de programas de treinamento, em nível elevado, para tarefas de planejamento econômico, seja em nível nacional ou regional, e a excelente acolhida que tiveram, nos meios profissionais, os cursos acima citados, é revelada pelo fato de que os alunos habilitados inscritos ultrapassaram de quase três vezes as expectativas mais otimistas.

A relação abaixo dá uma idéia das atividades do CENDEC no decorrer de 1966:

II Curso de Programação Econômica.

II Curso de Orçamento-Programa, em convênio com o Ministério da Marinha e do Clube Naval.

I - Curso de Orçamento-Programa, em convênio com o SENAC nacional:

I Curso de Orçamento-Programa, em convênio com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Seminário de Programação Orçamentária, em convênio com o Estado-Maior das Forças Armadas.

Congresso Interamericano de Desenvolvimento e Ciência Regional.

Cooperação com a Harvard University e William's College, para seleção de candidatos aos cursos de pós-graduação desses dois estabelecimentos de ensino superior.

Seminários diversos.

OUTRAS ATIVIDADES

Não se limitaram, porém, as atividades do EPEL às três tarefas acima citadas. Em colaboração com a então Assessoria de Relações Públicas, contribuiu o órgão de forma marcante na elaboração das Mensagens Presidenciais de 1965 e 1966; publicou vários papers: preparou a Síntese do Programa de Ação Econômica do Governo, sem prejuízo do seu nível técnico, permitindo a sua divulgação em todo o País; publicou, através do seu Setor de Divulgação, "O Mercado Brasileiro de Capitais", e "O Programa de Ação e as Reformas de Base", em dois volumes (uma visão panorâmica dos esforços do Governo para mudar o que de arcaico havia na estrutura sócio-econômica e tributária do País), além de documentos de trabalho do Conselho Consultivo de Planejamento. Colaborou, ainda, na análise de diversos documentos de crítica ao PLEG.

Em complementação às suas atribuições de planejamento a médio e longo prazo, tem o EPEL colaborado na estruturação de entidades novas, na área do planejamento econômico, notadamente em razão da ausência de equipe, em outro setor, mais bem aparelhada para tal finalidade. Tal foi o caso, por exemplo, do CONSPLAN e do FINEP, ou da cooperação prestada a entidades regionais ou estaduais de planejamento, no sentido da estruturação de mecanismos de pesquisa e programação, a exemplo da Amazônia e da Secretaria de Planejamento de Minas Gerais.

Cabe, ainda, uma palavra em relação ao atendimento às missões, que, com frequência cada vez maior, tem vindo ao Brasil, com finalidade de análise da economia brasileira. Além da grande missão do Banco Mundial, que aqui esteve durante os meses outubro/dezembro 1964, e daquelas que a mesma instituição tem enviado ao Brasil no decorrer de 1965 e 1966, constam ainda as missões anuais do CLP, relacionadas com a country review, as missões do BID, a missão do Banco Alemão de Reconstrução e muitas outras.

O relatório setorial, que se segue, dará uma idéia melhor dos numerosos campos de atividades do EPEL.

O FUTURO DO EPEL

O projeto de Reforma Administrativa prevê a transformação do EPEL em fundação, preservadas as suas atuais funções e a vinculação ao Ministério do Planejamento. Desta forma, continuará o órgão sendo

mantido, basicamente, através das dotações orçamentárias consignadas ao referido Ministério, pelo menos na fase de transição para a nova forma jurídica. Por outro lado, continuarão em vigor os convênios de assistência técnica que em favor do EPEA mantém várias instituições internacionais, inclusive a AID, assinalando-se, quanto a esta, os convênios relativos à Universidade da Califórnia, à programação de Pesquisas Domiciliares e à realização de pesquisas de mão-de-obra.

SETORES DO EPEA

Abastecimento - Preparou Diagnóstico de Comercialização, Armazenagem e Preços Mínimos; comparação quantitativa dos preços a varejo, de gêneros alimentícios, na cidade do Rio de Janeiro, segundo o tipo de estabelecimento (armazéns, supermercados, grandes organizações, feiras, etc.). Está elaborando os seguintes trabalhos: estimativas de funções de demanda e oferta interna dos produtos apoiados pela política de preços mínimos, que deverão auxiliar o processo de fixação de preços mínimos, bem assim prever as compras a serem feitas pela Comissão de Financiamento da Produção; elaboração do Plano de Abastecimento, em convênio com a Comissão de Financiamento da Produção; estudo sobre a produtividade dos insumos modernos na agricultura brasileira. Trabalhos programados: aperfeiçoamento das funções de oferta e demanda já estimadas; pesquisas sobre a eficiência da comercialização de gêneros alimentícios, particularmente nas principais áreas urbanas.

Agricultura - O Setor de Agricultura do EPEA, criado em novembro de 1964, realizou os seguintes trabalhos:

1. Levantamento bibliográfico de dados e informações de interesse do Setor: documentação de base.

2. Índices de preço e quantidade (Laspeyres e Paasche) para as regiões Norte-Nordeste, Leste e Sul), agrupando-se os produtos de origem vegetal, animal e matérias-primas destinadas ao consumo e exportação.

3. Área cultivada: quantidade e valor da produção dos principais produtos agropecuários; série histórica 1947-1964, por Estados e Regiões.

4. Roteiro para o Estado do Setor Agrícola.

5. Roteiro para o Estudo de Abastecimento.

6. Diagnóstico Preliminar da Agricultura, compreendendo os

seguintes temas básicos: aspectos econômicos e sócio-culturais da Agricultura, abrangendo a agricultura tradicional, a moderna e a de transição; o setor agrícola e o crescimento econômico do Brasil; alguns aspectos do desempenho da agricultura brasileira; estrutura agrária; fatores de produção; abastecimento, armazenagem, comercialização e política de preços mínimos; crédito rural; apêndices, quadros e anexo.

7. Consumo aparente, Demanda e Oferta de Fertilizantes NPK (monografia).

8. Pré-projeto do Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes, Corretivos de Solo e Mineralização do Gado (Comissão integrada por elementos do Banco Central, Ministério da Agricultura, USAID e EPEA).

9. Crédito Agrícola no Brasil (monografia).

10. Roteiro para pesquisa sobre Produção e Comercialização da Pecuária Bovina.

11. Importação e Produção Interna de Defensivos Agrícolas quantidade e valor.

12. Programa de Correlação e Regressão para Uso dos dados Agrícolas do SEP (Computador IBI).

13. Medidas para o Desenvolvimento da Agricultura: notas para uma política agrícola.

14. Programa de Treinamento em Massa na Agricultura.

15. Zoneamento Agrícola e Pecuária do Brasil (monografia).

16. Estudo da Produção, Demanda e Oferta dos Principais Produtos Agropecuários.

17. Motomecanização Agrícola (estudo preliminar).

18. Estudo do Café: relatório crítico sobre a 7ª Sessão do Acôrdio Internacional do Café.

19. Análise e Consideração dos Programas de Investimento na Agricultura: Orçamento-Programa Plurianual 1967/1971.

20. O Setor de Agricultura assessorou o Ministro do Planejamento nas discussões sobre o Esquema Cafeeiro 1966-1967, no Conselho Monetário Nacional, e participou das seguintes Comissões Consultivas: Crédito Agrícola e Pecuária do Corte. Além disso, presidiu as sessões do Grupo de Coordenação da Agricultura criado pelo Decreto 57.464, de 20-12-65.

Para 1967, o Setor de Agricultura programou os seguintes

trabalhos: aplicação de um modelo tipo Marc Merlove, modificado, para o estudo da oferta de produtos agropecuários: estudos de produção de insumos agrícolas; estudos sobre o trigo; Plano Decenal do Setor Agropecuário.

Comércio Internacional

Este Setor realizou, até 31 de dezembro de 1966 os seguintes trabalhos: diagnóstico com vistas ao Plano Decenal; estudo sobre a promoção das exportações brasileiras, descrevendo e comparando métodos para estimular a venda de produtos brasileiros no Exterior; recomendações sobre sistema de conversão de câmbio e promoções às exportações; projeções das exportações brasileiras no período 1967/1975; análise de regressão para os produtos importados, com o objetivo de verificar a existência de variáveis independentes que explicariam o comportamento das importações no passado; sugestões para o estudo de regulamentação do CONCEX.

Em fase de execução, o Setor tem os seguintes trabalhos: projeções das importações, por itens principais, para o período 1967/1976; movimento de capitais no período 1964/1966, incluindo perspectivas e campos de aplicação (em consonância com os investimentos programados no Plano Decenal); participação brasileira na ALALC. Além disso, programou estudos sobre a potencialidade da exportação de produtos agrícolas, política cafeeira e mercado cambial.

Comunicações - O Setor de Comunicações do EPEA, um dos últimos a serem criados, prepara estudo sobre a Indústria e Comércio de equipamentos eletrônicos domésticos, e a consolidação dos programas do Setor de Comunicações para o Orçamento-Programa Plurianual.

Demografia - Este Setor iniciou atividades em 1º de setembro de 1965. Sua principal tarefa consistiu na elaboração do Diagnóstico Geral da Demografia, já publicado. Trabalhos em execução: coordenação de um grupo encarregado de preparar monografias sobre implicações e perspectivas futuras do desenvolvimento demográfico brasileiro; elaboração de uma monografia sobre Ocupação Territorial. Trabalhos programados: coordenação do Grupo Monografia, acima mencionado, até abril de 1967; entendimentos com a ONU para análise de viabilidade e financiamento de uma pesquisa sobre fecundidade rural.

Desenvolvimento Urbano

Este setor realizou as seguintes tarefas:

1. Diagnóstico do Desenvolvimento Urbano no Brasil, como parte do diagnóstico geral do Setor Habitacional.
2. Participação no Grupo de Trabalho do Banco Nacional de Habitação, para definir a política de desenvolvimento urbano no País e implantar um sistema de planejamento local integrado. Foi publicado o documento contendo as conclusões preliminares do GT.
3. Participação no Grupo de Trabalho do CONSPLAN visando a preparação de uma legislação nacional básica para o planejamento local integrado. Foram publicados três documentos básicos: b) Lei Nacional de Loteamentos; a) Normas para o planejamento local integrado; c) Recomendação para as reformas das Constituições estaduais no setor do planejamento local.

Em preparo: definição de pólos de desenvolvimento e de regiões programadas como base para uma regionalização mais detalhada do Plano Decenal. Parte importante desse trabalho, referente à definição de regiões homogêneas e de centros de polarização, vem sendo realizada com a colaboração do Conselho Nacional de Geografia; pesquisas sobre o fenômeno da urbanização no País.

Educação e Mão-de-obra - O Setor surgiu no dia 1º de fevereiro de 1965. Entre outros trabalhos, preparou:

- 1) Plano Decenal de Educação:
 - a) Coleta de informação básica para elaboração do Plano;
 - b) Diagnóstico de Educação e Mão-de-Obra, em dois volumes;
 - c) Plano de Investimentos, Metas e Atividades em Educação, para 1967/1976.
- 2) Trabalhos para a Conferência sobre Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina:
 - a) Planejamento educacional no Brasil;
 - b) Pequena empresa e desenvolvimento industrial;
 - c) Política tecnológica e política de emprego.
- 3) Implantação do Programa Especial de Bolsas de Estudo do (PEBE).
- 4) Pesquisas realizadas:
 - a) pesquisa sobre emigração de cientistas brasileiros;
 - b) pesquisa sobre atividades de assistência técnica e co-

- operação financeira à Educação Brasileira por Organismos estrangeiros;
- c) Fontes de assistência técnica estrangeira a todos os setores da vida nacional;
 - d) Pesquisa sobre custos unitários da Educação Brasileira nos níveis primário e médio (não concluída por deficiência das fontes informativas);
 - 5) Pesquisas Contratadas com Terceiros,
 - a) Análise Econômica das Universidades Brasileiras;
 - b) Análise Econômica do ensino industrial no Brasil;
 - 6) Publicações de Traduções Diversas sobre:
 - a) Documento de Trabalho do Grupo de Coordenação de Educação sobre Metodologia de Planejamento da Educação, Mão-de-Obra e Financiamento;
 - b) Documento de Trabalho do Grupo de Coordenação de Educação sobre Metodologia para estabelecimento das metas quantitativas do Setor Educacional.
 - 7) Estudo de viabilidade para pedido de financiamento ao BID da Rodovia BR-35 (Paranaguá-Foz do Iguaçu), aprovado, com US\$ 20 milhões.

O Setor está executando os seguintes trabalhos: Orçamento-Programa Plurianual do Setor Educacional; estabelecimento de metas para o ensino no Estado do Rio de Janeiro, com base no levantamento sócio-econômico; documento sobre racionalização do uso do espaço escolar; pesquisa sobre condições de trabalho dos cientistas brasileiros (contratada com terceiros); trabalho sobre programas de treinamento rural. Trabalhos programados: Revisão do Plano Decenal de Educação; plano de ciência e tecnologia; assistência técnica aos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Minas Gerais e Território do Amapá; plano sobre utilização de mão-de-obra; plano de imigração e assistência técnica.

ENERGIA: - Este Setor começou a funcionar a partir do fins de 1965.

Trabalhos realizados: Diagnóstico Preliminar do **Petróleo**; participação no II Simpósio do Carvão Nacional, realizado em Santa Catarina; diagnóstico preliminar do carvão; coordenação dos trabalhos para elaboração de um balanço energético único para a economia brasilei-

ra; análise da disponibilidade de dados estatísticos no Conselho Nacional de Petróleo; elaboração dos projetos de demanda para petróleo e derivados; elaboração das metas indicativas de produção e importação de petróleo e derivados; levantamento dos principais projetos a serem realizados pela PETROBRAS durante o período 1967/1971, quantificando os investimentos necessários em equipamentos nacionais e importados, e construções civis; elaboração das projeções de demanda de carvão metalúrgico e carvão vapor; estimativa das fontes de financiamento das inversões necessárias ao programa petrolífero nacional de exploração e produção de petróleo e abastecimento de derivados; quantificação dos investimentos necessários à melhoria da produção de carvão nacional; diagnóstico preliminar de energia elétrica; elaboração das projeções de demanda setorial para óleo diesel e óleo combustível; elaboração das projeções do mercado de energia elétrica (regional); resumos do Diagnóstico do Petróleo e do Diagnóstico de Energia Elétrica, para divulgação; estudo sobre consumo de matérias-primas e energia elétrica e emprego de mão-de-obra no setor carbonífero nacional; estudo sobre emprego do carvão nacional na siderurgia; preenchimento dos formulários relativos ao Orçamento-Programa Plurianual, para energia elétrica, petróleo e carvão; participação na I Semana de Estudos de Energia Nuclear, realizada em São Paulo; viagem de técnico do Setor à região de mineração do carvão em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo por objetivo verificar, no local, as possibilidades de redução dos custos e melhoria da qualidade do carvão nacional; relatório sobre as linhas gerais a serem adotadas na política do carvão nacional.

Trabalhos em execução: redação final do Plano Decenal de Petróleo; redação final do Plano Decenal de Energia Elétrica; redação final do Plano Decenal de Carvão; estudo sobre possibilidades de obtenção de enxofre a partir do xisto pirobetuminoso. Trabalhos programados: estudo integrado da energia no Brasil; estudo sobre produção e comercialização do GLP.

FINANCAS PÚBLICAS: Este setor preparou a consolidação dos balanços dos órgãos da administração descentralizada federal; diagnóstico do Setor Público; reclassificação das contas da União consoante as normas da Lei 4.320; relatório sobre a metodologia do Centro de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas; compatibilização das projeções EPEA-MINIPLAN; clas-

sificação funcional das contas da União no período 1956/1965; coletânea da legislação dos Fundos.

O Setor está preparando a revisão do Diagnóstico; análise das políticas tributárias 1964/1966; compatibilização dos programas setoriais de investimento.

HABITAÇÃO: - O principal trabalho do Setor de Habitação, tem consistido de um esforço sistemático de apreensão da realidade habitacional brasileira (diagnóstico), seguido de um outro esforço de planejamento setorial. Fêz-se, assim, um Diagnóstico do Setor, recém-divulgado, e prossegue-se na conclusão do Planejamento Setorial de Habitação, parte do Plano Decenal Brasileiro. Além disso, o Setor vem colaborando com o CONSPLAN na identificação e solução dos pontos de estrangulamento que impedem ou dificultam a execução do Plano Habitacional, e também com o Setor de Orçamento e Finanças, do Ministério do Planejamento, para apresentação do Orçamento-Programa Plurianual.

Depois de concluído o Plano Habitacional dentro do prazo previsto, o Setor pretende prosseguir num trabalho continuado de acompanhamento e implementação do referido Plano. Para tanto, pretende, em colaboração com o BNH, SERFIAU, Centro de Pesquisas Habitacionais, Fundação Getúlio Vargas e outros órgãos, proceder a pesquisas por amostragem, capazes de fornecer, em curto prazo, elementos de utilidade visando ao acompanhamento e implementação do Plano. Também serão feitos estudos para a regionalização do Plano.

INDÚSTRIA: - Este Setor compreende o de Indústria Geral, e o Sub-Setor de Indústria Mecânica e Elétrica. O primeiro realizou o Diagnóstico do Setor Industrial, um trabalho específico sobre a evolução da oferta do setor industrial segundo os ramos (cross-section international) e está preparando estudo específico de tarifas efetivas, além de fixação da estratégia de desenvolvimento industrial e de recomendações de política nesse sentido; em programação, um estudo de custos.

O Sub-Setor de Indústria Mecânica e Elétrica realizou os seguintes trabalhos desde a sua instalação:

1. Diagnóstico Preliminar da Indústria Mecânica e Elétrica, concluído em dezembro de 1965 e publicado em maio de 1966.

2. Estudo sobre custos de produção do Sub-setor e sobre

influência das tarifas aduaneiras, para apresentação ao Setor de Indústria do EPEA.

3. Trabalho apresentado ao Seminário da ONU em Moscou, setembro de 1966, sobre a influência da indústria mecânica no processo de desenvolvimento dos países.

4. Elaboração do plano setorial com Vistas ao Plano Decenal de Desenvolvimento. Nesse sentido, constituiu-se Grupo de Coordenação.

O Sub-Setor de Indústria Mecânica e Elétrica prepara estudo sobre a influência das indústrias mecânicas e elétricas no desenvolvimento regional brasileiro.

INDÚSTRIAS ALIMENTARES: - Este Setor elaborou diagnóstico preliminar sobre as indústrias alimentares e, em seguida, o Plano de Longo Prazo, ainda não concluído, apesar de terem sido elaborados estudos parciais, notadamente para a agro-pecuária açucareira do Nordeste.

As questões que constituem o objeto de definição das principais políticas do Plano de Longo Prazo estão localizadas nas áreas de abastecimento, agropecuária, financiamento da produção, industrialização e distribuição de carnes. Em 1965, o Setor manteve contacto com a SUDEPE e a FAO, visando a elaborar diagnóstico inicial sobre cultura, industrialização e distribuição do pescado. Quase simultaneamente foi projetado o novo Código Pesqueiro e submetido às autoridades competentes.

O exame da indústria moageira enfatizou a fixação de políticas localizadas nas áreas de agricultura e de comércio internacional. O Assunto foi encaminhado aos setores pertinentes, após formulação de algumas hipóteses, tais como solução de abastecimento de trigo através da integração agrícola com países da ALALC, e desenvolvimento da produção tritícola no Brasil.

O Grupo de Coordenação criado para dinamizar o Plano de Longo Prazo deteve-se nos aspectos da tributação, abastecimento e crédito, relacionados com industrialização de alimentos. Redigidas as principais políticas do Plano, está prevista a compatibilização da projeção da demanda do setor, baseada em trabalho da Fundação Getúlio Vargas, com as projeções providenciadas pelo setor de agricultura e indústria geral. No trabalho final, estarão incluídas as políticas, proje-

ções de demanda, descrição dos projetos e plano de ação para desenvolvimento das atividades do setor de indústrias alimentares.

INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS: - Este Setor preparou o Diagnóstico da Indústria de Construção Civil, o Diagnóstico da Indústria de Transformação de Minerais não Metálicos-CIMENTO, o Programa da Indústria da Construção Civil e o Programa da Indústria de Cimento. Está executando o seguinte: acompanhamento da pesquisa e estudo de campo com o objetivo de permitir melhor conhecimento da escritura de produção do Setor, de composição de índice do produto real da construção segundo os principais componentes e capacidade de geração de renda e emprego. Elaboração do cadastro das empresas fabricantes de materiais de construção, com o fim de determinar: evolução da produção; consumo de matérias-primas; capacidade instalada e de operação; tecnologia em uso, incluindo a situação da mão-de-obra e tentativa de se obter as relações capital-produto médio e marginal; situação atual do abastecimento de matérias-primas e secundárias; estrutura atual do mercado e formas de comercialização; projeções diversas e planos de expansão.

O Setor programou um estudo de regionalização e localização da indústria do cimento.

INDÚSTRIA QUÍMICA: - Trabalhos realizados: Diagnóstico da Indústria Química (matérias-primas, infraestrutura econômica, economias de escala, mão-de-obra); Plano de Desenvolvimento: projeção de demanda dos principais produtos químicos e fertilizantes (cêrca de 60); Estudos dos Setores: petroquímica, fertilizantes e álcalis sódicos; Programação de Investimentos, ano a ano, para os próximos dez anos, e cobrindo os seguintes setores: petroquímica, fertilizantes e álcalis sódicos; Preparação do Orçamento-Programa Plurienal para o Setor Químico; Colaboração no Grupo de Trabalho que reformulou a Lei de Tarifas, no tocante à indústria química. O Setor está preparando a revisão do Plano de Desenvolvimento da Indústria Química, e programou a parte que lhe toca no Plano Decenal de Desenvolvimento.

METAIS NÃO-FERROSOS: Trabalhos realizados: Diagnóstico. Preparar a Indústria Nacional de Metais não-Ferrosos: alumínio, cobre, zinco,

chumbo, estanho e níquel; Versão preliminar do Plano Decenal de Metais não-Ferrosos, 1967/1976; Pesquisa de campo sobre produção e consumo de não-ferrosos e ferro-ligas; Cadastro das jazidas de minerais metálicos, exclusive ferro. Em execução: Plano de Ferro-ligas; Plano de outros metais: berilo, nióbio, tântalo, zircônio, molibdênio, antimônio, vanádio, etc.

PLANEJAMENTO GERAL: Criado à mesma época que o EPEA, elaborou as bases macro-econômicas do Plano Decenal de Desenvolvimento, preparou diagnóstico sobre mão-de-obra e colaborou no Orçamento-Programa e no plano de investimentos públicos para 1966. No momento, cuida da coordenação, análise e conciliação do Orçamento Plurianual, com o respectivo framework, além de pesquisas e análises estatísticas e econômicas.

POLÍTICA MONETÁRIA: Trabalhos realizados: Diagnóstico da Situação Monetária, Creditícia e do Mercado de Capitais (publicado); A Portaria 71 e a CONEP; Aspectos do Mercado Financeiro e de Capitais no Brasil (publicado); Contrôle Monetário através dos Recursos Compulsórios; Funções do Débito Público Mantido Internamente (publicado); As Fontes e Usos dos Fundos no Brasil. Em preparo: As operações do investidor e As Fontes de Financiamento das Empresas no Brasil (a ser publicado brevemente); Ajustamento das Instituições Financeiras Brasileiras a um Processo Econômico sem Inflação.

PREVIDÊNCIA SOCIAL: - No decurso do ano de 1966, este Setor após realizar os levantamentos estatísticos e contábeis de que necessitava, deu início à elaboração do Diagnóstico Preliminar sobre a Previdência Social, concluído, publicado e amplamente divulgado pelo EPEA.

Afora esse trabalho, outras atividades relativas à área de previdência social foram desenvolvidas, merecendo destaque as seguintes:

1 - Crítica ao projeto de reforma da previdência social elaborado por uma Comissão Especial sob a presidência do então Ministro do Trabalho.

2 - Anteprojeto de decreto relativo a seguro-desemprego, elaborado por uma Comissão de Estudos, da qual o Setor participou. (Esse anteprojeto, em virtude da instituição do Fundo de Garantia ao Tra-

balhador, não teve prosseguimento, encontrando-se hoje no Departamento Nacional do Trabalho, no MTPS):

3 - Anteprojeto de decreto-lei dispondo sôbre a unificação administrativa dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, elaborado em substituição ao anteprojeto originário do Ministério do Trabalho. Esse substitutivo oferecido pelo EPEA foi apreciado por uma Comissão Especial no MTPS, daí resultando a forma definitiva, tal como se acha consubstanciado no decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966.

4 - Anteprojeto de lei estendendo aos trabalhadores rurais o benefício de aposentadoria por velhice, elaborado por uma sub-comissão.

Tendo merecido aprovação no plenário do CONSPLAN, que havia solicitado essa proposição, o anteprojeto foi encaminhado ao MTPS, onde se encontra atualmente.

5 - Anteprojeto de decreto-lei dispondo sôbre a estrutura e finalidade do Serviço de Alimentação da Previdência Social, em fase de conclusão no MTPS, o mesmo ocorrendo em relação à reformulação do IPASE, ainda em fase de estudo preliminar.

SAÚDE: - Trabalhos realizados: - Esquema para o diagnóstico da realidade sanitária nacional; estudo de metodologia para o planejamento de Saúde (Peru e Canadá); revisão do diagnóstico referente às grandes endemias nacionais; estudos sôbre mão-de-obra no Setor Saúde; estudo sôbre assistência médica da Previdência Social; consideração sôbre metodologia do planejamento de saúde e sua aplicação no Brasil; diagnóstico preliminar da situação sanitária brasileira; elaboração de planos referentes a levantamentos por amostragem de dados anatomopatológicos de causas de morte; programação de um estudo sôbre as estruturas sanitárias estaduais, e pesquisa sôbre causas de hospitalização e atendimento ambulatorial; cálculo de tábuas de sobrevivência para algumas áreas brasileiras; redação da parte referente a Saúde e Saneamento, na Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, em 1965; redação do Programa de Trabalho de 1966, do Ministério da Saúde, por solicitação do respectivo Ministro; participação na I Reunião de Administradores Federais, para debate da Reforma Administrativa, promovida pelo Ministério do Planejamento; participação em conferências sôbre desnutrição como fator vital no desenvolvimento sócio-econômico, promovidas pela USAID, elaboração do documento de

trabalho intitulado Política Nacional de Saúde; apreciação do trabalho Bases para um Estudo do Problema Populacional Brasileiro, colaboração na elaboração do Programa de Ação do Ministério da Saúde; estudos sobre política, funções, organização, capacidade instalada, recursos financeiros e humanos, produção de bens de serviços das principais instituições federais de saúde; fixação de metas e elaboração do programa de investimentos; redação final de documento básico para o Diagnóstico do Setor; programa dos estudos para o diagnóstico institucional no nível federal; estabelecimento de critério para avaliar a Programação de Investimentos do Setor Saúde; colaboração com o Setor de Previdência Social do EPEA, na elaboração de anteprojeto de lei regulando a prestação de assistência médica; levantamento de dados relativos ao Programa de Saneamento (1965/1968); estabelecimento do Orçamento-Programa Pluriênal para o Setor Saúde; apresentação, discussão e aprovação do documento Política Nacional de Saúde.

O Setor está realizando estudos sobre a possibilidade de participação dos Estados no processo de planejamento da Saúde; definição da política de assistência médica da Previdência Social; e estudo para implantação e controle dos trabalhos até aqui realizados e a realizar, no contexto específico da economia brasileira.

SERVIÇOS-TURISMO: - Este Setor, iniciou atividades em julho de 1966. Sua primeira preocupação foi o levantamento da realidade turística brasileira. Em virtude de não existirem informações recentes sobre o turismo interno, foram expedidos ofícios a órgãos de turismo de vários Estados. Além disso, nos contactos mantidos com a Divisão de Turismo e Certames do Ministério da Indústria e Comércio, o Setor obteve dados referentes às estradas e turistas de todas as nacionalidades, nos anos de 1962 a 1965. Com esses dados foram elaborados os primeiros Quadros.

Participou de três reuniões com representantes dos Ministérios da Indústria e Comércio e do Planejamento, para discussões do anteprojeto de lei que regulará as atividades do turismo no Brasil, e que deverá substituir o aprovado pelo Congresso, mas vetado pelo Presidente da República.

No decorrer de setembro de 1966, e após contactos com Embaixadas e organizações turísticas nacionais e estrangeiras, o Setor começou a elaborar o primeiro memorando contendo subsídios para um

diagnóstico preliminar sobre turismo. A partir da segunda quinzena de outubro, iniciou a esquematização do futuro órgão nacional de turismo, contendo subsídios para o anteprojeto de lei.

O Setor dedicou-se posteriormente a pesquisas para levantamentos das condições da infraestrutura turística de alguns Estados brasileiros. Sugeriu-se a celebração de convênio com o Ministério da Indústria e Comércio ou a EMBRATUR, para a prestação dos serviços de pesquisas e projetos no setor de turismo do EPEA. Em execução, o plano de turismo a ser enquadrado no Plano Decenal de Desenvolvimento.

SIDERURGIA: Realizou os seguintes trabalhos: Diagnóstico Preliminar da Indústria Siderúrgica; colaboração no estabelecimento dos termos do contrato BNDE-BIRD-BOCZ, ALLEN & HAMILTON (BAHINT); seguimento do trabalho realizado pela BAHINT, com colaboração em diversos pontos específicos; levantamento e análise das importações e exportações brasileiras de produtos siderúrgicos; colaboração com um Grupo de Trabalho do BNDE na análise do relatório da BAHINT; apresentação do Tema Siderurgia em seminário realizado pela Assessoria do Marechal Costa e Silva; preparação de uma versão preliminar do programa siderúrgico no próximo quinquênio (Plano Decenal); preparação e preenchimento dos formulários do Orçamento-Programa Plurienal, com relação ao setor siderúrgico.

Em seguida, o Setor dedicou-se à versão definitiva do programa siderúrgico a ser incluído no Plano Decenal, e programou pesquisa sobre forjarias e fundições.

TRANSPORTES: O Setor de Transportes, preparou Diagnóstico do Setor e o Programa Preliminar de Investimentos em Transportes (1967-1971), submetido à apreciação de uma missão do Banco Mundial. Atualmente, elabora os princípios de uma política nacional de transportes, e realiza pesquisas relacionadas com o Plano Decenal de Desenvolvimento.

CAPITULO XVI

CONSPAN

O Conselho Consultivo do Planejamento, criado pelo Decreto nº 55 722, de 2 de fevereiro de 1965, como órgão de consulta do Governo junto ao Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, foi instalado, em sessão solene presidida pelo Senhor Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, a 9 de março de 1965. Funciona no Ministério da Fazenda, 8º andar, sala 840.

Órgão autônomo, o CONSPLAN tem por finalidade e atribuições, segundo o seu Regulamento Interno:

a) opinar sobre o Programa de Ação Econômica do Governo, inclusive quanto às modificações nele introduzidas em revisão anual para ajustá-lo ao orçamento de investimentos:

b) opinar sobre o plano de realizações econômicas a longo prazo (Plano Perspectiva), cuja elaboração foi iniciada em 1965:

c) apreciar a execução do Programa de Ação Econômica do Governo e do Plano de Longo Prazo:

d) elaborar estudos e sugestões para os programas e planos econômicos do Governo, assessorando-o quanto aos problemas de planejamento:

e) proceder ao exame da política salarial do País, com o objetivo de ajustá-la aos objetivos dos programas de desenvolvimento econômico e de estabilização monetária, fazendo as recomendações que considerar úteis:

f) sugerir medidas tendentes ao aumento da produtividade geral ou setorial, indicando as medidas adequadas de estímulo e financiando as providências necessárias, sejam as de financiamento e de amparo à exportação, sejam outras de política fiscal, como instrumento de ação econômica:

g) opinar sobre a integração dos programas regionais e estaduais de desenvolvimento econômico com os planos e programas do Governo Federal, no sentido de harmonizá-los, evitando duplicidade de esforços ou descoordenação de providências e formulando as recomendações adequadas:

h) opinar sobre planos e programas setoriais de desenvolvimento econômico, como os de Agricultura, Habitação, Educação e outros, visando a dar-lhes adequado enquadramento no conjunto de medidas a serem recomendadas para inclusão nos planos e programas nacionais:

i) opinar sobre problemas gerais ligados ao desenvolvimento econômico do País, como os de mão-de-obra, financiamento, produtivi-

vidade e outros, sugerindo as medidas corretivas ou de estímulo que julgar adequadas:

j) baixar resoluções, recomendações e indicações sobre os assuntos de sua atribuição;

l) elaborar instruções e normas para o bom andamento dos seus trabalhos e dos órgãos e serviços de sua administração;

m) convocar, sempre que julgar conveniente, dirigentes ou representantes de órgãos e entidades oficiais ou privadas para comparecerem às suas reuniões, a fim de prestarem colaboração, através do fornecimento de dados estatísticos ou de outras informações ou elementos de interesse para os objetivos do CONSPLAN;

n) criar grupos de trabalho para o exame de problemas específicos, convocando, para esse fim, técnicos e colaboradores, e fixando normas para seu funcionamento e prazos para a execução das tarefas;

o) criar comissões permanentes e comissões especiais, fixando suas atribuições e seu funcionamento.

Desde sua instalação até o fim de 1966, realizou o CONSPLAN doze sessões plenárias, além de diversas reuniões de Grupo de Trabalho, instituídas, de conformidade com o que estabelece o Art. 7º do seu diploma legal, para exame de matérias específicas.

Declarou o Presidente da República, na sessão de abertura, que o fato de instalação deste Conselho, com que marcamos o início de uma nova etapa na técnica de administração do atual Governo, diz, por sua própria significação, quanto caminhamos no sentido de definir uma ação coletiva com apoio na adequação entre aspirações viáveis e os meios disponíveis para concretizá-las.

Criado o Conselho, cuidou o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica de promover as necessárias gestões junto às organizações de classes, no sentido da escolha de seus representantes, o que resultou a designação dos seguintes membros efetivos e suplentes: I - Representantes das classes trabalhadoras: (Efetivos) Ary Campista, Paulo Cabral, Odílio Nascimento Gama, José Rotta. (Suplentes) Salomão Vieira Pamplona, Antônio Alves de Almeida, Serapião Vasconcelos, Daniel Soares. II - Representantes das classes produtoras: (Efetivos) Edmundo de Lacerda Soares e Silva, João Di Pietro, Lindolfo Martins Ferreira, Marino Ramos. (Suplentes) Mário Leão Lindolf, Nylton Moreira Velloso, Reinaldo de Souza Gonçalves, Dolor Ferreira de Andrade. III - Representantes da imprensa e dos órgãos de divulgação de opinião pública: (Efetivo) Frederico Heller. (Suplente) Loacyr de Azevedo Padilha. IV - Representantes do Conselho Nacional de Economia: (Efetivo) Glycon de Paiva Teixeira. (Suplente) Haroldo

Cecil Pollard. V - Técnicos e professores universitários: (Efetivos) Antônio Delfim Netto, Pe. Fernando Bastos D'Ávila, S.J. (Suplentes) Ruy Aguiar da Silva Leme, David Carneiro Júnior, Henrique Mindlin, Juracz Rubens Brandão Lopes (não assumiu). VI - Representantes de companhias ou organizações estaduais ou regionais de Planejamento: (Efetivos) Karlos Reichbieter, Paulo Camillo de Oliveira Penna (substituído por José Bonto Verne Rodarte), Victor Gradin. (Suplentes) Ary Burger, Jorge do Amaral Cintra, Afrânio Salgado Bajes.

Dentre os assuntos tratados nas sessões plenárias convém ressaltar, pela importância de que se revestem, os seguintes:

a) Bases do Programa de Estabilização do Governo, incluindo análise da situação herdada pelo Governo Revolucionário: programação de emergência adotada: exame da estratégia da estabilização: balanço dos resultados: considerações sobre o presente estágio de combate à inflação, análise dos novos instrumentos da política desinflacionária.

b) Debates sobre o Programa de Ação Econômica do Governo, suscitados por documentos de crítica.

c) Funcionamento da Coordenação Nacional de Crédito Rural (CNCR), do Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE), do Fundo de Financiamento de Estudos de Projeto e Programa (FITEP) e do Fundo de Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FIMAE).

d) Documento da Associação Nacional de Programação Econômica e Social, sobre inflação.

e) Análise do Anteprojeto de Emenda Constitucional, dispondo sobre o Sistema Tributário Nacional.

f) Consolidação do Programa de Investimentos Públicos de 1964 (execução).

g) Relatório sobre a execução do Programa de Investimentos Públicos de 1965 de janeiro a agosto.

h) Apresentação do Programa de Investimentos Públicos para 1966 (versão preliminar).

i) Criação dos Grupos de Coordenação para o Plano de Longo Prazo.

j) Projeto da Reforma Administrativa.

l) Reforma Tributária.

m) Exame dos Programas de Investimentos para 1964 (consó

lidade), para 1965, 1966 e 1967.

n) Anteprojeto de criação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.

o) Exame da situação dos trabalhadores do campo.

p) Unificação da Previdência Social.

q) Reforma do Sistema Estatístico Nacional.

O CONSPLAN divulgou, durante o período abrangido por este relatório, alguns documentos de trabalho, nos quais consubstancia matéria de maior interesse.

No seu Documento de Trabalho nº 1, referente aos novos instrumentos da Política de Desenvolvimento, fez o CONSPLAN um estudo analítico da estratégia de desenvolvimento econômico do atual Governo, focalizando o sistema financeiro em face da retomada do desenvolvimento, bem como a reforma do sistema com a aplicação de novos instrumentos. Os novos mecanismos de crédito, como a Coordenação Nacional de Crédito Rural (CNCR), o Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE), o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME) e o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP), foram não só analisados em seus objetivos e finalidades, mas reproduzidos os seus decretos de constituição e regulamentos.

O Documento de Trabalho nº 2 examinou as bases do Programa de Estabilização do Governo, abordando, do ponto de vista técnico, a crise herdada pelo Governo Revolucionário, a programação de emergência adotada e a estratégia de estabilização prevista. Fez, ainda, um balanço dos resultados obtidos, com a análise do estágio de combate à inflação e a aplicação dos novos instrumentos da política desinflacionária. Disto resultaram a Portaria nº 63 71, de 23.02.65: o anteprojeto de lei de estímulo ao aumento da produtividade e à contenção de preços; o anteprojeto de lei que disciplina o desenvolvimento do mercado de capitais; o anteprojeto de lei de redução de subsídios, vencimentos, salários e proventos; e o anteprojeto de lei que dispõe sobre o Crime de Fonegação Fiscal e a Utilização de Sinais Exteriores para a Impugnação de Declarações de Rendimentos e Arbitramentos de Renda dos Contribuintes.

Consolidou o CONSPLAN, no Documento de Trabalho nº 3, todos os pronunciamentos feitos por técnicos e por entidades especializadas, em torno do Plano de Ação Econômica do Governo. A Secretaria-

-Executiva abriu, com este Documento, um amplo debate sobre a programação econômica, principalmente na fase final do processo de reversão de expectativas e início do estágio de reativação da atividade econômica.

O Documento de Trabalho nº 4 cuida especificamente da técnica de elaboração e da estrutura do Plano Decenal, a cargo do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada. Define os objetivos do Plano Perspectiva, explicitando as diretrizes gerais que orientam a sua formulação, bem assim os estágios por que deverá passar a preparação do Plano, desde a coleta de informações estatísticas básicas e elaboração dos estudos de diagnósticos, até a definição de políticas e a indicação das modificações institucionais necessárias. Para a consecução desses objetivos, o mecanismo de planejamento prevê a organização e instalação dos Grupos de Coordenação, de natureza setorial ou regional, a quem compete analisar a metodologia proposta, fornecer subsídios técnicos e propor medidas relativas à sua formulação, execução e respectivo controle. Com base nesses estudos, foi baixado, em 20 de dezembro de 1965, o Decreto nº 57.464, criando junto ao Gabinete do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, e sob a supervisão deste, Grupo de Coordenação destinado a coligir elementos para a elaboração do Plano Econômico de Longo Prazo, e dando outras providências.

Outro documento de trabalho de importância divulgado pelo CCPSPLAN, é o que se relaciona com o problema do aperfeiçoamento do instituto da estabilidade (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço).

Dêsse Documento constam a exposição de motivos que encaminha o anteprojeto das bases estatístico-atuariais de apoio à medida; a separata de Mensário Estatístico Atuarial; o Relatório sobre o Fundo de Estabilidade; o anteprojeto de Lei de Garantia de Tempo de Serviço e comentários diversos.

Esse anteprojeto foi aprovado em reunião extraordinária e encaminhado, com exposição de motivos dos Ministros do Trabalho e do Planejamento, ao Presidente da República, que o enviou ao Congresso, onde foi apreciado e aprovado.

No seu Documento de Trabalho nº 5 o CCPSPLAN analisa a crítica à atuação do Conselho e procede a um exame técnico da ação e objetivos do CCPSPLAN, abordando aspectos da execução do Plano de Ação Econômica do Governo.

A Secretaria-Executiva elaborou ainda, nos termos do Artº 6º do Decreto 55 722, de 02.02.965, anteprojeto de Regulamento Interno do CONSPLAN, o qual foi discutido e aprovado nas reuniões do Conselho Pleno.

CAPÍTULO XVII

GRUPOS EVENTUAIS

Entre os vários grupos eventuais, criados dentro do Ministério do Planejamento ou em vinculação com outras entidades ou órgãos, para a execução de tarefas específicas, destacam-se, em primeiro lugar, os três abaixo relacionados:

GT/AMAZÔNIA E GT/BORRACHA

O Grupo de Trabalho da Amazônia e o Grupo de Trabalho da Borracha nasceram por força do Decreto nº 56.490, de 18 de junho de 1965, determinando o exame da Política Nacional da Borracha, e do Decreto s/nº, de 15 de julho de 1965, dispondo sobre a reformulação da Política de Valorização Econômica da Amazônia.

Segundo exposição de motivos do Ministro Roberto Campos ao Presidente da República, os objetivos da nova Política Econômica da Borracha, em termos nacionais, resumiam-se nos seguintes:

- I - A expansão do mercado interno e externo da borracha e de seus artefatos.
- II - A programação e a coordenação da produção das borrachas vegetais e sintéticas.
- III - O estímulo à heveicultura e à diversificação da economia nas zonas produtoras de borrachas extrativas.
- IV - A promoção de adequada remuneração aos produtores de borrachas.
- V - A manutenção do equilíbrio da economia gumífera entre as diferentes regiões produtoras de borrachas vegetais.
- VI - A organização do mercado, visando ao escoamento da matéria-prima nacional e à garantia da regularidade do suprimento de borrachas e de seus artefatos.
- VII - O incentivo à industrialização dos elastômeros vegetais e químicos, bem como o desenvolvimento econômico e técnico do parque manufatureiro de artefatos de borracha.

O sentido básico do Decreto de 15 de julho de 1965 é mobilizar a iniciativa privada de todos os Países, para investir na Amazônia e colaborar decisivamente com o Governo na ingente tarefa de ocupar aquela grande região brasileira e integrá-la à economia nacional; despertá-la enfim, para o potencial imenso de recursos naturais ali existentes e economicamente aproveitáveis, e com mercado no mundo

inteiro.

Dentro dessa orientação o projeto oferece inicialmente um conjunto de isenções tributárias, com o tríplice objetivo de:

- aumentar a taxa de capitalização da Região;
- estimular o investimento em empreendimentos básicos para o seu desenvolvimento;
- garantir um fluxo de capital de giro em favor desses empreendimentos que lhes possibilite acesso aos mercados consumidores.

1) Análise dos problemas setoriais:

Verificou-se em cada um deles a situação atual, atuação do Governo e sugestões. Esses estudos compreenderam problemas de pesquisa e de fomento, extrativismo vegetal (juta, borracha, óleos e madeiras), extrativismo mineral; lavoura de subsistência e de exportação, produção animal (pecuária, búfalos e pesca), industrialização e estímulos ao setor privado, energia, transportes (compreendendo rodovias pioneiras, aeroportos e navegação aérea, portos e navegação fluviais), comunicações, crédito e bancos, ensino (primário, secundário, técnico e superior), saúde e saneamento básico, territórios e questões da divisão político-administrativa, comércio pan-amazônico e zona franca, fronteira e segurança nacional, índios e parques nacionais, recursos e contribuições externas (FAO, ETA, USAID, BIRD, etc.), municípios e comunidades, quadro institucional administrativo e problemas de pessoal, colonização e legislação de terras.

2) Solução propostas:

- 1 - Projeto de Decreto que culminou com o Decreto nº 57 846, de 18 de fevereiro de 1966, criando o Estoque de Reserva;
- 2 - Lei nº 5 122, de 28 de setembro de 1966, que transformou o Banco de Crédito da Amazônia S.A. em Banco da Amazônia S.A.;
- 3 - Relatório do GT/Borracha e exposição de Motivos e Projeto de Lei dispendo sobre a Política Econômica da Borracha;
- 4 - Exposição de Motivos e Projeto de Lei extinguindo a SPVEA e criando a SUDAM. Foi transformada na Lei nº 5 173, de 27 de outubro de 1966;
- 5 - Exposição de Motivos e Projeto de Lei criando os In-

centivos Fiscais para a Amazônia. Foi transformado na Lei nº 5 174, de 27 de outubro de 1966.

3) Trabalhos em execução:

O Decreto nº 59 455, de 4 de novembro de 1966, que criou o Grupo de Implantação do Novo Sistema de Ação do Governo Federal na Amazônia, no qual está representado o GT/Amazônia. Esse Grupo está estudando os seguintes assuntos:

- a - Regulamentação da SUDAM, do Banco da Amazônia S.A. e dos Incentivos Fiscais;
- b - Revisão da Proposta Orçamentária da SUDAM para 1967;
- c - Ajuda externa em favor da Amazônia;
- d - Inversões estrangeiras;
- e - Exame da estrutura dos órgãos federais;
- f - Zona Franca de Manaus;
- g - Mobilização da iniciativa privada;
- h - Diversificação da economia extrativista (Borracha);
- i - Formação e treinamento do pessoal técnico.

COESMI

Pela Portaria nº 23, de 1.2.1966, o Ministro do Planejamento designou Comissão Especial Mista para coordenar programas e projetos de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinados à melhoria e ampliação do Ensino Superior e do Ensino Médio, com prioridade o Técnico-Profissional. Competiu à Comissão estudar esses programas e projetos, avaliá-los e integrá-los, adequando-os aos critérios, normas e padrões do BID na concessão dos financiamentos.

Como resultado dos trabalhos preliminares, o Presidente da COESMI, em 9.3.66, após entendimentos com representante do BID, submeteu ao Ministro Mlnuta de Declaração de Propósitos do Governo Brasileiro, no sentido do financiamento, pelo BID, de um programa inicial, no valor de US\$ 22,500,000, com aporte nacional correspondente a US\$ 8,400,000, para atender às Universidades Federais do Rio de Janeiro, do Ceará, de Pernambuco e Universidade do Estado da Guanabara, e ainda um projeto de ensino técnico de nível médio, abrangendo escolas industriais, centros de formação de professores e centros de treinamento, em vários Estados do País. Em 2/4.3.66, ao encaminhar ao Presidente do BID a referida Declaração de Propósitos, o Ministro do Planejamento ressaltou o valor da colaboração que poderiam prestar,

nos trabalhos da COESMI, técnicos do Banco que viessem ao Brasil para tal fim. O atendimento a essa solicitação se concretizou com a permanência no Rio, de 9 a 16 de maio de 1966, de uma Missão do BID.

Os trabalhos em conjunto realizados pela COESMI com essa Missão resultaram em:

- a) Apresentação, pela Missão, de Térmos Gerais de Referência, dentro dos quais o Governo brasileiro deveria propor ao BID programas e projetos sobre a educação.
- b) Solicitação, de 16.5.66, do Presidente da COESMI ao Presidente do BID, para que fôsse designada Missão de técnicos dêsse Banco, que, junto às autoridades brasileiras competentes, procedesse à análise do programa inicial de financiamento apresentado ao BID em 24.3.66, ajustando-o aos Térmos de Referência acertados nas reuniões realizadas. O Governo brasileiro, propondo-se, então, a cobrir os gastos locais com a mencionada Missão e prever a contrapartida técnica nacional requerida, solicitou que a mesma fôsse constituída de especialistas nos seguintes assuntos: - Administração; Geral Universitária; Ensino de Ciências Básicas e Aplicadas; Ensino de Engenharia; Ensino Agrícola e Veterinário; Ensino Técnico Industrial de Nível Médio. Biblioteca da Universidade de Nova York - Bibliotecas; Nagaraja Rao, Consultor de Educação Tecnológica de Nível Médio da Fundação Ford - Ensino Técnico de Nível Médio.

Em 20.7.1966 chegou ao Brasil a Missão BID-Educação que aqui permaneceu mais de um mês, cumprindo programa relativo a:

- a) Reuniões com os Ministros do Planejamento e da Educação;
- b) Reuniões com a COESMI;
- c) Leitura e análise dos Projetos apresentados;
- d) Discussão dos projetos com representantes das Universidades;
- e) Visitas às seguintes Universidades: Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Rural do Brasil (Km 47), Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Brasília e Industrial de São Paulo.
- f) Contactos com: Conselho Federal de Educação, Coordena-

ção de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior, Fundação Antunes, Conselho Nacional de Pesquisas, Fundação Getúlio Vargas e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em 25.8.66, a Missão apresentou aos Ministros do Planejamento e da Educação relatório verbal de suas atividades no campo do ensino superior no Brasil, formulando recomendações à luz das informações colhidas, para um programa de financiamento no valor total de US\$ 16,370,000 (dezesseis milhões trezentos e setenta mil dólares), dos quais US\$ 9,955,000 representam a contribuição do BID e US\$... 6,415,000 a contrapartida local.

Grupos de Trabalho Diversos

A seguir, a relação de diversos grupos de trabalho vinculado ao Ministério do Planejamento, obedecido o critério de subordinação:

1. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

- Grupo de Trabalho para elaboração do "Acórdão e Plano de Operações" (Plano Integral do Desenvolvimento Agropecuário do E. do Rio), Criado pela Portaria 677/64 e Port. 798/64, do MA.

- Grupo Especial para elaborar o esquema de aplicação de recursos externos destinados à pecuária nacional ou Grupo de Estudos sobre a pecuária e carne, ou Projetos sobre a pecuária de corte.) Criado pelo Decreto 57 823, de 15.2.66.

- Grupo de Trabalho para assessorar a SUDEPE no estudo dos problemas pesqueiros, ou Grupo de Trabalho p/busca de soluções do problema da indústria da pesca em coordenação com a SUDEPE e outros órgãos da especialidade. - Criado pela Portaria 34/66 do MA.

- Grupo de Trabalho para elaborar o Plano Nacional de Habitação Rural. Criação: (ver proc. 3 649/65).

- Grupo de Trabalho para estudo da aplicação do Fundo Especial das Nações Unidas sobre o assunto da pesca.

- Grupo de Trabalho Interministerial para estabelecer uma política para expansão da pecuária de corte, abrangendo medidas, a curto prazo, para desenvolvimento da pecuária, inclusive para expansão da avicultura e suinocultura como forma de diversificar fontes de proteínas animal. Criado pela Port. 165/66.

- Grupo de Trabalho da Motomecanização da Agricultura (GIMA).(9) - Criado pela Port. Intern. 493/65, do MA.

- Grupo de Trabalho para reformulação do plano de melhoramento da alimentação do gado leiteiro - PLAMAN. Criado pela Port. Intern. 61, de 10.2.66 do MA.

2. BANCO CENTRAL

- Grupo de Trabalho encarregado do Plano de Recuperação das Cias. de Navegação Aérea, ou Grupo de Trabalho encarregado de estudar a situação das Cias. de Navegação aérea. Criado pela Res. Sumoc de 10.9.64.

- Grupo de Trabalho para estudar o restabelecimento do limite de crédito assegurado a "Promissória Rural", para comercialização do leite. Criado pelo Proc. 528/66.

- Grupo de Trabalho para estudar a forma de se conceder financiamento mais significativos às indústrias têxteis que apresentem possibilidade de recuperação. Criado informalmente pelo Pres. Banco Central.

33. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

- Grupo de Trabalho Especial para examinar os problemas da Cia. Pernambuco da Borracha - COPERBO - e suas vinculações quanto ao aproveitamento do álcool etílico do Nordeste. Criado pelo Decreto.. 58 373/66.

- Grupo de Trabalho para estudos sobre o mercado de capitais. Criado pelo Processo 034/65.

- Grupo de Trabalho para examinar e propor soluções concretas para o problema do abastecimento do sal à indústria nacional ou Grupo de Trabalho sobre os problemas de produção e escoamento do sal produzido no R.G. do Norte, nas regiões de Macau e Areia Branca. Criado pela Port. 49/65.

- Grupo de Trabalho Informal para estudos relacionados com o armazenamento em diversos Estados brasileiros. Criado pelo Proc. 923/66.

4. BANCO NACIONAL DE HABITACAO

- Grupo de Trabalho destinado a proceder ao levantamento geral da situação do mercado de materiais de construção. Criado pela Port. 66/66 do MP e MF.

- Grupo de Trabalho para propor o sistema nacional de planejamento

do desenvolvimento urbano integrado. Criação: (ver Proc. 5371/66).

5. CONSELHO NACIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

- Grupo de Trabalho visando a apresentar subsídios para aperfeiçoamento do sistema vigente na exportação de madeira.

6. CONSELHO SUPERIOR DAS CAIXAS ECONÔMICAS

- Grupo de Trabalho para examinar a repercussão que terá no funcionamento das Caixas Econômicas a Lei de estímulos à indústria da Construção Civil, a que institui o Plano Nacional de Habitação, referente ao Crédito Rural e o Dec. que criou o Fundo Pecuário, em face do estabelecido na Lei 4 595. Criado pela Port. 71/66.

7. CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

- Grupo de Trabalho com a finalidade de propor os atos necessários à aquisição do controle acionário da Cia. Telefônica Brasileira. Criado Pela Port. Reserv. 321/65.

8. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

- Grupo de Trabalho destinado a estudar as deficiências de dados e elementos quanto à avaliação das dificuldades de recrutamento em face das condições do mercado de trabalho. Criação: (ver Proc. 5631/66).

10. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

- Grupo de Trabalho para Estatísticas Industriais - GETEI. Criado pelo Dec. 52 690/63.

11. MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

- Grupo de Trabalho para cooperar na revisão do programa nacional de desenvolvimento econômico do MEC. Criado pela Circ. 9/64 PR.

- Grupo de Trabalho para estudar e propor a fixação de uma política profunda e definitiva sobre os problemas das anuidades escolares.

12. MINISTÉRIO DA FAZENDA

- Grupo de Trabalho para examinar a sistemática a ser adotada p/aplicação do sistema previsto no Dec. 55 788, de 23.2.65.

- Grupo de Trabalho que deverá rever as disposições Decreto-Lei nº 9 760, de 5.9.46. Criação: (ver Of. 23, 130 e 36 de 14.6, 12 de 7, e 14.8.66 - MF).

13. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

- Grupo de Coordenação da Indústria Metalúrgica GEIMET constituído de membros da CDI, com vistas à elaboração do Plano Decenal de Desen-

volvimento. Criado pelo Proc. 4 026/66.

- Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica - GEICINE. Criado pelo Dec. 53 975/64.

- Grupo Executivo da Indústria de Material Eletrônico e Telecomunicações - GEITEL. Criado pelo Dec. 53 975/64.

- Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas - GEIMEC - Criado pelo Dec. 53 975/64.

- Grupo Executivo da Indústria de Produtos Alimentares - GEIPAL (2). Criado pelo Dec. 53 975, de 19.6.64.

- Grupo Executivo das Indústrias Químicas - GEIQUIM (2). Criado pelo Dec. 53 975/64.

- Grupo Executivo das Indústrias de Tecidos, Couros e seus Artefatos GEITEC. Criado pelo Dec. 53 975/64.

- Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico - GEIMA. Criado pelo Dec. nº 57 049 de 11.10.65.

- Grupo de Trabalho para estudar o problema apresentado pelo Inst. Brasileiro de Siderurgia ou Grupo de Trabalho sobre o Memorial da Indústria Siderúrgica relativo a exportação dos excedentes do ferro e aço previsto para 1966. Criado pelo Proc. 2 081/66.

- Grupo de Trabalho p/estudar o atual estágio das indústrias vidreiras do País. (4). Criado pelo Proc. 4 210/65.

- Grupo de Trabalho de Fomento à Exportação, ou Grupo de Trabalho Interministerial p/formular e propor medidas para simplificar desburocratizar e desgravar a exportação, consolidando as providências já adotadas nesse sentido e ampliando-se de modo a atingir o inteiro processo - (8). Criado pela Port. 110/65.

- Grupo de Trabalho para formular o esquema financeiro da safra de açúcar 66/67.

- Grupo de Trabalho Interministerial para analisar a conjuntura sistêmica (1). Criado pelo Proc. 3 755/66.

- Grupo de Trabalho para reformulação do programa de racionalização e diversificação econômica das zonas cafeeiras. Criado pela Port. 111/65 do MIC e MP.

14. MINISTÉRIO DA MARINHA

- Grupo de Trabalho instituído no Ministério da Marinha p/a elaboração de um programa a longo prazo, visando ao reaparelhamento da Esquadra, mediante utilização das instalações e da capacidade dos estaleiros nacionais. Criado pela Port. 321, de 17.6.66.

15. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

- Grupo de Trabalho para estudar as possibilidades de solução do problema de energia elétrica nas regiões Norte e Leste de Mato Grosso (Construção da barragem do Funil). Criado pela Port. 219/65 do MME.

- Grupo de Trabalho Interministerial para rever a Lei 4 452, de 5/11/64, propondo as medidas que entender necessárias e aconselháveis, no sentido de que, por via de imposto único sobre combustíveis líquidos e lubrificantes. Criado pelo Decreto 56 850/65.

16. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS.

- Grupo Executivo de Implantação de novo sistema de Ação do Governo Federal na Amazônia. Criado pelo Dec. 59 445 de 4.11.66.

17. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA O PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA.

- Grupo de Acompanhamento do Programa de Investimentos Públicos (4) Criado pela Port. 62/65.

- Grupos de Coordenação para elaborar o Plano Econômico a Longo Prazo - PLANO DECENAL, compostos dos seguintes grupos, criados pelo Dec. nº 57 464/65 (D.O. 22/12/65).

Agricultura, Indústria, Construção Civil, Educação, Serviços, Siderurgia-Metalúrgica, Mecânica e Elétrica, Metalúrgica-Não Ferrosos, Saúde, Habitação, Previdência Social, Planejamento Regional, Planejamento Geral, Comunicações, Política Internacional, Energia, Política Fiscal, Política Monetária, Transporte.

- Grupo de Coordenação Encarregado de Propor "Programas de Educação e Treinamento Profissional" na zona rural. Criação: (ver Of. 540, 542 543, 544 - MP de 1.11.66).

- Grupo Executivo para administrar os recursos rotativos propiciados pelo Acôrdo USAID/DNOS-GEF. Criado pelo Dec. 56 752/65.

- Grupo de Trabalho para coordenação e execução das tarefas de regu-

lamentação do Estatuto da Terra - GRET. Criado pela Port. 110/64 Alt. Port. 26/65 e 77/65.

- Grupo de Trabalho destinado a estudar a formulação do Plano Nacional de Estatística. Criado pelo Dec. 58 226/66.

- Grupo de Trabalho sobre formalização de Convênio para facilitar importação de fertilizantes e matérias-primas necessárias ao fabrico de produtos fitossanitários, além de suplementos necessários aos rebanhos de corte e leite. Criado pela Deliberação da COCAP de 5.4.66.

- Grupo de Trabalho Informal sobre incremento da frota pesqueira. Criado; (ver Of. 121/66).

- Grupo de Trabalho do automóvel popular. Criação: Desp. Internin.do MP, MF, MVOP e MIC de 5.5.65.

- Grupo de Trabalho para proceder a estudos para execução do "Programa Específico de Cooperativas Açucareiras de Reforma Agrária". Criado pela Port. 7/65 do MP.

- Grupo de Trabalho para proceder a estudos para reformulação do Programa de Ação no Setor de Educação. Criado pela Port. 49/64.

- Grupo de Trabalho para proceder a estudos para formulação no Setor de Saúde e Saneamento. Criado pela Port. 22/64.

- Grupo de Trabalho para propor as normas e medidas necessárias para o levantamento de índices de preços em todo o território nacional.

- Grupo de Trabalho destinado a estudar e propor medidas no sentido de aumento da produtividade de indústrias tradicionais ampliação de seus mercados, em face das condições do mercado de trabalho, no contexto do Plano Decenal. Criado pela Port. 83, MP, de 7.11.66.

18. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

- Grupo de Coordenação de Comércio com os países socialistas da Europa Ocidental - COLESTE. Criado pelo Dec. 1 880/62.

- Grupo de Trabalho para apreciação do Plano de Operações para o Desenvolvimento da Pesca no Brasil. Criado pelo Proc. 3 590/66.

- Grupo de Trabalho para cuidar do "Projeto Itamaraty I" de Desenvolvimento Econômico Regional na Faixa da Fronteira.

- Grupo de Trabalho destinado a dinamizar a participação do Brasil no centro de informações comerciais. Criado para deliberação das par

tes contratantes do GATT.

- Grupo de Trabalho destinado a estudar a criação de um Instituto de Relações Internacionais no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Criado pelo Proc. 663/66.

- Grupo de Trabalho destinado a avaliar os temas da agenda da 1ª reunião do Grupo ad-hoc da FAO sobre fibras duras. Criado pelo Proc. 165/66.

- Grupo de Trabalho para elaborar as instruções à Delegação do Brasil na Reunião da Comissão Especial de Manufaturas da OEA, realizada em abril de 1965, no México. Criado pelo Proc. 688/65.

- Grupo de Trabalho encarregado de estudar a agenda provisória e elaborar instruções para a delegação brasileira à XIII Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO. Criado pelo Proc. 3.155/65 - Dec. 53 969/64.

- Grupo de Trabalho para estudar, coordenar e preparar a posição a ser assumida pelo Governo brasileiro na II Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento, a realizar-se no primeiro semestre de 1967. Criado pela Port. 148/66.

- Grupo de Trabalho Informal para reexaminar a posição do Brasil quanto à promoção algodoeira. Criado pelo Proc. 2 624/65.

- Grupo de Trabalho sobre o trigo (excedentes agrícolas dos EE.UU.). Criado pelo Proc. 4 103/65.

- Grupo de Trabalho para preparação da participação do Brasil na 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

19. MINISTÉRIO DA SAÚDE

- Grupo de Trabalho para cooperar na revisão do programa nacional de desenvolvimento econômico do MS. Criado pela Circ. 9/64 da PR.

- Grupo de Trabalho para estudar e propor as medidas para a instalação de fábricas de leite em pó. Criado pelo Dec. 55 979/65.

- Grupo de Trabalho para estudo e execução de medidas tendentes ao reequipamento hospitalar, mediante financiamento. Criado pelo Dec. 55 823/65.

20. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Grupo de Trabalho criado para elaborar anteprojeto de Lei reestru-

turando o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S/APS).

21. MINISTÉRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

- Grupo Executivo de Integração da Política de Transporte - GEIPCT ou Fundo de Pesquisas de Transportes. Criado pelo Dec.57.003/65.

- Grupo de Trabalho para apresentar relatório sobre o assunto versando na Indicação 24-CFN-4 do Conselho Nacional de Transportes, aprovada em Reunião de 17.11.65. Criado pela Port. 175/66, do MVOP.

- Grupo de Trabalho encarregado de regulamentar o Dec.-Lei nº 5, de 4.4.66 - (7). Criado pelo Proc. 2238/66.

- Grupo de Trabalho com a finalidade de aferir e atualizar a programação orçamentária da Rede Ferroviária Federal S/A, no corrente e próximo exercício. Criado pela Port. 468/66 de MVOP.

- Grupo de Trabalho Interministerial destinado a coordenar a preparação do programa relativo ao Setor Correios no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico. Criado pela Port. 67/66.

- Grupo de Trabalho para proceder ao reestudo do Plano de Ação Imediato, no que se refere a solução e prioridade de execução dos empreendimentos ferroviários. Criado pela Port. 308/65 do MVOP.

- Grupo de Trabalho para proceder ao reestudo do Plano de Ação Imediata, no que se refere à solução e prioridade da execução dos empreendimentos portuários. Criado pela Port. 306/66, do MVOP.

- Grupo de Trabalho destinado a estudar a situação da Superintendência dos Serviços de Transportes da Baía da Guanabara. Criado pela Port. 738 do MVOP de 20.10.66 (D.O. 31.10.66).

- Grupo de Trabalho para disciplinar as aplicações dos recursos do Fundo de Marinha Mercante. Criado pela Port. 511 de 26.8.66 (MVOP).

- Grupo de Trabalho para estudo de medidas visando a eliminar distorções no setor de mão-de-obra nos portos nacionais. Criação: (ver Proc. 685/66).

22. PETROBRÁS

- Grupo de Trabalho para cooperar na revisão do programa nacional de desenvolvimento econômico da Petrobrás. Criado pela Circ. 9/64, da H.

23. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Grupo de Trabalho de Brasília.

24. SUDENE

- Grupo de Trabalho incumbido de aperfeiçoar e detalhar o esquema de movimentação de safra de arroz e milho. Criado na Reunião Ministerial de 29/12/64.

- Grupo Executivo de Movimentação de Safras - GREMOS. Criado pelo Dec. 56.498, de 21.5.65.

- Grupo de Trabalho constituído na COWEP (SUN/LB) para estabelecer normas e comercialização de auto-peças.

- Grupo de Trabalho constituído para estudar modificações das normas de estímulos à contenção de preços.

5. CONCEX

- Grupo de Trabalho com a finalidade especial de estudar a utilização de contentores no transporte de mercadorias. Criado pela Resol. 66/47 de 7.12.66 - CONCEX.

12. MINISTÉRIO DA FAZENDA

- Grupo de Trabalho para acompanhar a execução do orçamento monetário. Criado pela Port. GB-88/65, MF.

21. MINISTÉRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

- Grupo de Trabalho com a finalidade de propor a organização de calendário para tramitação, discussão e aprovação dos orçamentos dos órgãos do MVOP fixando prazos de apreciação a serem cumpridos pelos órgãos competentes. Criado pela Port. 921, MVOP, de 16.12.66.

COMISSÕES VINCULADAS AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, OBEDECIDO O CRITÉRIO DE SUBORDINAÇÃO

1. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

- Comissão Nacional para coordenar providências relativas à Exposição Nacional de Tratores, Máquinas e Implementos Agrícolas. Criada pelo Proc. 1.631/65.

- Comissão para estudar e elaborar um projeto específico para instituição de um "Fundo Financiador para Reprodutores Machos Bovinos".

2. BANCO DO BRASIL 3/A

- Comissão de estudos da Política do Cacau - (9). Criada pelo Dec. 56.543/65.

3. BANCO CENTRAL

- Comissão Consultiva do Crédito Industrial. Criada pela Lei nº 4.595/64, Art. 7º.

- Comissão Consultiva do Crédito Rural. Criada pela Lei 4.595/64.

5. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

- Comissão Consultiva do Mercado de Capitais. Criada pelo Art. 7º da Lei nº 4.595/64.

6. CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

- Comissão para Cooperação Técnico-Científica entre o Brasil e os Estados Unidos.

7. CONTEL

- Comissão Especial para promover a solução dos problemas existentes entre os Governos dos Estados do R.G.S. e do Paraná, de um lado, e a International Telegraph and Telephone de outro, relativos aos serviços telefônicos explorados nesses Estados, pela Cia. Telefônica Nacional. Criada pelo Dec. 59.067/66.

8. DASP

- Comissão Especial encarregada de estudar e propor as bases para o aumento do funcionalismo público civil e militar no exercício financeiro de 1967. Criada pelo Dec. 59.440 de 28.10.66.

9. INSTITUTO BRASILEIRO DO SAL

- Comissão encarregada de contatos com o BID a respeito dos projetos de reforma de salinas nacionais. Criada pelo Proc. 339/66.

10. MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

- Comissão Permanente Interministerial para propor as Autoridades competentes, as medidas relativas a execução e a fiscalização do programa de recuperação da indústria de transporte aéreo. Criada pela Port. de 20.3.65 (D.O. de 29.3.65).

11. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

- Comissão de estudos em conexão com a aquisição de equipamento p/as escolas técnicas industriais.

- Comissão Nacional de Alfabetização e de Educação sistemática destinada a executar os programas complementares do Plano Nacional de Educação.

- Comissão Especial da Secretaria de Estado do MEC ou Comissão Especial incumbida de realizar a tomada de preços e adotar as demais medidas indispensáveis a aquisição, em países onde o Brasil dispõe de saldos no balanço de divisas de máquinas e equipamentos para escolas técnicas e industriais localizadas em áreas prioritárias para desenvolvimento.

- Comissão de Anuidades Escolares. Criada pela Port. 342, MEC de 1.12.65.

12. MINISTÉRIO DA FAZENDA

- Comissão Autônoma junto ao Conselho Técnico de Economia e Finanças do M.F. para atender ao disposto no art. 113 da Lei nº 432/64 e à nova sistemática tributária aprovada pela Emenda Constitucional nº 18 e Lei nº 5.172/66. Criada pelo Dec. nº 59.649 de 2.12.66.

- Comissão de Programação Financeira. Criada pelo Dec. 54.506/64.

- Comissão de Reforma da Discriminação Constitucional de Rendas. Criada pela Port. GB 30, de 25.1.65. do MF (D.O. 28/1/65).

- Comissão a ser designada p/regulamentar o Fundo Nacional de Investimentos (FUNAI). Criado pela Lei nº 4242 de 17.7.63.

13. MINISTÉRIO DA GUERRA

- Comissão Coordenadora de 1º aniversário da Revolução de 31.3.64. (7).

14. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- Comissão de Comércio Exterior - CCF. Criada pela Reorg. Dec. 53.975/64
- Comissão de Desenvolvimento Industrial - CDI. Reorg. Dec. 53.975/64-(2). Criada pelo Dec. 53.898/64.
- Comissão para proceder ao exame da atual situação institucional, funcional e técnica do IAA, bem como sugerir medidas relativas à racionalização e definição da política açucareira. Criada pelo Proc. 1.068/66.
- Comissão para examinar a atual situação institucional, funcional e técnica da Cia. Nacional de Alcalis, bem como a melhoria de produtividade e fomento à produção daquele órgão. Criada pelo Proc. 1080/66.
- Comissão para proceder ao exame da atual situação institucional, funcional e técnica da Comissão executiva da Defesa da Borracha, bem como a racionalização e o fomento da produção da borracha. Criada pelo Proc. 1.136/66.
- Comissão para proceder ao exame da atual situação institucional, funcional e técnica do IBC, bem como sugerir medidas relativas a racionalização e definição da política cafeeira. Criada pelo Proc. 1079/66.
- Comissão para proceder ao exame da atual situação institucional, funcional e técnica, do Inst. Nacional de Mate, bem como sugerir medidas para definir a política com vistas a maior racionalização da produção do mercado interno e externo - (7). Criada pelo Proc. nº 1.081/66.
- Comissão para proceder ao exame da atual situação institucional, funcional e técnica da Fábrica Nacional de Motores. Criada pelo Processo 1.135/66.
- Comissão destinada a estudar a atual situação institucional, funcional e técnica do INP. Criada pelo Proc. 1.070/66.
- Comissão Especial para definir as bases da política de investimentos no setor de construção naval. Criada pelo Dec. 59.578/66.
- Comissão para examinar a atual situação institucional, funcional e técnica do IBS, bem como sugerir medidas para a reformulação da política do sal, com vistas a ampliar a produção a custo baixo.

15. MINISTÉRIO DA MARINHA

- Comissão da Marinha Mercante assistida por uma Comissão de Exportação de Navios. Criada pela Resol. do CNT, CET 134/65.

16. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

- Comissão para apreciação do memorando de entendimento de 22.4.63 relativo à compra das ações e créditos da American Foreign Power Company ou Comissão Especial incumbida de acompanhar os trabalhos de verificação do preço de compra entendido como preço máximo estabelecido no contrato firmado em 12.11.64 - (7). Criada pelo Dec.55.212, de 15.12.64.

- Comissão Especial de Petroquímica, organizada pelo Conselho Nacional de Petróleo.

- Subcomissões de Reinvestimento e de Venda de Ações. Criada pela Resol. 1/65 da Com. Int. Exp. Minério de Ferro.

- Comissão Interministerial para a exportação do Minério de Ferro. Criada pelo Dec. 55.282, Art. 10, de 22/12/64 - Proc. 376/65 MP.

17. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS.

- Comissão Deliberativa da SPVEA. Criada pelo Dec. 52.149 de 25.6.63.

18. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA O PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA:

- Comissão do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

- Comissão Encarregada de proceder ao levantamento de todo o acervo da Assessoria Técnica da Pres. da República. Criada pela Port.27/64.

- Comissão Especial Mista para coordenar programas e projetos de financiamento do BID, destinados à melhoria e ampliação do Ensino Superior e do Ensino Médio, com prioridade do Ensino Técnico Profissional. Criada pela Port. 23 de 1.2.66.

- Comissão Especial de Estudos da Reforma Administrativa - COMESTRA. Criada pelo Dec. 54.501/64.

- Comissão de Inquérito para apurar os fatos relativos ao emprego das verbas do extinto Conselho de Desenvolvimento, definindo respon

sabilidades. Criada pela Port. 62, MP de 23.7.64.

- Comissão Interministerial para concessão, no exercício de 1966, de reajustamento da remuneração dos servidores civis e militares. Criada pelo Dec. 56.914 de 31.8.65.

- Comissão para levantamento de atividades financeiras de órgãos extintos e absorvidos pelo MP, quais sejam: 1) Coordenação do Planejamento Nacional. 2) Assessoria Técnica. 3) Comissão Nacional do Planejamento (COPLAN). 4) GT da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí (SC). 5) GT da Bacia do Paraíba do Sul. 6) Grupo Executivo de Ajuda da Bacia da Guanabara. Criada pela Port. 64/64.

13. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

- Comissão Especial para execução do protocolo sobre cooperação financeira entre o Brasil e a Alemanha.

- Comissão Nacional de Assistência Técnica - CNTA. Criada pelo Dec. 54.251/64 mod. p/Dec. 54.251-A de 2/9/64.

20. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Comissão Paritária p/examinar o anteprojeto de lei do Sistema Geral de Previdência Social. Criada pelo Dec. 54.067/64.

- Comissão Especial p/elaborar o anteprojeto inicial de lei para reformulação do Sistema Geral da Previdência Social. Criada pelo Dec. 54.067.

- Comissão de Estudos do Seguro-Desemprego. Criada pelo Dec. 4.923/65.

20 A. MINISTÉRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

- Comissão Executiva da Construção da Ponte Rio-Niterói. Criada pelo Dec. 57,55/65.

- Comissão Orientadora dos Estudos e Projetos dos terminais salineiros, ou Comissão para orientar o projeto dos terminais salineiros em conformidade com a sugestão do GT do saldo BNDE, aprovado em Reunião de 23.11.65 no MP. Criada pela Port. 896/66, do MVOP - Proc. 4.544/65.

21. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Comissão de Coordenação Executiva do Abastecimento. Criada pelo Dec. 54.358 (D.O. de 1.10.64).

- Comissão para elaborar os atos constitutivos da EMBRATEL. Criada

em 7/8/65, PR.

- Comissão Especial de Estudos sobre a Cia. Telefônica Brasileira
COMPLAN.

- Comissão Especial para estudar o problema do óleo cru no mercado
nacional. Criada pelo Dec. 56.851/65 (D.O. de 13.9.65).

22. SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA

- Comissão Executiva do Metropolitano do Rio de Janeiro. Criada pelo
Dec. 691 de 21.10.66.

23. SUNAB

- Comissão Nacional de Estímulo à Estabilidade de Preços - CONEP .
Criada pelo Dec. 57.271/65.

MISSÕES INTERNACIONAIS

1. ACÔRDOS

- Acôrdo Comercial entre o Brasil e a União Soviética realizado em Paris, em agosto de 1966.
- Acôrdo de empréstimos firmado entre o Brasil e Dinamarca em 8.7.66.
- IV Acôrdo sôbre produtos Agrícolas com os Estados Unidos (março de 66).

2. A.I.D. (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO)

- Convênio AID/FGV, referente à doação de importância destinada ao financiamento da construção dos edifícios e respectivos equipamento, da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Reunião entre representante da AID e o Governo brasileiro para tratar de objetivos do Governo, no Setor da Política Educacional - (7).

- Reunião de técnicos brasileiros e norte-americanos para debate do financiamento ao programa de desenvolvimento da Cooperativa de Cafeicultores de Nogiana, destinado do fomento e diversificação - agrícola em São Paulo e Minas.

3. ALALC - ASSOCIAÇÃO LATINA-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO

- III Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Agropecuários da ALALC, em Montevideu, 5 e 11 de setembro de 1966.

4. ASSEMBÉIAS

- XXV Assembléia Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão (CCIA), realizada em Lima, de 9 a 22.6.66.

5. B.I.D. (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO)

- Aditivo de contrato celebrado entre o FINEP e o BID, firmado em Washington (julho de 1966).
- Empréstimos a ser negociado pelas 3 capitais do Nordeste: Fortaleza, João Pessoa e Aracaju, com o BID, referente a abastecimento de água potável, realizado em 1966.

- Empréstimo entre o BID e o BNH, no valor de 20 milhões de dólares realizado em 10.10.66

Exame da posição dos desembolsos que se vêm processando à conta de recursos dos projetos de financiamento aprovados pelo BID.

- Financiamento concedido pelo BID, notadamente ao FINEP, realizado em julho de 1966.

- Financiamento do Projeto da Ilha Solteira, mediante a formação de um consórcio internacional, com a interveniência do BID, quanto ao estudo técnico-econômico-financeiro a ser celebrado por uma equipe de consultores independentes.

- Missão do BID para examinar o financiamento do setor nacional de Educação (Estados do Nordeste e do Sul).

Missão Brasil - BID para entabular conversações com autoridades Europeias visando ao financiamento da Usina Hidrelétrica da Ilha Solteira - Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. CELUSA - realizada em novembro de 1966.

- Missão Brasileira à França para participar da reunião convocada pelo BID para discutir o Plano Decenal brasileiro de desenvolvimento.

- Missão Brasileira ao Canadá para tratar da aplicação de créditos públicos canadenses, postos à disposição do BID para utilização em vários países Latino-Americanos, etc.

- Missão do BID na inauguração do Instituto Latino-Americano de Integração, em Buenos Aires, em agosto de 1965.

- Missão do BID para tratar de financiamentos aos projetos brasileiros de educação - julho/agosto de 1966.

- Negociações dos Estados Unidos com entidades que prestam assistência técnica ao Brasil (AID, ONU e BID).

- Reunião sobre financiamento municipal na América Latina, de 23 a 26 de janeiro de 1966, em Washington, com a participação do BID.

- VII Reunião de Governadores do BID, realizada no México, em Maio de 1966 (Delegação Brasileira).
- Missão do BID a fim de examinar regiões cafeeiras do País, realizada em novembro de 1966.
- Seminário Nacional sobre Cooperativas de Habitação, realizado em Washington, entre 8 e 29 de maio de 1964, sob o patrocínio de técnicos das Nações Unidas, OEA e BID, e ainda Foundation for Cooperative Housing e outras instituições mexicanas (México, 1964).

6. BIRD (BANCO MUNDIAL)

- Missão Brasileira aos Estados Unidos para participar de Reuniões do Banco Mundial a fim de apreciar projetos apresentados pelo GEIPOT realizada em dezembro de 1966.
- Empréstimo por parte do Banco Mundial, para a Universidade Nacional de Brasília.
- Missão do Banco Mundial para examinar o projeto brasileiro sobre a pecuária do corte (agosto/setembro de 1966).
- Missão do Banco Mundial, com a participação do seu vice-presidente, para visitas às Usinas de Furnas e outros empreendimentos do setor energético.
- Missão do Banco Mundial para observar problemas ligados a abastecimento e produção na área do DF, e fazer um diagnóstico da pecuária do corte no Centro-Oeste (1964).
- Missão do Banco Mundial, que visitou o Brasil, em fins de 1964.
- Missão do Banco Mundial que, em fins de 1964, percorreu o Território Nacional efetuando levantamento para projeções sobre a economia brasileira e suas perspectivas.
- Reunião do BIRD em Paris, julho de 1966, para discussão do Relatório Econômico sobre o Brasil, preparado pelos Técnicos do Banco.
- Reuniões do Banco Mundial, em Washington, de 13 a 19 de dezembro de 1966.

7. CEPAL

- Conferência dos Ministros de Educação e Ministros do Planejamento Econômico dos Países da América Latina e do Caribe, patrocinada conjuntamente pelo UNESCO e pela CEPAL. Buenos Aires, entre 20 / 30 de junho de 1966.
- Reunião de consulta sobre papel e celulose, promovida conjuntamente pela CEPAL e pela FAO, realizada em Santiago do Chile, entre 14 e 15 de março de 1966.

8. CIAP

- Reunião Ordinária do CIAP, e reuniões do BID para descrição do programa de financiamento ao Brasil em 1967, realizadas em Washington, a partir de 1.10.66.
- Reunião anual do CIAP para rever o PAEG, entre 10 e 15 de outubro de 1966 em Washington.
- VIII Reunião do CIAP, realizada em Washington, a partir de 20 de maio de 1966.
- Reunião do CIAP, realizada em Washington, em janeiro de 1966.
- Reunião do CIAP e de Diretores de Organismos de Planificação dos Países Latino-Americanos, realizada em Washington, em abril de 1965.
- Reunião do CIAP, realizada na Cidade do México, em julho de 1964.
- II Reunião ordinária do CIAP, realizada em Washington, em outubro de 1964.

9. CIES - CONSELHO INTERAMERICANO ECONÔMICO SOCIAL

- IV Reuniões do CIES, realizadas em Buenos Aires, a partir de 15 de março de 1966.
- I Reunião do CIES sobre Produtos Manufaturados e Semimanufaturados, realizada entre 7 e 14 de abril de 1965 na Cidade do México.
- Reunião extraordinária do CIES, realizada em Washington, em 28.1.65.

- Reuniões Anuais do CIES, realizadas em dezembro de 1964, em Lima (Peru).

10. COMISSÕES

- Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais reunida no Panamá, de 2 a 15 de setembro de 1964 (VIII Sessão).
- Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena.
- Comissão Especial de Telecomunicações: I Reunião realizada em Washington, entre 25 e 29 de janeiro de 1965.
- Comissão Mista Brasil-Tchecoslováquia: Reunião realizada de 27 de 9 a 6.10.65.
- Comissão Mista Brasil/Rússia: Subgrupo incumbido da análise geral de intercâmbio comercial entre os dois países e ~~exame~~ de possíveis medidas para expandí-lo e diversificá-lo; Subgrupo incumbido do exame das possibilidades soviéticas de fornecimento de máquinas e equipamentos. Reunião em Moscou de 25.11 a 10.12 de 1965.
- Comissão Mista Brasil - Iugoslávia: Subgrupo de Assuntos Comerciais e de Crédito e Grupo de Cooperação entre a Association of Port Enterprises de Rijeka e a Cia. Vale do Rio Doce (período de 16.11 a 22.11.65).

11. CONFERÊNCIAS

- Conferência sobre ajuda e cooperação econômica, realizada na Universidade de Cambridge, entre 4 e 17 de setembro de 1966. Fonte de informação: Of. 312, de 28.3.66.
- Conferência Internacional sobre o Cacau, realizada na ONU, em maio de 1966.
- I Conferência de Ministros da Educação e Planejamento sobre integração do planejamento educacional nos programas gerais de desenvolvimento, realizada em Buenos Aires, em julho de 1966.

12. CONGRESSOS

- III Congresso Hispano-Luso-Filipino de Município de 22 a 25 de novembro 1966 - Brasília.

- IV Congresso da Sociedade Interamericana de Planificação, realizada em Caracas, em novembro de 1966.

13. CONSELHOS

- Conselho Consultivo Internacional do Algodão.

XXV Reunião Plenária, realizada em Genebra.

14. ENCONTROS DIVERSOS

- III Encontro Latino-Americano de Ensino Agrícola, realizado em Piracicaba, São Paulo, em junho de 1966.

15. FAO

- Missão da FAO ao Brasil (7.4.1966).

- II Reunião "Ad-hoc" da FAO sobre fibras duras, realizada em Roma, abril de 1966.

- IX Conferência Regional da FAO, realizada de 5 a 15 de dezembro de 1966, Punta del Este.

- XIII Sessão da Conferência da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e Reunião dos Comitês Técnicos da FAO, de 8 de novembro a 10 de dezembro de 1965.

16. GRUPO DE TRABALHO

- Grupo de Trabalho para proceder a revisão do programa de estabilização e desenvolvimento do Chile.

17. MESA-REDONDA

- Mesa-Redonda promovida pela Fundação Getúlio Vargas e "The Advertising Council Inc", sobre o papel da iniciativa privada numa economia de duplo setor, do tipo brasileira, realizada no Rio em agosto de 1966.

18. MISSÕES DIVERSAS

- Missão Brasileira ao Chile para negociações comerciais com o Govêrno no daquele país em janeiro de 1966, com o propósito de incrementar

relações entre êsse dois países.

- Missão brasileira à Dinamarca para manter negociações com autoridades Dinamarquesas, Copenhague, com o objetivo de acertar a liquidação, a partir de 1968, do Ajuste Bilateral de Pagamentos entre os dois países, previstas para dezembro de 1966.
- Missão brasileira encarregada de negociar a venda de navios de fabricação nacional do México (22.7.66).
- Missão brasileira a Washington para assinar o contrato de empréstimo concedido a ULTRAFERTIL S/A.
- Missão Comercial Espanhola, realizada em dezembro de 1966.
- Missão Econômica do Mundo Árabe para incrementar o intercâmbio-brasileiro com aquela área.
- Missão Especial do Governo brasileiro aos Estados Unidos e à Europa, com o objetivo de negociar créditos bancários para liquidação dos atrasados comerciais brasileiros e reforço das disponibilidades cambiais do País.
- Missão do Governo francês na pessoa de Charles de Chambrum, Secretário de Estado para o Comércio Exterior da França, em junho e julho de 1966.
- Missão japonesa ao Brasil para tratar de assunto de reinvestimento japonês no País, setembro de 1966.

19. PROCOLOS

- Protocolo de cooperação financeira entre o Brasil e a República Federal da Alemanha (Empréstimos na Kreditanstalt).
- Protocolo de cooperação financeira entre o Brasil e Romênia.

20. REUNIÕES DIVERSAS

- XIX Bureau da "Association Internationale de la Sécurité Sociale", (AISS), Genebra 17 e 18 de outubro de 1966.

23a. Reunião Internacional do Açúcar, Londres, outubro de 1966.

- Reunião de trabalho **Inter-regional** sobre Treinamento de Administradores Econômicos no Campo Geral de Desenvolvimento Industrial, de 2

a 10 de setembro, Paris.

21. SEMINÁRIOS

- Seminário Internacional sobre problemas sociais na América Latina, Bellagio, Itália, 1 a 9.10.64.
- Seminário Inter-regional sobre normas de desenvolvimento e planejamento relativos a urbanização, Pittsburgh, Pensilvânia, de 24.10 a 7.11.66.
- Seminário Inter-regional sobre problemas de administração de empresas públicas, realizada em Genebra, sob o patrocínio da Divisão de Administração da ONU, no período de 29.9 a 4.10.66.
- Seminário sobre Planificação e Fomento da Economia Pesqueira na América Latina, realizado em Berlim de 18.4 a 13.5.66.
- Seminário sobre problemas relativos a pequena empresa industrial, realizada em Quito, Equador, em novembro de 1966.
- Seminário sobre Técnicas, Problemas e Normas de Planejamento, Ancara, Turquia, de 6 a 17.9.65.

22. SIMPÓSIO

- II Simpósio Internacional de Turismo, 27 a 30 do corrente em Porto Alegre.

23. USAID

- XV Conferência Interamericana de Subnutrição, a realizar-se no Panamá, de 19 a 25.6.66, com a participação do Setor de Saúde da USAID.
- Convênio USAID e o Governo Brasileiro, celebrado em 13.11.64, para financiamento da Rodovia Rio-São Paulo.
- Missão brasileira ao Chile a fim de apreciar projetos apresentados à USAID, sobre política nacional de desenvolvimento urbano, realizado em outubro de 1966.
- Missão brasileira aos Estados Unidos a fim de apreciar projetos que já foram apresentados à USAID, realizada em outubro de 1966.

- Seminário de Avaliação de Projetos, organizado com a participação FINEP - USAID, com início previsto para 28.3.66, realizado no Rio de Janeiro.

MISSÕES NACIONAIS

- Assistência Técnica para a elaboração do Orçamento-Programa. Criado por deliberação adotada em reunião dos Coordenadores Setoriais do Gabinete do M.P.

- Centro de Processamentos de Dados do Conselho de Segurança Nacional.

- Conferência das Classes Produtoras de São Paulo sobre a Realidade Brasileira.

- I Congresso Brasileiro de Profissionais (Confederação Nacional das Profissões Liberais).

- Congresso de Integração Regional, realizado em Salvador, em setembro de 1966.

- Convênio-Miniplan/Companhia Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins (CIVAT). Criada pela Exp. de Motivos PR 13.82462 nº 53, de 26/3/66 - Autorização para celebrar Convênio com a CIVAT. (D.O. de 4/4/66, p. 3527). Convênio assinado em 30/3/66.

- Convênio Miniplan e a Pontifícia Universidade Católica, para prestação de serviços técnicos específicos. Criado pelo contrato firmado em 6.4.65 publicado no D.O. de 25.5.65.

- Coordenação Nacional do Crédito Rural - CNCR e Fundo Nacional do Refinamento Rural. Criada pelo Dec. 54.019, de 14.7.64 (D.O. de 15.7.64 - p. 6275 - Ret. D.O. de 29.7.64 - p. 6.740).

- Encontro de Geólogos em Porto Alegre, em março de 1966.

- Encontro dos Investidores da Amazônia.

- Encontro de Nível Técnico, na Foz do Iguaçu.

- Encontro de Secretários da Agricultura, em Viçosa M. Gerais, promovida pelo M. da Agricultura.

- Encontro de Secretários da Agricultura das Regiões Norte e Nordeste, realizado em Fortaleza, no Ceará, nos dias 22 e 23 de junho de 1965.
- Junta Interministerial de Controle de Implantação do Cadastro e do Imposto Territorial Rural, previstos no Estatuto da Terra. Criada pelo Dec. 56.799 de 27.8.65.
- Junta Interventora para reestruturação, em caráter transitório, da Cia. Nacional de Navegação Costeira, para evitar solução de continuidade nos serviços e operações de reparos e embarcações. Criada pelo Dec. nº 58.346, de 4.5.66. Mod. Dec. 55.159 de 4.12.66 de Intervenção Federal na Cia Nacional de Naveg. Costeira.
- Mesa-Redonda sobre política habitacional, destinada ao exame do problema da construção de moradias no País, promovida pelo Instituto de Arquitetura do Brasil (período de 27 a 31.7.66).
- Mesa-Redonda sobre Transporte Rodoviário nos dias 16, 17 e 18 de novembro, no Clube de Engenharia.
- Plano de Financiamento de Cooperativas Operárias e fixação de suas normas gerais, constituição e funcionamento. Criado pelo Dec. nº .. 58.377 de 9.5.66 (D.O. de 13.5.66 - p. 5.133).
- Programação Financeira para 1966. Criada pelo Dec. 56.790, de 26.8.65.
- Proposta Orçamentária. Criada pela Circular 28/64 - PE. 34.086/64 nº 28, de 21.4.64.
- I Reunião de Administradores Federais - desig. de representante MP. (7). Criada pela Port. 01 de 19.1.66.
- Reuniões para análise do esquema de financiamento de bens de consumo pelo IAPI aos seus associados, realizadas em 22.7.65 e 22.9.65, com os Ministros da Indústria e Comércio e do Planejamento.
- III Reunião do Conselho de Reitores das Universidades do Brasil, realizada em Recife, em 11.8.66.
- VI Reunião de Coordenadores Regionais do Programa Intensivo de Preparação de Mãos-de-Obra Industrial.
- Reunião para estudar a posição do Governo brasileiro em face do projeto do Fundo Especial das Nações Unidas, relativo ao desenvolvi-

mento da Bacia da Prata, realizada em 30.4.65.

- Reunião do Gabinete do Ministro da Agricultura sôbre problemas relacionados com a indústria de fertilizantes.
- Reuniões com Industriais em São Paulo, realizadas naquela capital, no período de 24 a 26 de março de 1965.
- III Reunião Nacional de Técnicos em Pesquisas sôbre a Poça Marítimo de 22 a 27 de novembro.
- V Reunião dos Presidentes do Conselho de Representantes e Diretores das Escolas Técnicas e Industriais, realizada em 1966.
- Reunião dos Secretários de Agricultura na Guanabara.
- Reunião de Secretários da Agricultura no Nordeste e Norte.
- Seminário de Desenvolvimento Estadual.
- Seminário sôbre Polos de Desenvolvimento, Recife, 1966.
- Simpósio Nacional da Indústria de Construção, promovida pela Federação das Indústrias no E. da Guanabara, no período de 12 a 14.10.65
- Simpósio sôbre Pesquisas Rodoviárias.

- CONSELHOS

Conselho de Administração do Banco Nacional de Habitação. Sub: Banco Nacional de Habitação. Criação: Lei nº 4.380, de 21.8.64.

- Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso - CCTAP. Criado pelo Dec. 56.979, de 1.10.65.
- Conselho Consultivo do Planejamento (CONSPLAN) Sub: Presidência da República. Criado pelo Dec. 55.722 de 2 de fevereiro de 1965.
- Conselho Curador da Fundação Rural mineira.
- Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Criado pela Lei 5.107 del 3.9.66.
- Conselho Deliberativo do Instituto Nacional do Cinema. Criado pelo Dec.-Lei nº 43, de 18.11.66.
- Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Criado pela Lei nº 4.239, de 27.6.63.

Conselho Federal de Educação.

- Conselho Monetário Nacional. Criado pela Lei nº 4.595, de 31.12.64.
- Conselho Nacional de Comércio Exterior - CONCEX. Criado pela Lei nº 5.025, de 10.6.66
- Conselho Nacional de Cooperativismo, Criado pelo Decreto-lei nº 59, de 21.11.66.
- Conselho Nacional da Política Salarial. Reorganizado p/Dec.54.018, de 14.7.64.
- Conselho Nacional de Transporte. Criado pela Lei 4.563, de 11.12.64 - Dec. de 12.1.65.
- Conselho Nacional de Seguro Privados - CNSP. Criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66. Art. 32).
- Conselho de Orientação do Centro de Pesquisas Habitacionais - CEPHAB.
- Conselho de Política Aduaneira. Criado pela Lei nº 3.244 (D.O. de 14.8.57).

Terceira Parte

LEGISLACAO

EXPOSICAO DE MOTIVOS.

O Ministro Roberto de Oliveira Campos submeteu à aprovação do Senhor Presidente da República várias Exposições de Motivos. Destacamos abaixo as principais, citando os diplomas legais a que se referem:

19/64 Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964

Altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos.

s/n Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (B.N.H.), e Sociedade de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

29/64 Lei nº 4.470, de 12 de novembro de 1964.

Revoga o art. 8º da Lei 4.370, de 28 de julho de 1964, dispensando a instalação de Delegacias do Tribunal de Contas, nas Autarquias.

35/64 Lei nº 4.457, de 6 de novembro de 1964.

Eleva o limite das autorizações concedidas ao Poder Executivo. pela lei 1.518, de 24 de dezembro de 1951, para contratar créditos ou dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior.

37/64 Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Regula as incorporações imobiliárias.

39/64 Lei nº 4.441, de 29 de outubro de 1964.

Altera a Lei 3.750, de 11 de abril de 1960, consignando, anualmente, em favor da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, uma dotação correspondente a valor nunca inferior a 15 bilhões de cruzeiros, ao preço de 1964.

42/64 Lei nº 4.602, de 18 de março de 1965.

Dispõe sobre fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais.

- 44/64 Emenda nº 10, de 9 de novembro de 1964.
Emenda Constitucional visando à implantação da Reforma Agrária.
- 46/64 Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.
Dispõe sobre o Estatuto da Terra.
- 26/65 Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965.
Define o crime de sonegação fiscal e autoriza a utilização de sinais exteriores para impugnação de declarações de rendimentos e arbitramento da renda dos contribuintes.
- 27/65 Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965.
Cria estímulos ao aumento da produtividade e a contenção dos preços.
- 37/65 Lei nº 4.676, de 16 de junho de 1965.
Modifica as leis que dispõem sobre o Fundo Federal de Eletrificação e sobre a distribuição do Imposto Único sobre Energia Elétrica.
- 58/65 Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965.
Estabelece normas para o julgamento dos dissídios coletivos, revisões ou homologações de acordos coletivos de trabalho.
- s/n Lei nº 4.772, de 13 de julho de 1965.
Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.
- 106/65 Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965.
Cria medidas de estímulo à indústria de construção civil.
- 114/65 Lei nº 4.884, de 9 de dezembro de 1965.
Concede auxílio à Fundação do Bem Estar do Menor.
- 137/65 Lei nº 4.917, de 17 de dezembro de 1965.
Isenta de imposto de importação e outras contribuições fiscais, os alimentos de qualquer natureza e outras utilidades adquiridas mediante doação pelas instituições que se dedicam à Assistência Social.
- 156/65 Lei nº 4.863, de 24 de novembro de 1965.
Dispõe sobre reajustamento de vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação,

consumo e sêlo da quota de previdência social e unifica as contribuições baseadas nas fôlhas de salário.

360/65 Lei nº 4.923, de 29 de dezembro de 1965.

Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados.

13/66 Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966.

Introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação.

15/66 Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.

Fixa normas de Direito Agrário e dispõe sobre o sistema de organização e funcionamento do IBRA.

62/66 Decreto-lei nº 6, de 14 de abril de 1966.

Determina a realização, em três etapas, no ano de 1966, do reajustamento dos alugueis contratados antes da lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

66/66 Lei nº 5.228, de 18 de janeiro de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 40 bilhões, em reforço do Fundo Federal de Eletrificação.

74/66 Lei nº 5.229, de 18 de janeiro de 1967.

Autoriza o Ministério da Fazenda a efetuar a doação de obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ao Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social - MUDES.

81/66 Lei nº 5.144, de 20 de outubro de 1966.

Autoriza a abertura de crédito especial para atender ao pagamento de obras rodoviárias constantes do programa de construção, pavimentação e restauração de rodovias do Plano Nacional de Viação.

96/66 Lei nº 5.147, de 20 de outubro de 1966.

Retifica o Anexo I, da Lei 4.869, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste.

- 109/66 Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967.
Dispõe sobre a política econômica da borracha e regula a sua execução.
- 110/66 Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966.
Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia S/A, em Banco da Amazônia S/A.
- 133/66 Ato Complementar nº 18
Complementa disposição do art. 4º e seu § único do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1955 (competência exclusiva do Presidente da República para aumentar despesas).
- s/n Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966.
Estabelece normas e critérios para a uniformização dos reajustes salariais.
- 141/66 Decreto-lei nº 17/66, de 22 de agosto de 1966.
Altera o Decreto-lei nº 15/66, que estabelece normas e critérios para uniformização dos reajustes salariais.
- 153/66 Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966.
Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica.
- 154/66 Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.
Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criando a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e extinguindo a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA.
- 179/66 Decreto-lei nº 59, de 21 de novembro de 1966.
Define a política nacional de cooperativismo e cria o Conselho Nacional de Cooperativismo.
- 180/66 Decreto-lei nº 45, de 18 de novembro de 1966.
Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico a criar uma sociedade por ações, que incorporará o FINAME.
- 181/66 Decreto-lei nº 60, de 21 de novembro de 1966.
Reorganiza o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.
- 182/66 Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966.
Altera a legislação relativa ao Imposto Único sobre combustíveis lí-

quidos e gasosos e lubrificantes.

184/66 Decreto-lei nº 62, de 21 de novembro de 1966.
Altera a legislação do Imposto de Renda.

335/66 Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.
Cria o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

345/66 Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966.
Cria o Instituto Nacional do Cinema, torna da exclusiva competência da União a censura de filmes, estende aos pagamentos no exterior de filmes adquiridos a preços fixos o disposto no art. 45 da Lei 4.131, de 9/11/62 e prorroga por 6 meses dispositivos de legislação sobre a exibição de filmes nacionais.

896/66 Decreto-lei nº 63, de 21 de novembro de 1966.
Altera a Tarifa das Alfândegas que acompanha a Lei 3.244 de 1/8/57.

s/n Decreto-lei nº 48, de de novembro de 1966.
Dispõe sobre intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

Quarta Parte

1967 - O ANO DA MATUREZA

Ainda é cedo para se prever os resultados completos a se concretizarem a prazos médio e longo da política econômico-financeira implantada no País com a Revolução de 31 de março de 1964. A leitura deste Relatório indica não ter cuidado o Governo de soluções paliativas nem de programas a curto prazo; ao contrário, com os olhos postos no futuro, traçou um plano de ação com o objetivo básico de modernizar as instituições e reforçar a infraestrutura, a fim de que o desenvolvimento brasileiro, antes sujeito a oscilações de sabor pessoal e conjuntural, se tornasse auto-sustentável.

Certamente os resultados não foram espetaculares, em termos de crescimento, porque o crescimento era apenas uma das finalidades perseguidas pela nova política econômica, paralelamente à recuperação do balanço de pagamentos e ao combate gradativo à inflação. Tendo herdado dos governos anteriores uma série de problemas que impediam o livre curso do processo econômico, o Governo fez desde logo uma opção: entre o surto episódico de progresso, mas sem sustentação interna e externa, e um crescimento regular em bases sadias, preferiu este último.

Os êxitos parciais alcançados na política antiinflacionária, na retomada da taxa de desenvolvimento através a injeção maciça de investimentos públicos, e na correção de distorções que constituíam pontos de estrangulamento quase crônicos, apontam para 1967 perspectivas mais favoráveis. Essa previsão baseia-se sobretudo nos principais itens de investimentos contidos no Orçamento-Programa para este ano, e no Orçamento Monetário. A taxa da expansão dos meios de pagamento admitida para 1967 é de 15%, contra 19% em 1966.

O ano de 1966 ainda foi afetado pelo transbordamento excessivo da expansão monetária de 1965, mas apresentou, pela primeira vez, um fator favorável, ou seja, a coordenação entre a política monetária, a política fiscal e a política salarial. A expansão monetária ficou contida nos limites de 19%, enquanto o custo de vida subia a 41%. Dois fatores contribuíram para esse desequilíbrio:

1. O citado transbordamento da expansão monetária de 1965, que foi de 57% para uma alta de preços em torno dos 45%.
2. A má performance da agricultura, por contingências climáticas, sobretudo de alguns artigos básicos, como o arroz,

o feijão e o milho - e a liberação dos preços da carne a fim de provocar reação favorável do lado da oferta.

Com efeito, entre 31-12-64 e 31-12-65, os meios de pagamento cresceram em 76%, contra 18,8% entre 31-12-65 e 31-12-66, enquanto o custo de vida na Guanabara, tomado como modelo aproximado da alta de preços em todo o País, apresentava as variações de 45,4% e 41,1%, respectivamente. As transposições para o ano seguinte, dos excedentes do meio circulante explicam a falta de resultados mais positivos na contenção dos índices de custo de vida. Além disso, o Governo preferiu retardar um pouco a sua política de desinflação progressiva, a fim de atender às crescentes necessidades de investimentos em setores prioritários.

SANEAMENTO DAS FINANÇAS

A reorganização das Finanças Públicas não foi trabalho fácil, pois, dentro do gradualismo eleito pelo Governo para o combate à inflação, teriam de ser reduzidos os desequilíbrios financeiros a montantes suportáveis pela economia, mantendo-se ao mesmo tempo, um nível de investimentos públicos indispensáveis à continuidade de projetos fundamentais ao desenvolvimento.

O deficit potencial em abril de 1964 foi estimado em 2 trilhões de cruzeiros, 20% superior à receita prevista para o exercício. Através de forte plano de contenção de despesas, de um aumento de tributação e transferências de algumas despesas para 1965, preparou-se nova programação de Caixa, que reduziu o deficit previsto para 750 bilhões de cruzeiros, apesar do aumento de cerca de 130% concedido ao funcionalismo. O exercício foi encerrado com um deficit de 760 bilhões, equivalente a 38% da Receita, o que já significava apreciável progresso em relação a 1963, quando o deficit atingiu a 54% da Receita. Em relação ao Produto Nacional Bruto, o deficit de 1964 representou 3,9% contra 5,1% em 1963.

Devido ao alto grau de vinculações orçamentárias (aproximadamente 56%) e com todo o impacto do aumento do funcionalismo em 1965, o Governo obteve do Congresso uma lei orçamentária com receita estimada de 3 trilhões de cruzeiros, e uma Despesa de 3 775 bilhões, prevendo-se, assim, um deficit orçamentário de 775 bilhões. Elaborou-se uma programação que limitaria o deficit a 700 bilhões de cruzeiros. A execução orçamentária de 1965 revelou-se mais do que satisfatória: o deficit foi de 580 bilhões, equivalen-

lente a 18% da Receita, e 1,8% do PNB, tendo sido colocadas 324 bilhões de Obrigações do Tesouro, 53% do deficit. Na verdade, a colocação de letras junto ao público e o aumento de depósitos das autarquias (recursos não utilizados), fez com que o deficit de 1965 não tivesse impacto inflacionário.

Em 1966 os progressos continuaram. Tendo sido aprovada uma lei orçamentária com um deficit de 300 bilhões de cruzeiros a ser financiado com uma colocação potencial de Obrigações no mesmo montante, foi concedido um aumento no funcionalismo a partir de janeiro de 1966, parte do qual seria financiada por um aumento de impostos. Programou-se um Orçamento de Caixa em que aparecia um desequilíbrio de 420 bilhões de cruzeiros, os quais seriam financiados por 300 bilhões de cruzeiros de colocação de Obrigações (70% do deficit), restando um impacto inflacionário de 120 bilhões de cruzeiros, apenas. A execução do Orçamento revelou para 1966 um deficit de 500 bilhões de cruzeiros, 6,6% da Receita e 1,1% do PNB.

Votado e sancionado o Orçamento para 1967, iniciou-se a programação de Caixa do Tesouro. O Orçamento de 1967 apresenta características novas, já que a Reforma Tributária foi iniciada em janeiro. A transferência de recursos para os Estados e Municípios (20% do Imposto de Renda e de Consumo), a eliminação do Imposto do Sêlo e o aumento do funcionalismo, tornaram a programação sumamente delicada. Prevê-se uma Receita de 6.650 bilhões de cruzeiros e uma Despesa de 7.203 bilhões, na qual está incluída a transferência de 1.050 bilhões, para os Estados e Municípios, por obrigação constitucional. O deficit previsto, de 553 bilhões, será financiado em pelo menos 353 bilhões de cruzeiros, através da colocação líquida de Obrigações, restando 200 bilhões a serem financiados pelo Banco Central. O saneamento continua: o deficit previsto representará 8,3% da Receita e 0,9% do PNB.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Apesar dos cortes de despesas realizados no Orçamento de 1964, a fase de transição por que passou a Administração federal no ano, e de fato de as negociações externas terem sido praticamente reiniciadas então, portanto sem qualquer novo desem-

bólso importante, conseguiu-se um razoável volume de despesas de capital, que somaram 1 384,8 bilhões de cruzeiros, principalmente devido ao desembólso dos órgãos descentralizados, que tinham importantes projetos já em andamento.

Não obstante o fluxo de recursos em 1965 ter sido, em termos reais, 59% superior às aplicações de 1964, a fase de reorganização e institucionalização a que a administração foi submetida fez com que as aplicações superassem em 23% as de 1964, em termos reais. As aplicações de 1966 devem ter atingido a cifra de 3 470 bilhões de cruzeiros, 33% superior às de 1965. O primeiro programa de 1967 é de 4 992,4 bilhões de cruzeiros, em princípio. Se realizado em 85%, como nos anos anteriores, terá alcançado o mesmo nível de 1966, em termos reais.

Esse programa preliminar de investimentos públicos federais para 1967 prevê, entre outros, os seguintes itens em bilhões de cruzeiros: energia, 622,3; petróleo, 518,9; rodovias, 552,5; ferrovias, 248,4; agricultura, 217,4; indústria e mineração, 827,1; educação, 264,6; saúde e saneamento, 167,1; habitação, 627,9; transportes marítimos e portos, 162,1.

Para 1967, os fatores básicos de política monetária, política fiscal e política salarial deverão continuar sob controle. Não haverá transbordamento monetário capaz de reduzir o programa restaurador em que o País se acha empenhado nesses últimos três anos. Por outro lado, o panorama agrícola afigure-se substancialmente melhor, apesar da seca ocorrida entre meados de novembro e princípios de dezembro passado. A reativação do setor agrícola faz prever um abastecimento mais racional e dinâmico.

Acresce ainda que do lado da procura os fatores principais estão sob controle, e a oferta reagiu favoravelmente. Conclui-se que a inflação deverá ser menor. A excitação altista verificada no começo do ano, devido à incompreensão que cercou o novo Imposto de Circulação de Mercadorias, em substituição ao obsoleto Imposto de Vendas e Consignações, não pode ter longa duração, por não existir combustível monetário. Em outras palavras, há resistência do comprador, por falta de poder aquisitivo excessivo. A ausência de expansão monetária em 1967 impede, assim, condições de sustentação da inflação de preços ainda presentes em 1966.

Na área do desenvolvimento, tudo indica estar, havendo

uma retomada do interesse por parte dos investidores nacionais tendo em vista os projetos incrementados na área da SUDENE, e da SUDAM e da Comissão de Desenvolvimento Industrial. Inclusive no Sul do País, onde o programa de investimentos públicos e privados não apresenta o caráter prioritário de que revestem no Nordeste, os projetos da Comissão de Desenvolvimento Industrial quintuplicaram de valor, no ano passado, em relação a 1965: 198 bilhões de cruzeiros contra 1 trilhão e 11 milhões de cruzeiros, respectivamente, o que implica num aumento de 250% em termos reais.

A título de ilustração, vejamos as realizações mais recentes em dois setores altamente prioritários no esquema de desenvolvimento brasileiro.

PETRÓLEO

Ao eliminar os subsídios que mantinham artificialmente baixos os preços do petróleo e seus derivados, o Governo, deu passo decisivo em defesa do orçamento da Petrobrás.

As despesas de capital da Petrobrás, em 1966 ultrapassaram 460 bilhões de cruzeiros, graças à concentração, na empresa estatal, dos recursos antes pulverizados por via dos subsídios. Daquele total, as obras absorvem 225 bilhões de cruzeiros e os equipamentos - cerca de 90% adquiridos no mercado interno - perfazem 186 bilhões de cruzeiros, divididos entre compras da Petrobrás para uso próprio e encomendas à indústria, decorrentes de fornecimento de óleo bruto.

Em virtude da descentralização administrativa operada pelo atual Governo na Petrobrás, sua Diretoria e o Conselho de Administração ficaram mais livres para a tomada de decisões prontas de alto nível, as quais estavam sujeitas, antes, a um processo de engarrafamento. Essas medidas se refletiram sobremaneira no crescimento da produção de óleo bruto em 1966: após quase cinco anos de completa estagnação no nível dos cem mil barris diários, às vezes atingido somente à custa de lavra predatória dos campos, registrou-se grande progresso nos trabalhos de pesquisa e lavra, particularmente após o início das perfurações no Campo de Miranga, na Bahia, e no Campo de Carmópolis, em Sergipe.

Ainda a respeito deste setor, foram concluídos, em 1966, os investimentos que melhoraram as condições operacionais da Refinaria Duque de Caxias e ampliaram sua capacidade de

processamento para 24 000 metros cúbicos por dia (cêrca de 150 mil barris), índice alcançado em dezembro de 1965. A Refinaria Gabriel Passos absorveu no ano passado recursos da ordem de 17 bilhões de cruzeiros: a aceleração de suas obras teve início efetivo no segundo semestre de 1964, ano em que os dispêndios acumulados somaram 10,2 bilhões de cruzeiros, subindo a 16,4 bilhões durante 1965. A Refinaria Alberto Pasqualini absorveu em 1966 recursos equivalentes a 21 bilhões de cruzeiros em 1965 foram acelerados os trabalhos de construção do oleoduto, do terminal marítimo e da base de provimento, somando os investimentos já realizados, 29 bilhões de cruzeiros, que se aproximaram de 50 bilhões de cruzeiros, com os dispêndios em 1966. Na Refinaria Presidente Bernardes, a Petrobrás deu prosseguimento a programas de investimentos, a fim de concluir este ano as obras das novas unidades de Pré-Fracionamento, Recuperação de Aromáticos, Reformas Catalítica, Pirólise de Etano e obras auxiliares, visando ao aumento de sua produção no setor de petroquímica.

O Presidente da República inaugurou em meados do ano passado as fábricas de asfalto de Fortaleza e da Bahia, com capacidade de produção de 90 mil t de asfalto por ano, cada unidade. O Conjunto Petroquímico Presidente Vargas, cuja principal unidade é a Fábrica de Borracha Sintética, recebeu, no ano passado, recursos no valor de 18,5 bilhões de cruzeiros, para a expansão de sua capacidade de produção. Por fim, o Governo inaugurou o Oleoduto de Carmópolis, que absorveu em 1966 recursos de 11 bilhões de cruzeiros. O Terminal Marítimo de São Sebastião, oficialmente Terminal Almirante Barroso, absorveu, também no ano passado, recursos de 25,5 bilhões: todas as obras ligadas à parte marítima do Terminal já estão concluídas.

ENERGIA ELÉTRICA:

No Setor de Energia Elétrica, todos os projetos que compõem o grande programa brasileiro de eletrificação estão com seus cronogramas de obras perfeitamente atualizados, o que significa que a marcha dos trabalhos pode justificar a antecipação da data de cumprimento efetivo do plano. Não seria exagêro prever uma potência instalada de 13 milhões de kW, em 1972, a julgar pela aceleração de vários projetos.

No grupo das empresas subsidiárias da Eletrobrás, Furnas gastou, em 1966, com investimentos, 83,8 bilhões de cruzeiros Paulo Afonso, 92,1 bilhões; Vale do Paraíba, 80,3 bilhões; Paulista de Força e Luz, 75,3 bilhões. No Grupo de empresas associadas da Eletrobrás, entre os investimentos realizados em 1966 destacam-se os seguintes: Urubupungá (CELUSA), 227,7 bilhões de cruzeiros; Rio Pardo, 57,2 bilhões; Goiás (CELG) , 38,6 bilhões; Rio Grande do Sul, 34,2 bilhões; CEMIG (Minas), 33,2 bilhões; CELF (Fluminense), 25,5 bilhões; Mato Grosso, 24,6 bilhões; Amapá, 23,1 bilhões; Boa Esperança, 20,0 bilhões. Esses gastos dão o caráter nacional do programa.

Nunca, na história do País, foram mais fortes ou impulsos de crescimento energético. Concluído o programa de execução, o Brasil estará na faixa das nações de segundo nível em produção de energia elétrica, ou seja: figurará ao lado da Espanha, Tchecoslováquia, Austrália, Polônia, Holanda e mais umas poucas nações. Com a compra das empresas do grupo AMFORP, o Governo ampliou de modo considerável o patrimônio da Eletrobrás, e ao mesmo tempo desobstruiu o caminho à expansão dos investimentos da empresa estatal. Disso dão prova a expansão da usina de Pireto e a construção da usina de Estreito. A Eletrobrás é hoje uma super-empresa, com capital social de 400 bilhões de cruzeiros e possuindo bens de valor muito mais alto do que aquela cifra exprime.

FATORES DE ATIVAÇÃO ECONÔMICA

Um ligeiro retrospecto na história política e econômica do País revela que entre 1962 e 1963 o programa de investimentos esteve praticamente abandonado. 1964 foi um ano de transição. Em 1965 reiniciou-se o exame de projetos, e no ano passado eles foram aprovados e iniciados. 1967 será o ano de maturação dos projetos de 1966, sobretudo no setor de alumínio, petroquímica e metais não ferrosos.

O programa de reforço da infra-estrutura executado pelo Governo do Marechal Castello Branco pode ser consubstanciado em cinco itens principais:

1. Aceleração dos investimentos na área da SUDENE.
2. Retomada de projetos de investimentos, considerados globalmente.
3. Aceleração de saques de empréstimos internacionais anteriormente contratados.
4. Manutenção de um ritmo elevado de investimentos públicos que ofereceu desde logo a perspectiva de ativação econômica.
5. Aceleração da indústria de construções civis. Somente em 1966 o Banco Nacional de Habitação entrou em franco processo de demaragem. Graças ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, o BNH terá doravante seus recursos triplicados, achando-se em condições de dinamizar os seus vários programas, entre eles o Programa Impacto, o Projeto de Cooperativas, o Programa de Hipotecas e o de Sociedades Imobiliárias.

No momento, constata-se ligeira recessão do setor industrial, habitual na primeira fase do ano. A indústria brasileira caracteriza-se por uma ativação no segundo semestre do ano, após um período de esmorecimento nos dois primeiros meses. Tudo indica que ela se possa desenvolver normalmente em 1967. Sobretudo porque, havendo melhores colheitas, haverá maior produção de renda rural, portanto uma procura maior de produtos industrializados. O nível de investimentos dará boa ocupação a certas indústrias, como a de materiais de construção e a indústria pesada. A indústria de bens de consumo é que provavelmente continuará enfrentando certas dificuldades, porque desapareceu a procura especulativa e a inflação não foi suficiente para reativá-la.

EXPORTAÇÕES:

No setor das exportações de manufaturados, bastante intensa em 1965 devido à grande procura de aço na Argentina, o Governo cuidou, no primeiro trimestre de 1967, de criar vantagens para os exportadores, particularmente sob a forma de dispensa de impostos.

O EPEA publicou, recentemente estudo sobre as projeções das exportações (inclusive serviços), para o período 1966/1975, com vistas do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social. Os resultados - que oferecem uma antevisão das mais interessantes - foram obtidos através de duas metodologias. A designada como Nível I deve ser aceita como representando o mínimo de possibilidades de exportação, tanto para os produtos primários, como para os manufaturados. Isto porque a metodologia é fortemente assentada na aceitação da continuação de idêntica participação média brasileira nos totais das exportações mundiais de produtos agrícolas, e para os minérios de ferro e manganés (incluídos no grupo de produtos primários) e produtos manufaturados tomou-se, respectivamente, os investimentos programados pelas principais empresas do setor, para atender contratos de venda já realizados e continuação de idêntica tendência de crescimento da exportação de manufaturados, após dedução de efeitos que influíram principalmente no crescimento observado após 1960, quais sejam: efeito da ALALC, efeito da distorção das taxas de câmbio e efeito da depressão interna. Observe-se, ainda, que na projeção de alguns produtos agrícolas, a exemplo do café, cacau e açúcar, foram usadas as informações e as tendências providas pelos acordos internacionais, além de terem sido projetados os preços de todos os produtos agrícolas, o que tendo a subestimar os resultados, uma vez que muitas das tendências têm sido de queda nos últimos anos, e o campo de observações foi relativamente pequeno (média de 10 anos).

Quanto ao Nível II, pode perfeitamente ser recebido como representativo das nossas possibilidades máximas no setor, uma vez que foi admitida nesta metodologia a possibilidade de incremento da participação brasileira nas exportações mundiais de produtos agrícolas. Para os minérios de ferro e produtos manufaturados, o trabalho admite, respectivamente, a plena utilização da capacidade

de embarque nos portos específicos e a continuação da tendência de crescimento da participação da exportação de manufaturas na produção doméstica, supondo que esta última cresça a um nível de 6% ano.

Também para os produtos manufaturados foi tentada uma terceira metodologia, mais sofisticada que as duas anteriores, tendo sido empregadas ofertas e demandas de produtos individuais que se sobressaíram neste grupo durante os últimos quatro anos (1960/64). Entretanto, os resultados não foram considerados nos resultados globais, uma vez que os poucos produtos que puderam ser estudados (devido à dificuldade de dados estatísticos) apenas respondem por 20% do total das exportações dos grupos 5,6,7 e 8 da N.B.M.

ACÚCAR

A tendência da queda de preços internacionais do produto, devido principalmente à substituição por sucedâneos locais, tende a tornar menor a participação futura deste produto na receita das exportações brasileiras. As projeções do setor indicaram para 1970 e 1975 um crescimento de quantidade a ser exportada em relação a 1963. Mas a tendência da queda do produto no mercado livre provêrá apenas de US\$ 53,029,000 a US\$ 69,657,000, em 1975, próximo aos resultados para 1970, de US\$ 53,958,000 a US\$ 64,929,000, respectivamente nos níveis I e II. Ressalte-se, entretanto, que o mercado preferencial norte-americano poderá sustentar os preços aos níveis atuais, já que o produto é comercializado na base de acordos, com quotas atribuídas aos países fornecedores, e estando o Brasil com participação crescente naquele mercado preferencial.

ALGODÃO

As projeções foram realizadas apenas com a metodologia do nível I por não terem sido encontrados resultados satisfatórios para a projeção da oferta nacional.

Os preços internacionais para o produto brasileiro também têm apresentado tendência à queda, com um aumento de quantidade exportada. Os valores de US\$ 124,235,000 e US\$ 144,215,000 respectivamente para 1970 e 1975, foram fortemente influenciados pela tendência passada.

ARROZ

A grande diferença entre os dados projetados - Nível I 1970: US\$ 2,536,000; 1975 - 2,717,820; Nível II 1970 US\$101,389,500; 1975 - 61,008,000 - deve-se primordialmente à irregularidade das exportações brasileiras no passado e às ótimas possibilidades que enfrentamos no mercado mundial do produto. O campo de possibilidades, variando de 2 a 100 milhões de dólares, indica que as oportunidades deste produto no exterior não têm sido aproveitadas. Interessante é observar que as projeções realizadas pela "Coverdale and Coeffitts" situam a exportação do produto em 1971 em cerca de 600 mil t., enquanto a metodologia do EPEA resultava num saldo exportável de quase 2 milhões de toneladas para o nível II, isto para 1970.

BANANA

O nível I apresentou um resultado aproximado ao encontrado pelo estudo da "Coverdale and Coeffitts", cerca de 280 mil a 320 mil toneladas, respectivamente para 1970 e 1975, perfazendo receitas aproximadas de US\$ 14 milhões e US\$ 13 milhões, devido à tendência da queda de preços internacionais. Ao nível II estas cifras passam a ser, respectivamente, 903 mil e 667 mil toneladas, e US\$ 29,500,000 e US\$ 24,300,000.

CACAU

As projeções deste produto somente foram realizadas em um nível, com base nos estudos da CEPLAC. Os resultados mostraram receitas de US\$ 76,734,000 e US\$ 93,935 milhões de dólares, respectivamente para 1970 e 1975, admitindo-se manutenção dos níveis atuais de preços internacionais.

CAFE

Produto comercializado na base de acordo, admite-se um crescimento da quota brasileira da ordem de 2% ao ano, taxa aceita pelo IBC e pelo Banco Mundial, e proporcional ao aumento da demanda mundial. Se o acordo do café continuar a operar, supõe-se que venha vigorar o preço mínimo do mecanismo "quota-preço" instituído na

lo OIC - 38 a 44 libra pêso - ter-se-á US\$ 662,951,000 e US\$
731,956,000, respectivamente para 1970 e 1975. Os limites máximos
seriam os derivados da vigência de preços máximos do acôrdo: US\$...
947,074,000 e US\$ 1,045,651,000.

CARNE BOVINA

As elaborações do Nível II neste produto mostraram que o País necessitaria importar para satisfazer à demanda interna. No entanto, os resultados do Nível I apresentaram receitas em dólares da ordem de US\$ 8 e US\$ 9 milhões, respectivamente para 1970 e 1975. O setor apresenta enormes possibilidades no mercado internacional, e os investimentos programados, se realizados, em muito poderão alterar o atual quadro.

Estudos realizados pelo Banco Mundial apresentam posição ben otinista quanto as possibilidades a partir de 1970, admitindo que as exportações do produto e seus derivados possam atingir US\$ 250 milhões, já que o produto é competitivo no mercado internacional aos níveis de preços e taxa de câmbio existentes em maio de 1965.

FUMO

As exportações de fumo deverão atingir totais situados entre 40 e 140 mil toneladas, em 1970, já que o mercado é competitivo para o Brasil, além da boa aceitação do produto e restrições atuais contra o produto cubano, especialmente charutos. O preço admitido foi de US\$ 447 a tonelada para 1970 e US\$ 386 a tonelada para 1975, estando previstos para 1965 os limites de 55 a 185 mil toneladas, aproximadamente.

LARANJA

Outro promissor produto na pauta exportadora, especialmente o suco industrializado, já que no mercado europeu as condições de competição são duríssimas para o produto brasileiro "in natura", enfrenta a produção africana e a israelense. Apenas foram realizados estudos com o Nível I, obtendo-se previsões de receita da ordem de US\$ 27 milhões e US\$ 43 milhões, respectivamente para

1970 e 1975. Os resultados do Nível I, não foram satisfatórios, já que apresentaram um excessivo saldo exportável.

MILHO

Produto com excelentes oportunidades no mercado internacional, por se apresentar a safra brasileira em período diferente dos principais competidores, quando os preços internacionais são mais elevados. Entretanto, o comportamento da demanda doméstica tem de absorver a produção que ainda não está orientada para o setor externo. Estudos superficiais mostraram que o Brasil poderia obter cerca de US\$ 100 milhões anuais com a atual produção, bastando tirar vantagem da diferença de preços nos períodos de safra e entre-safra. Tal diferença tem variado de 5 a 10 dólares por tonelada.

As projeções do setor situaram as exportações em torno de 230 a 310 mil toneladas, respectivamente para 1970 e 1975 ao preço de US\$ 50 por tonelada, que é, evidentemente, uma estimativa pessimista, à vista do que se poderia conseguir com uma política adequada.

ÓLEO DE MAMONA

É outro produto que, juntamente com babaçu, amendoim, soja e caroço de algodão, poderá prover consideráveis receitas em dólares para o País. Os resultados obtidos representam a continuação da tendência passada, e, com uma política mais agressiva nesses produtos, facilmente crescerá a sua participação na pauta exportadora. As projeções mostram as seguintes cifras: Nível I 1970 US\$ 22,390,000; 1975 US\$ 28, 818,000; Nível II 1970: US\$ 23,642,000; 1975 US\$ 20,081,000.

PINHO SERRADO

A falta de dados para o estudo sobre pinho obrigou a EPEA a trabalhar com madeira serrada, já que são conhecidos os dados para esta classe mais genérica, e as exportações de pinho representam 95,6% do total exportado de madeira serrada. A seguir foram extraídas as projeções para o pinho serrado, com base no comportamento deste produto nas exportações de madeira serrada.

seguintes as cifras encontradas: Nível I-1970: US\$ 53,923,000; 1975: US\$ 72,030,000; Nível II-1970- US\$ 69.767,000: 1975: US\$ 71.853.000.

SISAL

As projeções indicaram uma tendência de constância dos níveis de exportação do produto. As projeções para o Nível I acusaram: 1970 - US\$ 32.681,000; 1975-US\$ 21,275,000, e para o Nível II, US\$ 42.436,000 e US\$ 50.856,000, respectivamente.

MINÉRIO DE FERRO

As projeções das exportações deste produto foram baseadas nos contratos já realizados pela Cia. Vale do Rio Doce, no que se refere ao Nível I, tendo atingido 150 e 160 milhões de dólares, respectivamente para 1970 e 1975.

Para o Nível II foram considerados os investimentos programados por aquela Companhia, que participa com 80% no total exportado, observando a possibilidade de expansão do setor de minério de ferro, concluindo com 204 e 242 milhões de dólares, respectivamente para 1970 e 1975.

MANGANES

A receita cambial proveniente da exportação deste minério foi projetada para US\$ 24,750,000, admitindo-se que permaneça constante até 1975. Praticamente as exportações são realizadas somente da produção proveniente do Amapá, e a Companhia concessionária da exploração (ICOMI) não tem em vista plano algum de expansão.

MANUFATURAS

Quanto às manufaturas - diz o relatório do EPEA - tornou-se difícil um estudo mais tecnicamente elaborado, devido principalmente às incertezas no comportamento da demanda interna e no desenvolvimento da ALALC, sem ignorar as oportunidades que têm surgido nos mercados mais desenvolvidos.

"Julgamos, entretanto, que devido à análise corrente entre vários economistas - os quais aceitam a atual posição da indústria brasileira como desfrutando de rendimentos crescentes oriundos

das economias de escala - as possibilidades de futura competição nos mercados internacionais tornam-se favoráveis, o que poderá prover ainda um substancial incremento das exportações deste item em um prazo relativamente médio. O comportamento da demanda interna terá ponderável influência na exportação de manufaturas até 1970, mas acredita-se que o valor médio de US\$ 163 milhões para os dois níveis estudados seja um resultado razoável".

TRANSPORTES

As projeções do setor indicaram aproximadamente 65 e 75 milhões de dólares, respectivamente para 1970 e 1975. Tal conta tende a melhorar de forma substancial, à medida que novos navios são incorporados à frota brasileira de longo curso. Após terminados os trabalhos realizados no GEIPOT, versando sobre a participação brasileira nas linhas de longo curso, poder-se-á chegar a resultados mais apurados.

Convém, contudo, ressaltar que as "despesas portuárias" (despesas de qualquer natureza feitas por navios estrangeiros em portos nacionais) representam cerca de 50% do total do item, o que poderia tornar inacurada qualquer projeção.

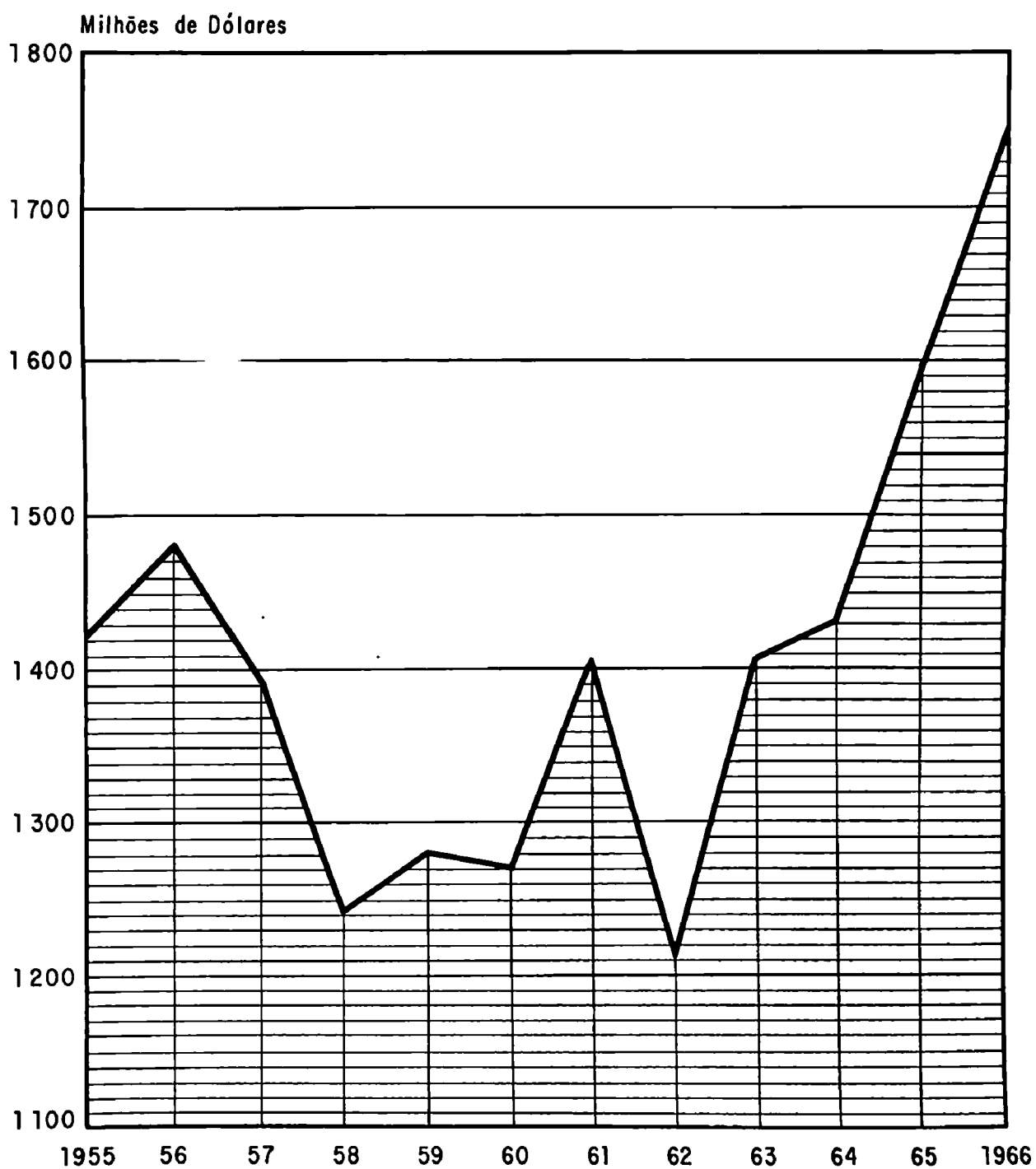
C O N C L U S ã O

Partindo da premissa de que o desenvolvimento é uma atividade a longo prazo, o Governo do Marechal Castello Branco empenhou-se em dotar o País de uma legislação consentânea com as suas necessidades atuais, e na medida em que restaurava a economia, criava fundos de recursos fadados a se transformarem em instrumentos permanentes de progresso e conquista do bem-estar coletivo.

G R Á F I C O S

COMÉRCIO EXTERIOR

EXPORTAÇÃO



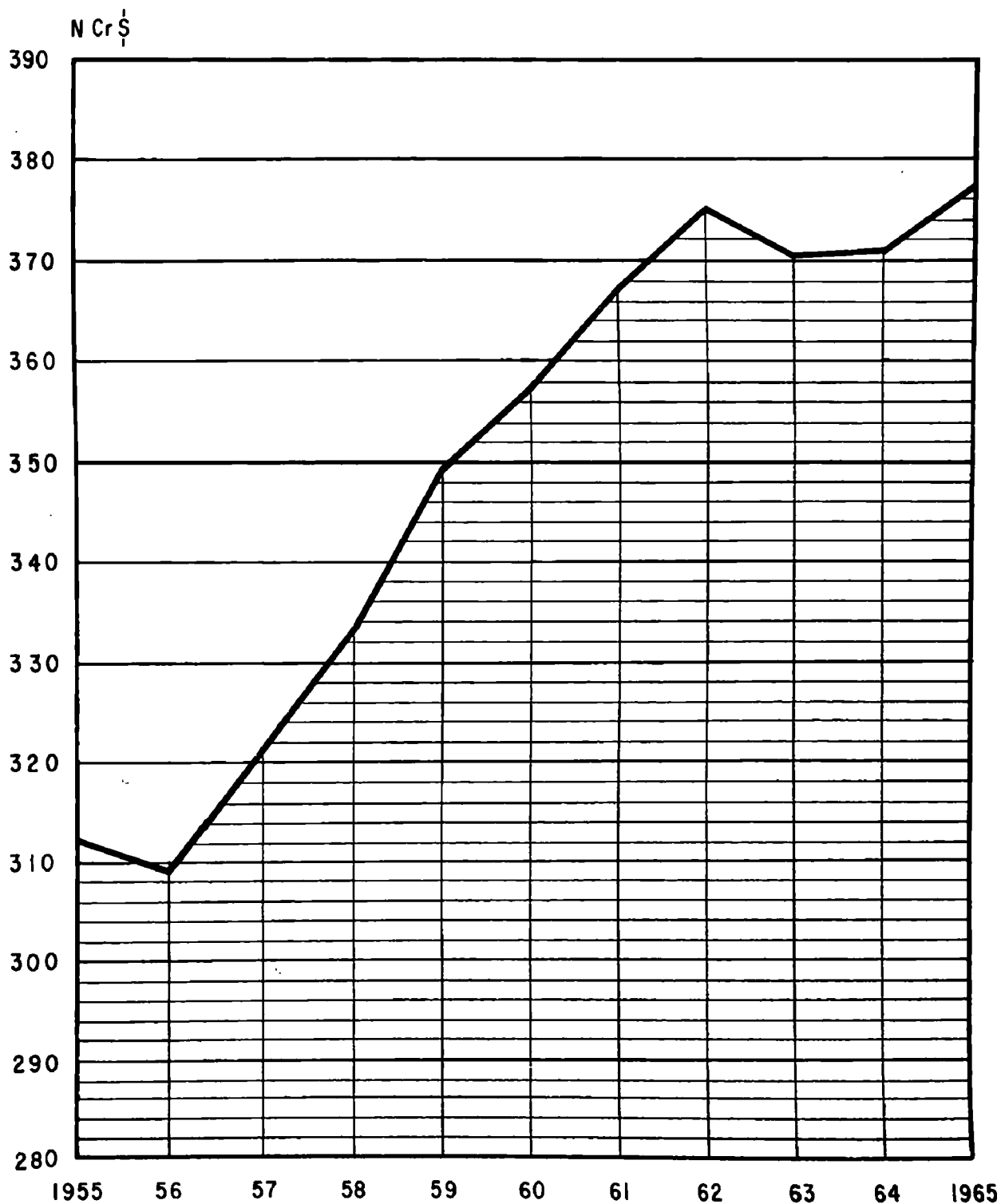
COMÉRCIO EXTERIOR

IMPORTAÇÃO



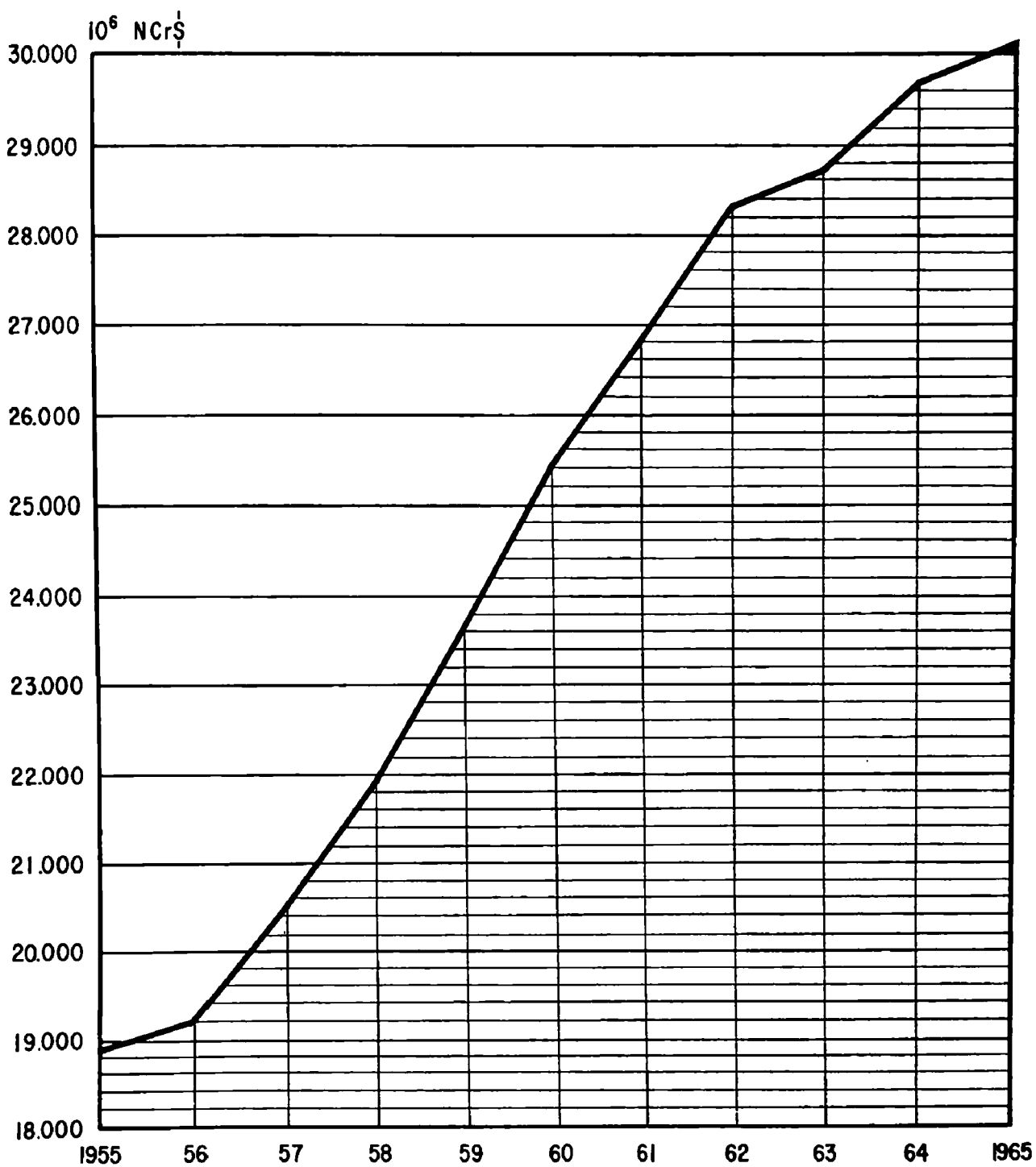
EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA

EM CRUZEIROS NOVOS DE 1965



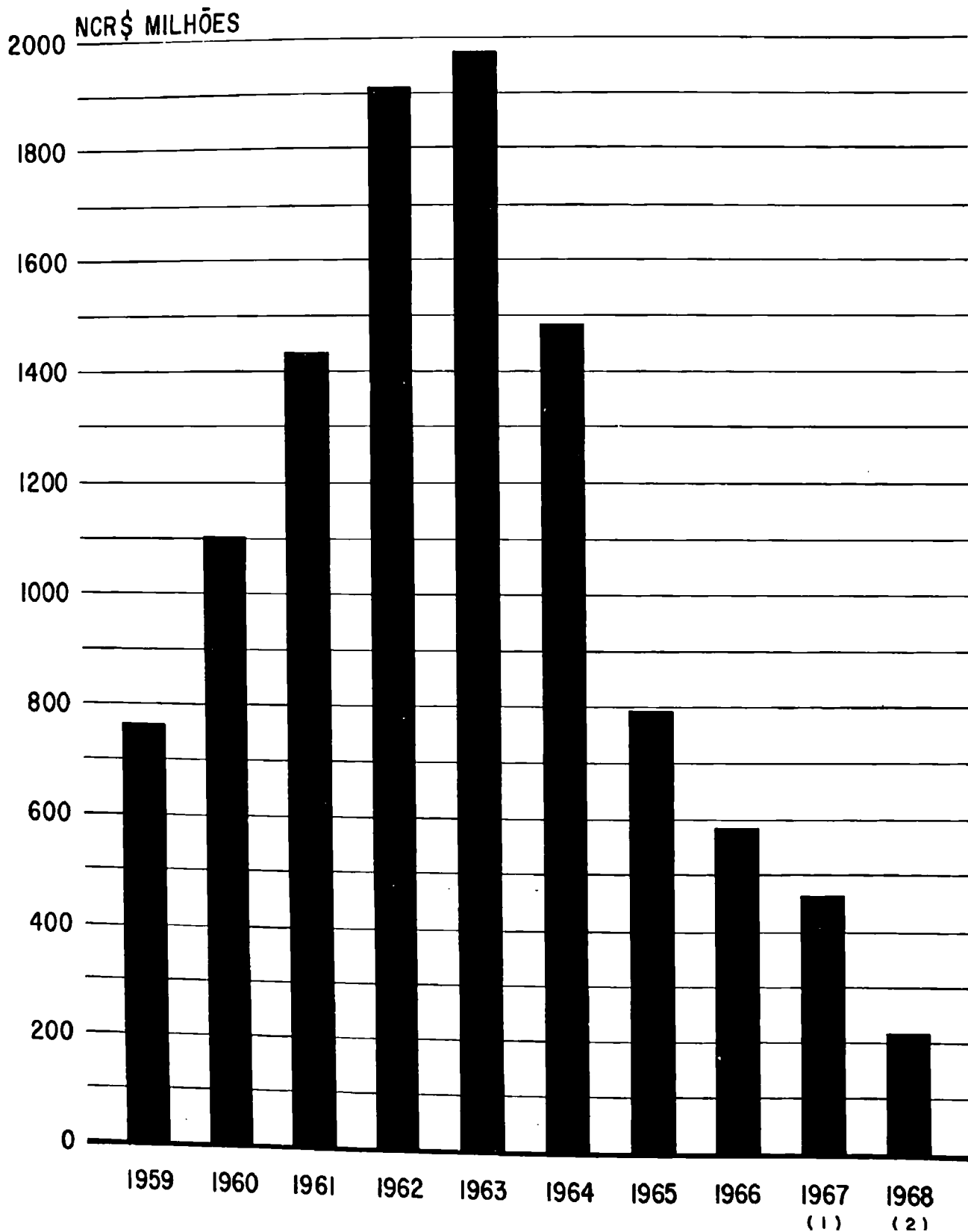
EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO

EM MILHÕES DE CRUZEIROS NOVOS DE 1965



EVOLUÇÃO DO DEFICIT (ORÇAMENTO ADMINISTRATIVO)

PREÇOS DE 1966



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

relatório das
ATIVIDADES TÉCNICAS
1964/66